



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Oséias Teixeira da Silva

**A região metropolitana do Rio de Janeiro: uma região em
reestruturação.**

Relatório de pesquisa
submetido a exame de
qualificação como parte
integrante do processo de
obtenção do título de
Doutor em Geografia.

**São Paulo/SP
2014**

Lista de tabelas

Tabela 1 - Pessoal ocupado na Indústria, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1907 - 1985.....	57
Tabela 2 - Total de empregos na indústria, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 - 1995.....	59
Tabela 3 - Participação percentual no total de empregos na indústria, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 - 1995.....	61
Tabela 4 - População residente total, municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	65
Tabela 5 - População residente total, municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	69
Tabela 6 - População residente total, municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	74
Tabela 7 - População residente total, municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	79
Tabela 8 - Produto Interno Bruto, Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010.....	85
Tabela 9 - Produto Interno Bruto, Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010.....	90
Tabela 10 - Valor adicionado bruto na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1999-2010.....	91
Tabela 11 - Valor adicionado bruto na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1999-2010.....	92
Tabela 12 - Número de empregos na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995-2011.....	93
Tabela 13 - Participação no total de empregos na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995-2011.....	95
Tabela 14 - População residente total, municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	98
Tabela 15 - População residente total, municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	102
Tabela 16 - Saída de pessoas, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010.....	106
Tabela 17 - Entrada de pessoas, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010.....	110
Tabela 18 - População total, população que trabalha no município que reside e taxa de retenção, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010.....	112

Lista de quadros

Quadro 1 - A metrópole moderna e contemporânea.....	40
Quadro 2 - Diferenças entre centro tradicional; edge city e edgeles city.....	46

Lista de figuras

Figura 1: Possíveis relações entre a cidade central e os subúrbios.....	44
---	----

Lista de mapas.

Mapa 1 - Localização da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro.....	53
Mapa 2 - Padrões de crescimento na participação no emprego industrial, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1985-1995.....	63
Mapa 3 - Taxas de crescimento médio anual, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1910-1970.....	67
Mapa 4 - Variação na participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1910 – 1970.....	71
Mapa 5 - Taxas de crescimento da população, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.....	76
Mapa 6 - Variação na participação no total da população, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.....	81
Mapa 7 - Multiplicador do PIB, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010.....	88
Mapa 8 - Taxas de crescimento médio anual, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1991-2010.....	100
Mapa 9 - Variação na participação na população total entre 1996 e 2010, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	103

Sumário.

1. Atividades desenvolvidas na pós-graduação.....	6
1.1 Disciplinas cursadas.....	6
1.2 Participação nos colóquios do LERGEIO.....	7
1.3 Participação em eventos científicos.....	7
1.4 Publicações em eventos.....	8
1.5 Publicações em periódicos.....	8
1.6 Desenvolvimento do projeto de pesquisa.....	9
1.7 Atividades programadas.....	10
2. Projeto de pesquisa.....	11
2.1. Introdução.....	11
2.2. Justificativa da pesquisa.....	12
2.3. Objeto.....	13
2.4. Objetivo geral.....	14
2.5. Problema da pesquisa.....	14
2.6. Hipótese.....	15
3. Procedimentos metodológicos.....	15
4. Processo de metropolização.....	18
4.1. O processo de metropolização.....	18
4.2. Região metropolitana, área metropolitana e metrópole.....	26
4.3. Elementos que definem a região metropolitana.....	31
4.4. Como analisar as transformações metropolitanas: estrutura, forma e função.....	32
4.5. O processo de reestruturação metropolitana.....	38
5. Região metropolitana do Rio de Janeiro.....	50
5.1. O processo de industrialização e a constituição da região metropolitana até os anos 1970.....	50
5.2. O processo de desindustrialização regressiva a partir dos anos 1980 e a crise metropolitana.....	55
5.3. A recuperação econômica e industrial a partir do final dos anos 1990 e a reestruturação metropolitana.....	83
6. Referências bibliográficas.....	114

1. Atividades desenvolvidas na pós-graduação.

1.1 Disciplinas cursadas.

No primeiro semestre de 2013 participamos da disciplina FLG 5802 – Urbanização e industrialização do Estado de São Paulo, ministrada pela Professora Sandra Lencioni. Esta disciplina trouxe grande contribuição à pesquisa em curso, uma vez que nessa disciplina se realizou um amplo debate sobre a temática metropolitana e as mudanças na organização industrial, questões profundamente relacionadas com a temática da tese. O curso tinha como objetivo discutir as transformações urbanas e metropolitanas tendo como referência o Estado de São Paulo, mas sem se ater apenas a essa área. Assim essa disciplina trouxe elementos importantes para a compreensão do processo de reestruturação da Região metropolitana do Rio de Janeiro.

A disciplina é dividida em três módulos: Teoria e método, a questão do espaço; processo urbano – industrial do Estado de São Paulo; reestruturação produtiva e dinâmica espacial. Em cada um dos módulos, há um conjunto de aulas, cujo debate é realizado a partir de textos que tratam do tema. Cabe ressaltar a dinâmica da disciplina, em que em cada aula um aluno é responsável pela exposição das principais ideias do texto e de apontar questões para o debate. Esta dinâmica torna a aula muito mais interativa e com ampla participação de todos.

No primeiro módulo, tivemos a discussão sobre a natureza do espaço e de seu papel na sociedade atual, a partir de textos de Henry Lefebvre. A discussão centrou-se sobre o caráter social do espaço, as formas como se dá o seu processo de produção e o papel dos diversos agentes na sua produção. No segundo módulo discutimos a gênese e a evolução da urbanização e da industrialização em São Paulo, abordando temas como o papel da escravidão e da transição para o trabalho livre na formação da indústria moderna em São Paulo; as características da industrialização brasileira e paulista e o processo de urbanização da cidade de São Paulo. No terceiro módulo, o debate girou em torno da reestruturação urbana e industrial associada ao processo de globalização, abordando temas como: a concentração industrial no Brasil; os processos de concentração e centralização do capital e sua relação com a produção do espaço; a reestruturação econômica e as novas configurações metropolitanas.

1.2.Participação nos colóquios do LERGEO.

Atividade fundamental para a elaboração deste relatório tem sido a assídua participação nos colóquios do Laboratório de Estudos Regionais em Geografia – LERGEO, coordenado pela professora Sandra Lencioni. Os colóquios ocorrem mensalmente e são momentos privilegiados para o debate acadêmico dentro do grupo. Nestes colóquios são debatidas questões teóricas referentes à ciência geográfica, com o auxílio de textos variados e também questões teórico-metodológicas referentes à pesquisa de cada componente do grupo.

A discussão é feita com base em textos teóricos que trabalham aspectos da realidade geográfica atual. A discussão é sempre remetida à pesquisa de cada um, no sentido de apontar o que cada texto traz de contribuição para as pesquisas individuais. Outro aspecto dos colóquios é a discussão dos projetos e produções de cada um dos pesquisadores do LERGEO, assim as produções realizadas, como projetos e textos para eventos científicos e periódicos, são enviados para a discussão coletiva e submetida a apreciação e crítica de todos os membros do grupo.

Além de uma oportunidade para auxiliarmos mutuamente na execução dos trabalhos, este momento também é uma oportunidade para exercitar a capacidade de leitura crítica de um trabalho acadêmico e também a capacidade de expor o pensamento de forma clara. Aspecto relevante é que diante da variedade de temas de pesquisa e perfil dos integrantes do grupo, há sempre a possibilidade de que um trabalho seja avaliado de diferentes perspectivas, por pessoas que tem formações e interesses diferenciados. Isto obriga a uma grande clareza na exposição do texto para que seja passível de entendimento a todos, mesmo aqueles que não possuem um profundo conhecimento do tema de pesquisa.

1.3. Participação em eventos científicos.

O trabalho no doutorado tem se concentrado até agora ao aprimoramento do projeto de pesquisa, e da seleção de variáveis e fontes para a realização da tese. Ainda assim temos empreendido apresentação de trabalhos em alguns eventos acadêmicos, quais sejam, o trabalho intitulado: “os promotores imobiliários e as práticas espaciais em São Gonçalo”, apresentado no XVII Encontro Nacional de Geógrafos, em 2012; e o trabalho: “o conceito de centro e centralidade como instrumento de compreensão da realidade urbana”, apresentado no XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana.

O primeiro trabalho foi apresentado durante o XVII Encontro Nacional de Geógrafos, em 2012. Este trabalho abordava, a partir do estudo de caso de um município integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o papel de um dos agentes fundamentais para a compreensão da reestruturação metropolitana: os promotores imobiliários. Este trabalho estava dividido em duas partes: na primeira fizemos uma abordagem teórica do conceito de promotores imobiliários, apontando que este agente é em si mesmo complexo, pois composto de empresas que exercem diferentes funções, dentro da divisão de trabalho interna a atividade; na segunda parte apontamos as estratégias de ação e as práticas espaciais do capital imobiliário na cidade de São Gonçalo e as consequências dessa atuação.

O segundo trabalho foi apresentado durante XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, em Novembro de 2013. Este trabalho abordava outro aspecto crucial para a compreensão dos espaços urbanos e metropolitanos: a questão da centralidade urbana. De fato um dos aspectos centrais na dinâmica recente das regiões metropolitanas é a constituição de novas áreas centralidade, ou de novos centros. Neste sentido apresentamos uma distinção entre o conceito de centro e centralidade, importante para evitar confusões teóricas como certas perspectivas que apontam para a existência de uma centralidade “deslocalizada”, sem centro. Basicamente, apontamos que o centro é uma realidade material, fruto de um processo de centralização, enquanto a centralidade é uma realidade imaterial que se constitui a partir do centro. Estes trabalhos e os debates travados durante a apresentação dos mesmos auxiliaram no sentido de levantar questões pertinentes ao trabalho de pesquisa do doutorado, já que ambos têm uma relação direta com a temática da pesquisa.

1.4. Publicações em eventos.

As publicações em anais de eventos se referem aos trabalhos apresentados no XVII Encontro Nacional de Geógrafos e no XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, descritos no item anterior.

1.5. Publicações em periódicos.

No ano de 2012 publicamos um artigo científico no periódico Caderno Prudentino de Geografia. O artigo foi publicado no número 34 da revista, com o título: Renda da terra ou valor da terra? Aportes sobre o debate em torno da produção do espaço urbano”. O texto

completo está disponível no endereço eletrônico:
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/viewFile/1847/1796>. Neste artigo abordamos duas concepções distintas do papel do espaço urbano no capitalismo: a concepção de renda fundiária e valor da terra.

Assim apontamos neste artigo que o conceito de renda tem como pressuposto a visão da terra urbana como algo não produzido, uma dádiva da natureza, portanto não possui valor (apenas tem valor produtos do trabalho), mas devido à existência da propriedade privada, pode gerar uma renda, que é tão somente pagamento ao proprietário da terra pelo seu uso. Como a terra urbana é um bem sem valor, o capital imobiliário seria um falso capital, e nenhum dos agentes capitalistas teria condições de controlar a produção da terra urbana.

Por outro lado o conceito de valor da terra implica que a terra urbana é produzida socialmente e que, portanto tem um valor, valor este que se relaciona a um duplo valor de uso da mercadoria terra urbana: um valor relacionado a edificação em si, que está ligada a produção da edificação e um valor relacionado a localização do bem imóvel, que está ligado a produção da cidade na qual este bem imóvel está inserido. E como a terra urbana, ou melhor, o bem imóvel, (pois a ideia de terra urbana pode indicar que falamos apenas do terreno) é um produto, sua produção pode ser controlada pela atuação conjunta de diversos agentes capitalistas. A partir desta distinção defendemos que a concepção de valor da terra é mais condizente com o conceito de produção do espaço e mais eficaz para a compreensão da realidade urbana atual, cada vez mais produzida de forma intencional pela atuação concertada de diversos agentes, em especial o Estado e os promotores imobiliários. Trata-se de uma discussão teórica bastante válida para auxiliar a compreensão da realidade metropolitana atual.

1.6.Desenvolvimento do projeto de pesquisa.

Os anos de 2012 e 2013 foram em grande parte dedicados ao desenvolvimento do projeto de pesquisa do doutorado, buscando aprimorar o mesmo. Além disso, a dissertação de mestrado, embora tangenciasse a temática da pesquisa do doutorado, não a tinha como tema principal, nesse sentido precisamos nos aprofundar na discussão sobre a reestruturação metropolitana. Assim o desenvolvimento do projeto envolveu tanto o avanço teórico na compreensão das questões do trabalho, quanto o aprimoramento e a melhor definição dos procedimentos metodológicos do trabalho.

Esses avanços foram realizados a partir da discussão individual do projeto de pesquisa com a orientadora, e também através da discussão coletiva do projeto com todos os integrantes do LERGEO. Em várias oportunidades o projeto de pesquisa foi discutido nos colóquios do LERGEO, recebendo críticas e sugestões dos integrantes do grupo. A partir desses debates, três versões do projeto de pesquisa foram formulados: a primeira versão, a qual foi usada para a seleção do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana; e duas versões posteriores em que uma série de questões teóricas e metodológicas foram aprimoradas ou modificadas em relação ao projeto original.

1.7 Atividades programadas

O cronograma a seguir apresenta as principais atividades a serem desenvolvidas para a realização da pesquisa, entre os anos de 2014 e 2016, quando deverá ocorrer a defesa.

Procedimento de pesquisa	Período de realização	Fontes de pesquisa
Leitura da bibliografia para a tese	Janeiro de 2014 a Julho de 2015	Livros; artigos científicos; teses; dissertações; estudos e relatórios de Instituições de pesquisa.
Levantamento de dados estatísticos	Janeiro de 2014 a Julho de 2014	Censos demográficos - IBGE; RAIS - MTE; Anuários Estatísticos do Rio de Janeiro - Fundação Ceperj.
Levantamentos de informações em jornais e revistas	Julho de 2014 a Janeiro de 2015	Jornais de grande circulação no estado; revistas especializadas.
Trabalhos de campo	Janeiro de 2015 a Março de 2015	-
Entrevistas	Março de 2015 a Julho de 2015	Representantes de governos, empresas e órgãos de classe.
Elaboração do texto da tese	Julho de 2015 a Julho de 2016	-
Defesa da tese	Julho de 2016	-

A leitura da bibliografia envolve a leitura e análise crítica dos textos que darão suporte a realização da pesquisa. Considerando os objetivos da pesquisa podemos agrupar a esta bibliografia em dois grandes grupos temáticos: textos que tratam da evolução urbana e industrial da região metropolitana do Rio de Janeiro; textos que tratam do processo de reestruturação metropolitana e industrial em curso. O levantamento de dados estatísticos

secundários será realizado com o objetivo de caracterizar o processo de reestruturação em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro, permitindo posterior análise e compreensão desse processo. Nesse sentido serão utilizadas variáveis que podem indicar de forma clara elementos desse processo de reestruturação. As variáveis utilizadas neste relatório variáveis serão descritas detalhadamente no item procedimentos metodológicos.

O levantamento em jornais e revistas será realizado como meio para obter informações sobre investimentos que estariam relacionados ao processo de reestruturação metropolitana, de modo a levantar transformações futuras que, portanto não aparecerão nos dados estatísticos. Os trabalhos de campo e entrevistas serão realizados com o intuito de obter informações complementares que não são passíveis de serem obtidas a partir dos dados estatísticos, como as estratégias de agentes envolvidos de uma forma ou de outra com o processo de reestruturação metropolitana. A elaboração da tese envolve a preparação do plano de redação, a definição dos capítulos, a elaboração dos capítulos, dos mapas e figuras, a diagramação, entre outras atividades.

2. Projeto de pesquisa

2.1. Introdução.

O projeto de pesquisa tem como foco de análise o processo de reestruturação da Região metropolitana do Rio de Janeiro. Muitas transformações têm sido constatadas, descritas e analisadas em regiões metropolitanas em diversos países, transformações estas que estariam relacionadas ao processo de globalização e a reestruturação produtiva da economia capitalista. Muitos são os aspectos dessas mudanças constatados, e que são cada vez mais semelhantes nos diferentes lugares. Como afirma Mattos (2010) estas mudanças tem afetado as regiões metropolitanas latino-americanas de forma similar ao encontrado em outras regiões metropolitanas do mundo. Entre os elementos de mudança estariam: passagem de uma forma urbana compacta para uma forma difusa; valorização e novo papel das periferias urbanas; expansão de novos empreendimentos comerciais e de serviços, muitas vezes associados a empreendimentos residenciais; valorização dos centros históricos e processo de gentrificação dos mesmos; etc.

Todos esses elementos de mudança não podem ser entendidos de forma isolada, mas fazem parte de um todo, de um processo que afeta as regiões metropolitanas. Este processo de mudanças tem sido denominado de processo de reestruturação metropolitana devido a sua intensidade e profundidade. E quando falamos em reestruturação indicamos

algo mais que um conjunto aleatório de mudanças, mas um amplo conjunto de transformações que modificam as estruturas metropolitanas, mesmo quando a lógica da produção dessas estruturas permanece a mesma.

A presente pesquisa de doutorado buscará, portanto analisar o processo de reestruturação metropolitana na Região metropolitana do Rio de Janeiro, buscando subsídios para o avanço científico na compreensão desse processo que devido a sua curta duração tem ainda muitos aspectos pouco explorados e compreendidos teoricamente.

2.2. Justificativa da pesquisa

A pesquisa a ser realizada é de extrema importância, pois permitirá uma melhor compreensão do processo de reestruturação metropolitana atual. Pela grande concentração de pessoas e atividades econômicas nestes espaços a compreensão desse processo torna-se altamente relevante uma vez que pode tanto contribuir para a formação de políticas públicas quanto ao fornecimento de informações relevantes para a atuação da sociedade civil.

A reestruturação metropolitana é um processo que apresenta tendências semelhantes em diferentes regiões metropolitanas. Estas semelhanças não são algo aleatório, mas indicam que estas regiões estão inseridas dentro de uma mesma economia – mundo capitalista, sendo moldadas pela ação dos mesmos agentes e políticas. No entanto como se trata de um processo de desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988) não há de forma alguma uma tendência à uniformização total das regiões metropolitanas uma vez que cada região possui uma geo-história particular e até mesmo por isso cada região responde as demandas colocadas pelo processo de globalização de forma distinta.

Nesse sentido seria também possível avançar também na compreensão da reestruturação metropolitana em uma metrópole da América Latina, que passou por um processo muito específico de transformações, processo este caracterizado como desindustrialização regressiva, que se consolidou nos anos 1980 (RIBEIRO, 1996) e que seria marcado por uma redução da renda dos trabalhadores em geral, ao passo que a partir do final da década de 1990 temos um processo de recuperação econômica associado ao crescimento do PIB, do emprego e da renda. Assim trabalhamos com a relação entre os padrões globais de desenvolvimento metropolitano atuais e a dinâmica metropolitana em uma região específica: no caso a região metropolitana do Rio de Janeiro.

Este trabalho tem ainda grande importância para a compreensão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro uma vez que esta possui historicamente grande concentração de atividades e pessoas em sua metrópole sendo que as tendências de desenvolvimento metropolitano mais recentes se dão no sentido de constituição de regiões metropolitanas mais dispersas, portanto, com menor concentração de população e atividades econômicas na metrópole. Por isso esta região é um espaço privilegiado para a compreensão da reestruturação metropolitana atual justamente por ter em seu processo de desenvolvimento histórico, características quase opostas às tendências de desenvolvimento metropolitano atual.

Embora motivado por um interesse teórico mais amplo, o presente trabalho buscará também ser uma contribuição para a compreensão dessa área do Estado do Rio de Janeiro, área esta de vital importância para o mesmo justamente por concentrar boa parte da população e das atividades econômicas desse estado, de forma que nenhuma política de planejamento a nível estadual pode prescindir da necessidade de atuar nessa área.

Para a geografia este trabalho será uma importante contribuição não apenas pela relevância da temática, mas pela forma de análise, ou seja, a análise do processo de reestruturação será realizada a partir das mudanças e permanências nas estruturas, formas e funções metropolitanas, trabalhadas de forma conjunta. Assim partimos dos conceitos de estrutura, formas e funções para compreender o processo de reestruturação uma vez que a partir destes podemos compreender de forma mais clara os movimentos de mudança que podem ou não resultar em um processo de reestruturação, conforme discutido mais a frente neste relatório.

2.3. Objeto

O objeto do trabalho é a análise do processo de reestruturação da Região metropolitana do Rio de Janeiro. Compreendemos reestruturação como um amplo processo de mudanças nas estruturas, formas e funções que resultam em um processo de reestruturação metropolitana, que indica profundas mudanças nas formas de produção do espaço urbano. O processo de reestruturação se configura a partir de mudanças e permanências nas formas, funções e estruturas metropolitanas.

Estas mudanças e permanências se tornam evidentes no final da década de 1990, quando a região metropolitana passa por um processo de recuperação econômica, que se dá a partir de novos investimentos industriais, residenciais e de comércio/serviços que a

região recebe e que se nota a partir de indicadores como aumento do PIB, do emprego e da renda. Tal recuperação se contrapõe a um quadro de desindustrialização regressiva (RIBEIRO, 1999) que se configurou nos anos 1980 e que seria marcado por uma redução da renda dos trabalhadores em geral, do aumento da precarização, do desemprego e do fechamento de estabelecimentos industriais.

2.4. Objetivo geral

O objetivo do trabalho é analisar o processo de reestruturação da Região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir do final da década de 1990, quando essa região passa por um processo de recuperação econômica diante de um quadro de desindustrialização regressiva que se configurou nos anos 1980. Esta reestruturação se dá a partir de mudanças e permanências nas estruturas, formas e funções metropolitanas, que resultariam em um processo de reestruturação metropolitana.

2.5. Problema da pesquisa

O problema da pesquisa pode ser descrito como segue. Em primeiro lugar temos um processo de recuperação econômica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro a partir do final da década de 1990. Essa recuperação se materializa a partir de novos empreendimentos industriais, comerciais, de serviços, de infraestrutura, entre outros e se evidenciam nos indicadores econômicos, que apontam um aumento do PIB, do emprego e da renda nessa região.

A partir dessa recuperação, temos mudanças e permanências que se manifestam nas estruturas formas e funções metropolitanas. Uma primeira questão, portanto é a de quais as mudanças e permanências nas estruturas, formas e funções que podemos identificar na região metropolitana do Rio de Janeiro? Uma segunda questão, a ela relacionada é de que maneira elas apontam para um processo de reestruturação metropolitana?

Nem todas as mudanças e permanências nas estruturas, formas e funções resultam em um processo de reestruturação, isto irá depender da intensidade dessas mudanças. Assim precisamos, num primeiro momento levantar quais foram estas mudanças para em seguida avaliar se elas indicam ou não para um processo de reestruturação metropolitana.

2.6. Hipótese

A hipótese da pesquisa é de que as mudanças e permanências percebidas nas estruturas, formas e funções na região metropolitana do Rio de Janeiro configuram um processo de reestruturação metropolitana em curso. Como um processo inacabado é impossível definir o resultado final dele, mas podemos delinear as tendências mais gerais desse processo nessa região em relação às mudanças e permanências nas estruturas, formas e funções metropolitanas. Além disso, a nossa hipótese implica que assumimos que as mudanças e permanências na região metropolitana do Rio de Janeiro são de tal magnitude que implicam em um processo de reestruturação e não apenas em simples modificações pontuais em algumas dessas estruturas, formas e funções.

Este processo de reestruturação no caso da Região metropolitana do Rio de Janeiro se associa a um quadro histórico bastante peculiar. Na década de 1980 a situação nessa região é marcada por um processo de desindustrialização regressiva que se caracteriza pela redução da renda dos trabalhadores, da precarização das condições de trabalho e do fechamento de empresas industriais enquanto na década de 1990, temos uma recuperação econômica, associada a novos investimentos industriais, ao crescimento do PIB, do emprego e da renda.

3. Procedimentos metodológicos

O trabalho se baseia seguintes noções e conceitos; mudanças e permanências; formas, funções e estruturas metropolitanas; reestruturação metropolitana. As mudanças indicam os elementos de transformação, indicando rupturas com o passado, e, portanto normalmente estão ligados a configuração de novos processos. O termo mudança é bem amplo e pode se referir ao surgimento de novas formas espaciais, mudanças nas estruturas metropolitanas, nas formas de relações entre as classes sociais, entre outros aspectos. Por se tratar de um trabalho geográfico o foco estará sempre nas mudanças diretamente ligadas as formas de produção do espaço.

As permanências, por outro lado, indicam a continuidade de formas ou processos. As permanências podem representar aspectos específicos da região metropolitana, que não apresentam modificações, seja porque estas características interessam aos novos agentes interessados em atuar nessa região, seja porque estes aspectos, mesmo não sendo totalmente funcionais a estes agentes, são extremamente difíceis de alterar. Em relação ao espaço geográfico mudanças e permanências podem estar associadas como na

refuncionalização das formas que associam permanência das formas com mudanças em suas funções.

Na realidade não podemos ver as mudanças e permanências como opostos, mas como facetas distintas do mesmo processo vistos, portanto como elementos de uma dialética em que a mudança e a permanência se mesclam de forma que só por um esforço de abstração podemos separar estes elementos. Assim quando analisamos um espaço ao mesmo tempo que podemos perceber elementos de mudança estes podem se inserir em um contexto de permanência, ou seja, a mudança chama a atenção justamente porque ocorre em um contexto que de forma geral nos remete a permanências.

As mudanças e permanências das formas, funções e estruturas acontecem pela ação de inúmeros agentes sociais. Estas ações são tanto condicionadas pelas estruturas, formas e funções existentes quanto causam modificações nestes elementos. Importante ressaltar que essas intervenções sempre tem um caráter teológico, no sentido de que elas sempre possuem uma intenção definida, embora muitas vezes o objetivo não seja a reestruturação. Tais agentes possuem interesses e racionalidades distintas de modo que as lógicas que subjacem a suas ações também o são. Estas ações podem ter um sentido convergente ou divergente entre si, sendo que quando há convergência há a possibilidade da atuação unificada dos agentes enquanto quando há divergência esta pode gerar conflitos entre os agentes.

Quando um conjunto de ações convergentes se acumula se materializando em mudanças nas estruturas formas e funções metropolitanas, temos uma ruptura, que pode indicar um processo de reestruturação metropolitana. Tal afirmativa se relaciona com a terceira lei da dialética que afirma que uma alteração da quantidade pode levar a alterações qualitativas e vice versa. O processo de reestruturação metropolitana remete justamente a esse raciocínio: uma série de transformações levadas a cabo por uma diversidade de agentes, que não tem necessariamente relação entre si, levam a uma transformação qualitativa: o processo de reestruturação.

Com base nesse referencial vamos analisar o desenvolvimento da região metropolitana associado ao desenvolvimento industrial da região metropolitana do Rio de Janeiro, tendo como marcos três grandes momentos: o processo de industrialização e constituição da região metropolitana até os anos 1970; o processo de desindustrialização regressiva a partir dos anos 1980 e a crise metropolitana; a recuperação econômica e

industrial a partir do final dos anos 1990 e a reestruturação metropolitana. Maior atenção será dada a esse último momento diretamente relacionado aos objetivos da pesquisa.

Esta esquematização se deve a relação profunda que temos, no caso da região metropolitana do Rio de Janeiro entre a formação da região e o processo de industrialização, já que esta região se desenvolve a partir das demandas da indústria ao mesmo tempo em que em seu desenvolvimento esta região condiciona o processo de industrialização que dá neste local. É neste sentido que buscamos sempre relacionar a dinâmica urbana a metropolitana. Isto não significa que ignoramos a importância de outras atividades econômicas na dinâmica metropolitana, como o setor de serviços ou setor imobiliário, apenas que a indústria tem um papel indutor do desenvolvimento metropolitano que deve ser considerado.

A análise será realizada neste relatório tendo como referência as mudanças e permanências nas estruturas, formas e funções metropolitanas. Assim buscamos variáveis que permitam compreender estruturas, formas e funções metropolitanas, de forma a caracterizar a reestruturação. As variáveis selecionadas são: distribuição da produção industrial, distribuição populacional e volume de deslocamentos pendulares. A distribuição industrial indica o arranjo locacional da localização dos estabelecimentos industriais dentro da região metropolitana, o que influencia diretamente a distribuição populacional, dos fluxos pendulares, bem como a valorização da terra. A distribuição populacional indica a localização da população dentro do aglomerado metropolitano, portanto os locais onde esta se concentra ou não. O volume de deslocamentos pendulares se refere ao arranjo dos fluxos de pessoas dentro da região metropolitana, se deslocando em busca de trabalho ou de emprego. Cada uma destas variáveis será analisada por alguns indicadores cuja análise permitirá identificar as mudanças nas formas e funções e estruturas metropolitanas específicas.

A análise da variável distribuição da produção industrial será feita a partir dos seguintes indicadores: valor da produção e número de empregos permitirá uma definição da dinâmica da indústria da região metropolitana, tendo como referência a década de 1980 (marcada pela desindustrialização regressiva) a década de 1990 (marcada pela recuperação econômica) e a década de 2000. A origem dos dados será a Fundação Ceperj, no caso do valor da produção e o RAIS-MTE no caso dos dados sobre número de empregos formais.

A distribuição da população será analisada com base nos dados de população residente presente na base de dados do IPEADATA. Esta análise permitira estabelecer uma

correlação entre a dinâmica industrial e urbana, bem como sinalizar alguns aspectos referentes às tendências de expansão metropolitana e modificações nas estruturas, formas e funções metropolitanas. Esta variável é, portanto imprescindível tanto para relacionarmos a dinâmica industrial com a metropolitana, tanto para evidenciar alguns aspectos do processo de reestruturação metropolitana como um possível processo de dispersão da população metropolitana.

A variável volume de deslocamentos pendulares são obtidos nos microdados dos Censos demográficos de 2000 e 2010 do IBGE. Estes dados são de extrema importância, pois apontam as relações que existem entre os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. Dentro dos objetivos do trabalho a análise dos dados referentes aos deslocamentos pendulares permitem perceber mudanças na organização dos fluxos no interior da metrópole, fato que é importante indicador de mudanças nas estruturas, formas e funções metropolitanas. Acreditamos que estas variáveis nos permitam uma primeira aproximação a relação entre o urbano e a indústria na região metropolitana do Rio de Janeiro no sentido de compreender seu processo de reestruturação metropolitana. Na continuação da pesquisa outras informações serão adicionadas.

4. Processo de industrialização e metropolização.

4.1. O processo de industrialização e metropolização.

É inegável que apesar do espaço geográfico ter uma característica de grande fixidez, o seu dinamismo, está de alguma forma relacionado com a história dos processos sociais, já que o próprio espaço é social (GOTTDIENER, 1993). Assim a metrópole como forma urbana e fruto do processo de metropolização precisa ser pensada no interior do desenvolvimento capitalista. A história da metrópole capitalista está de forma geral, ligada ao surgimento e consolidação do capitalismo industrial, em especial na sua fase fordista, mesmo considerando que em alguns casos a metropolização esteve ligada mais diretamente ao desenvolvimento de atividades terciárias. Autores como Lockjine (1981) tem ressaltado o papel do urbano, entendido como condição geral de produção, no sentido de dar suporte ao processo de acumulação de capital. Neste sentido tem grande importância para nossa pesquisa à compreensão da relação entre industrialização e metropolização, uma vez que esta relação é crucial para a compreensão da nossa área de estudo.

Todo processo produtivo requer uma série de condições para que possa ocorrer. Algumas dessas condições são internas ao processo produtivo e ao local onde ela ocorre,

como a disponibilidade de meios de produção, de matérias-primas e de força de trabalho. Outras condições são externas ao processo produtivo direto sendo, no entanto, indispensáveis a esse processo. Estas condições podem ser enquadradas naquilo que a literatura marxista denomina de condições gerais de produção. Segundo Lockjine (1981, p 137):

Sendo assim, a aglomeração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades – em outras palavras a cidade – não é de modo algum um fenômeno autônomo, sujeito a leis de desenvolvimento totalmente distintas das leis de acumulação capitalista: não se pode dissociá-lo da tendência que o capital tem de aumentar a produtividade do trabalho, pela socialização das condições gerais de produção.

Acreditamos que o conceito de condições gerais de produção pode ser o elo teórico para o entendimento da relação entre o processo produtivo e a metropolização. Todo processo produtivo requer certas condições gerais para ocorrer, então podemos considerar que quanto mais complexo e amplo for o processo produtivo, mais diversificado e complexo deverão ser as condições gerais de produção que dão sustentação a esse processo produtivo. Isto não significa que a cidade se resuma a sua função produtiva, mais que quando pensamos na relação entre indústria e metropolização essa função é muito importante.

Ocorre que o capitalismo possui uma tendência de aumentar constantemente a produtividade, e a partir daí a produção do valor. Justamente por se tratar de uma reprodução ampliada (MARX, 1987), as necessidades da produção são sempre superiores as do período anterior. E nesse sentido a necessidade relativa de condições gerais de produção se amplia ao passo em que se dá a acumulação. E se essas condições não se ampliam ou se modificam no ritmo necessário para sustentar o processo de acumulação logo se manifestará um descompasso entre as necessidades do capital e a disponibilidade de condições gerais de produção.

Como boa parte das condições gerais de produção, no capitalismo, estão presentes nas cidades, o desenvolvimento destas está irremediavelmente ligada a essas condições. O capitalismo precisou adaptar as cidades que já existiam as necessidades desse sistema produtivo, o que implicou em grande crescimento urbano e manufatureiro. Esta relação, no entanto, entre a indústria e a cidade tendo as condições gerais de produção como mediação é uma relação dialética em que não apenas a indústria traz demandas a cidade que a transformam, mas também a forma como a cidade foi produzido condiciona a maneira como se dá a industrialização.

Com o processo de industrialização podemos perceber um grande salto em relação à necessidade do capital de condições gerais de produção, sejam aquelas ligadas diretamente a reprodução do capital, sejam aquelas indiretamente ligadas a essa reprodução. Quando consideramos apenas as condições de produção ligadas diretamente à produção, podemos afirmar que (LENCIONI, 2007, p 4):

Essas condições gerais de produção, examinadas da perspectiva de sua materialidade, podem ser definidas como materiais e imateriais. Por exemplo, no primeiro caso temos as vias de circulação material para o transporte de mercadorias e pessoas, os oleodutos para transporte do petróleo e de seus derivados, as hidrovias, as rodovias, os aeroportos, etc. E, no segundo caso, as condições gerais de produção imateriais, como as redes de energia e telecomunicações, que embora requeiram infra-estrutura material que lhe dão suporte, possuem uma dinâmica que não se consubstancia em formas corpóreas, como são os fluxos de informações e comunicações.

Estas condições gerais de produção, portanto, sejam materiais ou imateriais, precisam ser desenvolvidas justamente com a cidade que as abriga e nesse processo a produção das condições gerais atrai atividades produtivas gerando novas necessidades no campo da produção a partir do qual temos um grande crescimento urbano e populacional. À medida que a cidade, herdada do passado, e completamente remodelada segundo os interesses do capital, não tem mais condições de atender as necessidades do capital industrial, esta começa a passar por uma grande metamorfose, em que se dá a passagem da cidade a metrópole e a região metropolitana. Tais transformações significam a mudança na escala e na profundidade do processo de urbanização que se converte em metropolização, ao passo que também se ampliam a escala da produção das condições gerais de produção.

Do ponto de vista do seu surgimento a metrópole pode ser vista ao mesmo tempo como um novo estágio e a negação da cidade. Segundo Meyer (2000, p 5):

Do ponto de vista de sua organização interna, a metrópole moderna instalou-se a partir da explosão sucessiva dos estágios urbanos precedentes, o povoado e depois a cidade, num ciclo que traduz a contínua necessidade de ser eficiente, de exercer de forma plena as suas funções de 'lugar de centralização' de forças econômicas, de relações sociais, de manifestações artísticas e de inovação técnica. Essa natureza inegociável e muitas vezes violenta do desenvolvimento metropolitano se exprime de forma clara na sua dimensão material.

A ideia de que a metrópole é um novo estágio urbano em relação à cidade não representa de forma alguma uma visão evolucionista. Apenas evidencia que a cidade é o ponto de partida histórico da metrópole, ou seja, que a metrópole como fruto de um processo precisa de um substrato, de uma base inicial, a qual a partir de inúmeras mutações conforma a metrópole. Esta base inicial é a cidade. Essa metamorfose da cidade em algo distinto é descrita por Lefebvre (1999, p 24), a partir do conceito de implosão-explosão,

noção que não se refere diretamente à metrópole, mas a realidade urbana em geral, sendo que, porém se manifesta com mais força e inicialmente na metrópole:

(...) a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear) ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites, etc).

A ideia de implosão-explosão é uma forma interessante de compreender o surgimento da metrópole do ponto de vista teórico. Inicialmente temos a implosão, ou seja, a grande concentração de pessoas e atividades em um espaço fisicamente limitado, processo que se dá ao longo de um tempo que pode ser mais ou menos longo. Essa grande concentração do ponto de vista quantitativo gera processos qualitativamente diferentes, nesse sentido duas questões inicialmente se colocam para a compreensão do surgimento da metrópole: o que ocasiona a concentração e quais as consequências desse fenômeno.

A literatura econômica clássica tem largamente descrito as aglomerações produtivas através do conceito de economias externas de aglomeração, que se formam quando atividades econômicas se instalam próximas umas das outras se beneficiando da infraestrutura comum e das relações que se estabelecem entre as firmas. Dentro de outra perspectiva, atualmente, existe toda uma literatura que reafirma a importância da aglomeração, no sentido da redução dos custos monetários e de transação em especial os que envolvem contatos face a face. É a partir dessa perspectiva, por exemplo, que Sassen (1998) reafirma a importância das cidades na economia global.

A consequência dessa concentração vai muito além das questões econômicas. As grandes cidades, em especial as metrópoles, teriam uma grande capacidade criativa, tendo um papel decisivo na história da humanidade. Soja (2008) tenta captar esse fenômeno através do conceito de *sinecismo*. Nas grandes cidades, a quantidade se transforma em qualidade gerando processos absolutamente novos e revolucionários tanto na economia, como na arte, na arquitetura, etc. Ao concentrar atividades econômicas e pessoas, ela concentra também talentos e amplifica interações, levando a processos criativos que não existiriam em outros espaços. Lefebvre (1999, p 109) também argumenta sobre a capacidade criativa do urbano em geral no trecho a seguir:

A cidade atrai para si tudo que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças.

A cidade apesar de nada criar, é o local criativo por excelência. Pois ao reunir tudo que existe, ela permite a criação de coisas que dificilmente existiriam se tudo não estivesse em contato em relação. A cidade, portanto, cria uma situação única, a situação urbana. E esta situação é justamente aquele em que todo o potencial criativo do ser humano pode liberado, justamente porque ele não está isolado, mais em contato com outros seres humanos e com todas as criações realizadas pela sociedade.

Simultaneamente a implosão, e como consequência dela temos a explosão, ou seja, o espraiamento urbano com a constituição de bairros industriais, subúrbios, etc. Portanto esta metáfora, embora seja empregada pelo autor para a realidade urbana em geral, nos permite compreender a formação da cidade e a passagem da cidade a metrópole, e a constituição a partir da metrópole, da região metropolitana. Assim a metrópole surge da implosão, concentração de atividades e pessoas em um determinado lugar. O motivo para esse processo ocorrer em um sítio específico pode variar: a existência de um porto; o fato da área ser um entroncamento ferroviário; etc. Seja como for esta concentração leva a uma mudança qualitativa, em que a cidade se modifica tanto do ponto de vista do seu arranjo interno, quando do ponto de vista do sua relação com o exterior.

A metrópole em formação é uma área de grande dinamismo econômico e demográfico, que atrai imigrantes de diversos lugares, investimentos e prestígio político e social¹. O crescimento econômico faz com que o espaço inicial da metrópole fique pequeno para acomodar os interesses envolvidos tanto na produção imobiliária como nas atividades industrial e comercial. É neste momento que se inicia um processo de expansão metropolitana, que se dá inicialmente a partir da ocupação de áreas do município que irá constituir se em metrópole. A região metropolitana se constitui a partir desse processo de invasão e anexação, muitas vezes violento que se inicia no município da metrópole, mas que não fica a ele limitado.

Assim a cidade antes confinada em uma área restrita, começa a se expandir a partir dos principais eixos de transporte incorporando novas e novas áreas. Estas novas áreas podem ser áreas rurais que se urbanizam ou até mesmo centros urbanos independentes que passam a estar submetidos à lógica metropolitana, como é o caso de Santa Cruz no Rio de Janeiro (VILAÇA, 1998). Esta expansão, explosão, é motivada por interesses daqueles que

¹ Essa descrição do processo de metropolização se dá com base principalmente no exemplo da região metropolitana do Rio de Janeiro, embora nada impeça que possam ser generalizadas para outras áreas.

logo descobrem no urbano uma grande fonte de lucro, caso dos construtores ou incorporadores, mas também dos empresários de diversas atividades econômicas em busca de áreas maiores e mais baratas.

Assim vão se constituindo no bojo do mesmo processo a metrópole, a área metropolitana e a região metropolitana. A metrópole, foco inicial do processo de explosão-implosão, passa a concentrar boa parte das atividades econômicas e da população, ao passo que começa a enfrentar deseconomias de aglomeração relacionadas ao seu crescimento. O aumento do preço da terra, a falta de espaços edificáveis, os congestionamentos e o saturamento da infraestrutura são aspectos que abrem espaço para o processo de descentralização.

Colby (1958) tenta captar esse processo a partir das ideias de força centrípeta e centrífuga. As forças centrípetas são forças que direcionam pessoas e atividades econômicas para um centro, nesse caso a metrópole. As forças centrífugas por outro lado são as forças que repelem atividades econômicas e pessoas para fora do centro, tendo um caráter duplo: são compostos por um lado de fatores de repulsão das atividades e/ou pessoas do centro; e por outro por fatores de atração das pessoas e/ou atividades para as áreas periféricas (as áreas que irão constituir, juntamente com a metrópole, a região metropolitana).

Dentro dessa perspectiva, cidade, metrópole e região metropolitana podem ser vistas como etapas de um mesmo processo histórico, o que não significa de forma alguma que cada uma dessas etapas a forma anterior está completamente ausente em todas as outras, ou mesmo que existe um processo linear que representa a mudança de uma a outra forma urbana. O que diferencia principalmente a cidade de uma região metropolitana encabeçada por uma ou mais metrópoles, não é tanto o tamanho demográfico ou físico da região metropolitana em comparação a cidade, mas o fato de que está é uma área de dimensão regional, porém articulada como uma única área urbana.

As regiões metropolitanas se consolidam ao longo do século XX como espaços por excelência da acumulação de capital, por oferecer condições ideais para a atividade produtiva, incluindo a própria produção do espaço. É inegável a relação que existe entre o processo de metropolização e o de industrialização fordista. O processo de industrialização fordista irá necessitar ampliar a escala da urbanização como suporte do processo produtivo, já que são necessários infraestrutura, mercados consumidores e mercado de trabalho numa dimensão muito maior do que anteriormente. No entanto a relação entre metropolização e

industrialização precisa ser pensada com cautela atualmente, pois esta relação não é mais tão unívoca como antes, e é nesse sentido que Lefebvre (1999, p 25) afirma que “a industrialização, potência dominante e coativa, converte-se em realidade dominada [...]”.

O autor afirma, portanto que a industrialização, potência dominante e geradora do processo de urbanização, e obviamente também da metropolização, agora passaria a estar condicionado ao processo de urbanização. Se esta tese é polêmica, não há como negar que as relações entre indústria e metropolização são hoje mais complexas. Assim como o próprio processo de industrialização passa por mudanças associadas à globalização, assim também o processo de metropolização assume características novas que representariam uma ruptura com o processo histórico de metropolização.

No entanto não podemos deixar de afirmar que a produção do espaço metropolitano continua relacionada à produção industrial, se considerarmos, como aponta Chesnais (1996) que a produção industrial não se limita mais a atividade da fábrica, mas está cada vez mais relacionada a certas atividades de serviços, estando ambas cada vez mais imbricadas entre si. É neste sentido que consideramos uma discussão estéril saber se é a indústria, o setor imobiliário, ou os serviços que comandam a expansão metropolitana, já que os diferentes capitais estão cada vez mais integrados sendo cada vez mais fluidas as divisões entre esses setores. Muito mais interessante é compreender as relações entre a atividade produtiva e a dinâmica metropolitana, o que tentaremos fazer nesse relatório.

No Brasil o processo de urbanização é marcado por um vigoroso processo de metropolização, que está fortemente associado a produção de condições gerais de produção para a atividade produtiva. De fato durante um longo período, a característica mais marcante desse processo foi à concentração da população em grandes cidades. Sobre este aspecto Martine (1994, p 24) afirma:

O aspecto mais marcante da reorganização do espaço brasileiro durante o meio século anterior a 1980 foi, sem dúvida, a concentração progressiva e acentuada da população em cidades cada vez maiores. Basta ver a alteração na importância da população rural. Em 1940, as áreas rurais e localidades de menos de 20 mil habitantes incluíam quase 85% da população total; em 1980, essa participação havia declinado para 46%. Na outra ponta, o conjunto de localidades com mais de 500 mil habitantes aumentou sua participação na população total de 8% para 32% no mesmo período.

O trecho acima indica, portanto um crescente processo de concentração populacional em cidades de grande porte. Este processo de concentração, pelo menos ao longo do século XX está associado ao processo de metropolização e a constituição de regiões metropolitanas. A constituição de regiões metropolitanas por sua vez está

profundamente relacionada à dinâmica do processo de industrialização no país, principalmente a partir do processo de modernização associado à instalação de um modelo de fordismo periférico (LIPIETZ, 1989), baseado na substituição de importações.

Em outros termos poderíamos definir os encadeamentos desse processo da seguinte forma: ao longo do século XX o país passa por amplo processo de modernização com a instalação de um parque industrial fordista. Este processo de industrialização comandado pelos investimentos de capital estrangeiro vão demandar grande disponibilidade de infraestrutura, conformando um novo padrão de condições gerais de produção tanto materiais quanto imateriais. Assim é que aquelas cidades que já possuíam certa concentração populacional e disponibilidade de condições gerais de produção foram os locais privilegiados do recebimento de investimentos industriais. É neste sentido que Geiger (1963, p 100) afirma que “A maior parte das grandes cidades encontra-se sempre na faixa litorânea, as capitais estaduais são, na maioria, os portos do país”.

Ora estas cidades são justamente aquelas com importante papel econômico durante o período colonial, que terão as condições materiais para a atração de investimentos industriais, principalmente em sua primeira fase. É dessa forma que o Rio de Janeiro, sede do governo e principal porto exportador da época colonial se torna o principal centro industrial do país, sendo substituído, ao longo do século XX, por São Paulo, que devido ao seu papel de concentração de capitais ligados a produção de café acumulou condições infraestruturais adequadas para o processo de industrialização.

No entanto, se existe uma relação entre a urbanização pretérita e o processo de industrialização, este último irá subverter completamente a estrutura espacial das cidades que se tornam sede dos investimentos indústrias. Assim antigas cidades coloniais são metamorfoseadas em metrópoles, e a partir destas há a constituição de regiões metropolitanas. É este processo que explica a crescente concentração populacional em grandes cidades apontado no trecho acima, juntamente com a produção de novas condições gerais de produção que dão suporte a essas atividades.

Porém a partir dos anos 1970 e 1980 percebe uma diminuição no ritmo de crescimento populacional das regiões metropolitanas, associado ao crescimento de cidades médias que chegou a ser interpretada como uma perda de importância das metrópoles e regiões metropolitanas. No entanto, segundo Silva (2012, p 40):

A desconcentração populacional realmente se coloca como um fenômeno característico da conformação do espaço urbano brasileiro, mas não foi e nem vem se processando de maneira tão pulverizada quanto muitas vezes se coloca.

Desde os anos 1970, já se identificava que a maior parte dessa desconcentração ocorria para núcleos urbanos próximos e/ou com dinâmica econômica bastante atrelada às metrópoles.

Portanto a redução do crescimento populacional das metrópoles não deve ser visto como sinal de enfraquecimento econômico das mesmas uma vez que boa parte das aglomerações ou cidades mais dinâmicas tem seu funcionamento bastante atrelado às metrópoles. Assim ao invés de pensarmos em um processo de desmetropolização (SANTOS, 1994) conforme o debate dos anos 1980 e 1990 podemos pensar em um processo de expansão metropolitana, que se dá a partir da integração de novas áreas a partir de eixos de expansão metropolitanos. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, este processo estaria levando a configurando uma nova forma urbana identificada por Lencioni como uma cidade-região em formação (LENCIONI, 2011).

Por outro lado se há em algumas metrópoles uma redução dos investimentos industriais, isto se dá ao passo que elas reafirmam seu papel como centros de gestão do capital. Assim de forma alguma assistimos a uma redução da importância das metrópoles e regiões metropolitanas no Brasil, mas provavelmente ao aumento da sua importância, enquanto nestas áreas se concentra um novo tipo de condições gerais de produção ligadas as atividades de ponta e gestão de negócios (LENCIONI, 2007). Para prosseguirmos, no entanto, precisamos esclarecer o significado dos termos metrópole, área metropolitana e região metropolitana, que temos utilizado até aqui, para evitar qualquer tipo de confusão. Este é o objetivo do próximo tópico.

4.2. Região metropolitana, área metropolitana e metrópole.

O objetivo deste tópico é aclarar a concepção dos conceitos de região metropolitana, área metropolitana e metrópole, conceitos cuja indistinção pode levar a dificuldades analíticas. Um primeiro aspecto nesse sentido é a diferenciação entre a região metropolitana enquanto área integrada, fruto de um processo de metropolização e a região metropolitana enquanto região de governo. Alguns trabalhos associam a ideia de região metropolitana apenas à de região metropolitana como região de governo, posição que consideramos falha justamente por limitar o conceito de região metropolitana apenas a uma de suas dimensões: aquela ligada a dimensão político-administrativa ignorando a outra relacionada ao processo de metropolização.

Assim a primeira distinção que precisamos fazer para a compreensão da região metropolitana é a entre a região metropolitana enquanto região de governo, que aqui

denominaremos como “região institucionalizada” e a região metropolitana enquanto área integrada. As primeiras “regiões metropolitanas institucionalizadas” foram criadas por decreto, durante o governo militar tendo a marca do planejamento autoritário do governo militar, em que havia limitada participação dos poderes municipais (ROLNICK e SOMECK, 2004).

Com a Constituição de 1988 a responsabilidade para a criação de regiões metropolitanas passa para os estados federados, ao passo que há um vácuo de políticas nacionais para as regiões metropolitanas (FIRKOWSKY, 2012). Segundo o IBGE a região metropolitana institucionalizada atualmente é estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Dentro dos objetivos do presente trabalho o debate sobre as regiões metropolitanas institucionalizadas não estarão no foco da nossa análise. A nossa atenção está voltada principalmente para a região metropolitana enquanto área integrada, e só atentaremos para a dinâmica da região metropolitana institucionalizada na medida em que ela esclarecer questões referentes aos objetivos do trabalho. Assim sempre que nos referimos à região metropolitana estamos falando da região metropolitana enquanto fruto do processo de metropolização e quando nos referimos a região metropolitana institucionalizada nos referimos a regiões metropolitanas estabelecidas pelos governos estaduais.

Passemos então a definição dos conceitos de metrópole, área metropolitana e região metropolitana. Geigger; Baraf (1973) definem estes conceitos, os quais a partir de uma leitura crítica serão utilizados no presente trabalho. Para esses autores a metrópole corresponderia ao núcleo metropolitano, área mais adensada do ponto de vista dos fixos a partir da qual se exerce o comando das atividades metropolitanas.

Como discutido anteriormente é nesta área que normalmente se inicia o processo de metropolização e onde tem efeito a ação das forças centrípetas. Esta condição leva a que esta parte da metrópole possuía grande concentração econômica e de população e mesmo com o processo de expansão metropolitana, muitas vezes a metrópole permanece concentrando boa parte das atividades econômicas e da população. A metrópole é, portanto um espaço de suma importância para a compreensão da dinâmica de formação de uma região metropolitana, por mais que tenhamos que afirmar que haja diferenciações entre a metrópole e o restante da região metropolitana, ou seja, que os processos que ocorrem na

metrópole nem sempre se dão no mesmo ritmo e da mesma forma quando se considera a região metropolitana como um todo.

Por exemplo, nos anos 1980 chamou à atenção dos pesquisadores a redução do crescimento das regiões metropolitanas. No entanto quando analisamos este fenômeno diferenciando as metrópoles das periferias metropolitanas, percebe-se que enquanto as metrópoles tiveram crescimento pequeno e em alguns casos até negativo, nas periferias metropolitanas existiam áreas de intenso crescimento populacional (MARTINE, 1994).

A metrópole é, portanto, uma área marcada pela grande concentração, estando submetido a um longo processo de metropolização. Esta área tem sido marcada por intensas transformações nas últimas décadas, devido ao novo papel que estes espaços assumem no ordenamento espacial capitalista. Assim ao passo que há uma forte redução do emprego e das atividades industriais², as metrópoles reafirmam o seu papel de centros de gestão, de oferecimento de serviços avançados e de consumo (CARLOS, 2001).

Por outro lado o conceito de área metropolitana remete a “área metropolitana ou aglomerado principal, cuja expressão espacial é a continuidade da malha urbana, associada a uma forma de integração do sistema viário e abrangendo subúrbios residenciais e industriais” (GEIGER, 1973, p 25). Esta, portanto, é composta pela metrópole e aquela periferia imediata, em geral mais consolidada, em que o processo de expansão levou a fusão dos tecidos urbanos.

Dentro da área metropolitana podemos ter marcadas diferenças entre os espaços urbanos, embora seja normalmente característica a forte integração entre os espaços que a compõem, tanto do ponto de vista físico, expressa na conurbação, tanto do ponto de vista dos fluxos, sejam eles materiais ou imateriais. De certa forma, podemos pensar na área metropolitana como o núcleo mais consolidado da região metropolitana, se a compararmos com as demais áreas que compõem esta região.

O conceito de região metropolitana remete a área integrada por diferentes fluxos, conurbada ou não, dentro da qual se tem uma dinâmica metropolitana comum, desse modo quando nos referimos à região metropolitana, nos referimos a uma grande área inserida numa dinâmica regional integrada, formada por áreas conurbadas ou não, integradas ao

² Isto não significa que a atividade industrial tenha perdido sua importância dentro da metrópole ou da região metropolitana. Ela continua muito importante tanto pelo volume absoluto de empregos que gera, quando pelos encadeamentos que possui com os mais diversos setores. Boa parte das atividades de serviços, por exemplo, estão diretamente relacionadas a atividades industriais.

ponto de não ser possível à compreensão de cada área isoladamente das outras, região esta constituída pelo processo de metropolização.

A região metropolitana se forma ao longo do processo de metropolização, devido da expansão de uma ou mais metrópoles e das áreas do entorno a partir da qual se conforma uma área urbana de maior dimensão. Tradicionalmente no Brasil, as regiões metropolitanas são compostas por duas grandes áreas diferenciadas: a metrópole e a periferia. Como já discutimos anteriormente o conceito de metrópole, nos deteremos agora na ideia de periferia metropolitana.

A periferia metropolitana é a área que a partir da expansão da metrópole, se integra a esta seja fisicamente, seja através dos mais diversos fluxos. Muitas vezes, as áreas inseridas na dinâmica metropolitana, eram núcleos urbanos que tinham uma vida própria, e ao se inserirem na dinâmica metropolitana passam por inúmeras transformações econômicas e sociais. Este é caso de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, importante centro produtor de café durante o século XIX e laranja durante as primeiras décadas do século XX, e lar de uma importante aristocracia agrária, cuja presença na cidade se materializava em imponentes palacetes e obras públicas.

Esta cidade colonial e aristocrática é simplesmente varrida do mapa com a inserção da cidade na dinâmica metropolitana. Ela é inserida na dinâmica metropolitana, dentro de um forte processo de expansão industrial e urbano da metrópole, em que este local assume o papel de área para localização de novos empreendimentos industriais e de estabelecimento de moradia para a população operária. Segundo Santos (1984), durante a década de 1950, cerca de 130.000 lotes foram criados nesta cidade.

A expansão metropolitana e constituição de sua periferia também pode se dar pela incorporação de áreas rurais, nesse caso há uma mudança nos usos do solo bem como nas formas de ocupação do mesmo. A diferença do valor da terra entre o solo urbano e rural é um estímulo à expansão metropolitana, uma vez que para os promotores imobiliários e mesmo para os proprietários fundiários a conversão de terra rural em urbana pode ser um negócio mais lucrativo do que a manutenção da atividade agrícola.

Importante afirmar que a expansão da metrópole a constituição da periferia metropolitana e, portanto da região metropolitana não é apenas um processo de extensão física do aglomerado metropolitana, mas corresponde a uma mudança qualitativa em sua dinâmica. Por exemplo, com a constituição da periferia há uma mudança na divisão do trabalho metropolitano, em que algumas atividades econômicas deixam a metrópole, e se

direcionam a periferia enquanto outras passam a se concentrar em algumas áreas da metrópole.

Portanto a constituição da região metropolitana indica uma nova dinâmica urbana, constituindo uma grande área urbana altamente diferenciada, segregada e ao mesmo tempo fortemente integrada, ou seja, estamos diante de um fenômeno cuja interpretação nos remete a 3^o lei da dialética que afirma que modificações quantitativas em um processo podem levar a alterações qualitativas e vice-versa. Quando pensamos na formação da região metropolitana, estamos tratando justamente de um processo de expansão física, portanto quantitativo, que leva a alterações qualitativas na dinâmica da nova área em formação.

Importante afirmar que as áreas periféricas não são homogêneas mais altamente diferenciadas. Do ponto de vista de sua integração a dinâmica metropolitana a periferia pode ser dividida em três grandes áreas: a periferia consolidada, cujo processo de integração a dinâmica metropolitana é mais antigo e que constitui com a metrópole a área metropolitana; a periferia em consolidação, cujo processo de integração é mais recente e que podem não estar conurbadas ao tecido metropolitano; a periferia não consolidada, cujo processo de integração é ainda embrionário, e que fazem a mediação entre as áreas metropolitanas e não metropolitanas.

A partir dessa explanação toma corpo a afirmação antes mencionada de que a região metropolitana é composta por áreas diferenciadas, e com papéis desiguais dentro da divisão do trabalho metropolitana, mas que, no entanto estão fortemente integradas. A importância da distinção das áreas que compõem a região metropolitana é justamente valorizar essa diferenciação, não compreendendo esta como homogênea, mas sem perder de vista que por mais desigual que ela seja trata-se de uma única região urbana.

Apesar de considerarmos essa distinção intrametropolitana importante para o trabalho temos que apontar que a discussão sobre essa distinção intrametropolitana necessita de uma atualização crítica. Por exemplo, a ideia de área metropolitana precisa ser repensada uma vez que a forma metropolitana tende a ser cada vez mais dispersa, com aumento dos vazios entre áreas ocupadas e existência de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) como condomínios fechados, shopping centers ou complexos multiuso, que muitas vezes possuem características sociais distintas do entorno. No tópico seguinte tratamos dos elementos que permitem caracterizar a região metropolitana, diferenciando-a de outros espaços.

4.3. Elementos que definem a região metropolitana.

Para a compreensão da natureza da região metropolitana, da área metropolitana e da metrópole, acreditamos que três elementos são de extrema importância: a ideia de **aglomeração**; **forte integração** e o **papel de comando e gestão do capital**. Apenas na região metropolitana identificamos estes três elementos com a intensidade que eles se apresentam. O primeiro elemento é o da aglomeração urbana, e se torna importante neste contexto de análise, pois é um elemento definidor do urbano.

No entanto na região metropolitana, a aglomeração (de pessoas, de atividades econômicas, de inovações e também de conflitos sociais) atinge uma grande dimensão, levando a processos qualitativamente novos. A aglomeração cria, portanto situações novas, que potencializam a capacidade produtiva das cidades. Contudo apesar da sua importância, o tamanho da aglomeração não é em si suficiente para a identificação de uma região metropolitana, pois nem toda grande cidade, em termos populacionais, é uma metrópole ou constitui uma região metropolitana. O segundo elemento para a definição da região metropolitana é a existência de uma **forte integração**, que se materializa por uma grande intensidade de fluxos entre as diferentes áreas da região metropolitana (fluxos de pessoas, de mercadorias, de informações etc.) Segundo Lencioni (2011, p 136):

O processo de metropolização do espaço se expressa na intensificação e multiplicidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações, bem como pelo crescimento do número de cidades conurbadas, onde não se distingue muito bem, na continuidade da área construída, o limite municipal de cada uma delas. E, também, pela expansão territorial do aglomerado metropolitano e pela extensão e densificação territorial da concentração das infraestruturas.

No trecho acima, aparecem claramente os dois elementos definidores da região metropolitana antes mencionados. Em primeiro lugar a importância da dinâmica dos fluxos para a constituição da região metropolitana e em segundo lugar, a constituição de uma aglomeração urbana de grandes dimensões que conurba cidades e obscurece os limites territoriais entre as cidades, tudo possibilitado pela extensão e densificação da infraestrutura material e imaterial.

Necessitamos ainda de um terceiro elemento que permita caracterizar a região metropolitana. Este elemento é o **papel de comando e gestão do capital** que a região metropolitana e em especial a metrópole exerce. Dentro da região metropolitana, a metrópole é um ponto de controle das atividades dispersas pelo território, e isto configura sua centralidade, a sua capacidade de polarização do território, em outras palavras: “a

noção de centralidade, além de uma posição física relativa, é considerada como a expressão do exercício de um papel de comando na rede de cidades” (MOURA et all, 2010, p 129).

Esses elementos ajudam a compreender a natureza de uma região metropolitana, no entanto a análise do processo de metropolização exige instrumentos conceituais capazes de nos auxiliar a compreender esse processo, e em especial o processo de reestruturação, que é o objeto da nossa análise. No presente trabalho os instrumentos escolhidos foram os conceitos de estruturas, formas e funções metropolitanas, justamente por serem apropriados para o entendimento reestruturação metropolitana. Estes conceitos são discutidos a seguir.

4.4. Como analisar as transformações metropolitanas: estrutura, forma e função.

Os três elementos teóricos discutidos neste tópico são entendidos como instrumentos teóricos para a compreensão da reestruturação. Parte-se, portanto, do pressuposto de que para a compreensão do processo de reestruturação, é preciso analisar as transformações nas estruturas formas e funções metropolitanas. Isto porque a reestruturação, dentro da perspectiva do trabalho, se caracteriza justamente por profundas transformações nas estruturas, formas e funções metropolitanas. Vejamos então cada um destes conceitos.

A estrutura é pensada como um elemento teórico para o entendimento dos mecanismos de produção e reprodução da sociedade, funcionando como base, suporte dessa produção/reprodução. Essas estruturas se constituem pela ação conjunta de diferentes grupos sociais, indivíduos e empresas, tanto do ponto de vista sincrônico, ou seja, ações simultâneas no espaço, ou diacrônicas, ações cumulativas no tempo. As estruturas se originam de ações sincrônicas e diacrônicas, que mesmo não sendo coordenadas de forma centralizada, e muitas vezes possuindo intenções divergentes, apresentam um resultado comum, que é a constituição das estruturas, que condicionam a ação desses mesmos agentes. Segundo Poulion (1968, p 4):

Estrutura é, antes de mais nada a maneira como o edifício está construído, depois, por extensão, o modo como as partes de um todo qualquer são dispostas entre si. A estrutura é, portanto, aquilo que nos revela a análise interna de uma totalidade: elementos, relações entre os elementos, o sistema dessas relações. Esta é em suma, o arcabouço, o esqueleto do objeto, o que nele permite distinguir o essencial e o acessório.

Portanto quando falamos em estrutura, nos remetemos a uma forma de organização, a uma totalidade, que pode ser pensada em diferentes escalas. No entanto ao trabalharmos

com a perspectiva da produção do espaço, precisamos entender que as estruturas são produzidas socialmente e, portanto, não se trata simplesmente de um arranjo ou de uma (des) ordem, mas de uma ordem que possui uma intencionalidade, uma lógica, que é social, mesmo que esta não seja fruto de uma ação centralizada envolvendo os diferentes agentes que contribuem para a produção das estruturas. Em outras palavras uma estrutura só pode ser compreendida dentro do contexto social em que está inserida, sendo que uma mesma estrutura pode ter significados bem distintos em contextos sociais diferentes.

Duas questões, portanto aparecem no sentido de aprofundar a discussão aqui realizada sobre a estrutura: em primeiro lugar, que tipo de estruturas será o foco do nosso trabalho; em segundo lugar em que medida o conceito de estrutura se diferencia do conceito de espaço geográfico. A primeira questão se dá devido ao fato de que o conceito de estrutura ter uma grande abrangência, pois podemos falar de estrutura de classes, de estrutura fundiária ou estrutura viária. Portanto a ideia geral de estrutura pode servir para designar diferentes tipos de realidades.

Por se tratar de um trabalho geográfico o nosso foco estará nas estruturas espaciais metropolitanas, ou seja, aquelas estruturas que remetem diretamente a produção do espaço. Trata-se, portanto, de estruturas socialmente produzidas que conformam o espaço geográfico, e como tal tem as características desse espaço, entre elas, o fato de possuírem grande fixidez, por representarem grande quantidade de trabalho materializado ao passo que a sua transformação pode ser uma atividade extremamente lucrativa no capitalismo. No entanto o conceito de estrutura não se confunde o espaço geográfico. Por mais que o espaço seja composto de várias estruturas socialmente produzidas, ele não se limita a essas estruturas. As formas da natureza, por exemplo, embora não façam parte de nenhuma estrutura produzida pelo homem são parte do espaço geográfico.

Como a estrutura remete a uma lógica, a uma intencionalidade, e essa lógica é social, só podemos falar de estruturas quando pensamos no espaço produzido pelo homem. Este espaço produzido é composto de um conjunto de estruturas, totalidades com um sentido, que possuem formas e funções diferenciadas, ditadas pela gênese da sua produção e pelo sua utilização atual. Portanto as estruturas podem ser compreendidas tanto de um ponto de vista diacrônico: a evolução das estruturas no tempo, quanto sincrônico: as relações entre os elementos da estrutura. Portanto as estruturas espaciais são tanto tempo materializado em objetos quanto matéria em movimento, movimento dado pelos interesses dos diferentes agentes sociais.

Já que mencionamos a evolução histórica das estruturas cabe aprofundar esse ponto. Nesse contexto Lencioni (1998, p 1), a partir da crítica ao estruturalismo, esboça uma concepção de estrutura que partilhamos:

Essa formulação (estruturalista) separa a unidade todo-parte, fazendo crer que ora existem as partes e, depois, o todo, ou, inversamente, existe o todo e depois as partes. Mais do que isso, é formulada em termos de causa e efeito, exprimindo uma maneira incompleta e unilateral de perceber a relação entre o todo e as partes, não enxergando o movimento proveniente da ação recíproca entre eles que permitiria esclarecer a ambos. Essa possibilidade do todo e da parte se constituir numa unidade só pode ser compreendida a partir de uma concepção dialética que concebe a totalidade como uma totalidade aberta e em movimento, uma totalidade infinita de totalidades parciais, igualmente abertas que se relacionam entre si.

Dessa maneira afirmamos a relação dialética entre o todo (estrutura) e as partes, assim como a questão de que estrutura se constitui a partir da relação entre os elementos, e, portanto a alteração desses elementos, dependendo de sua intensidade, pode modificar a estrutura, da mesma forma que esses elementos só têm real significado se compreendidos a partir da dinâmica da estrutura e a sua modificação, altera o significado de cada um dos seus elementos. Assim quando as mudanças se acumulam com tal intensidade provocando mudanças qualitativas em diversas estruturas metropolitanas identificamos o processo de reestruturação.

Outro aspecto a se ressaltar é que a estrutura é uma totalidade aberta e em movimento, ou seja, mantém relações com outras estruturas e elementos e pode também ser modificada por essas relações. A estrutura é uma totalidade em movimento, ou seja, inserida num processo, tendo, portanto a característica de permanente inacabamento. Assim temos “uma totalidade infinita de totalidades parciais”, relacionadas entre si e em permanente processo de mutação.

Estes aspectos do se que pode denominar de uma concepção relacional e histórica de estrutura aparecem claramente no trecho a seguir, segundo Lefebvre (1971, p 162):

Si la connaissance rencontre une structure et l'analyse, elle a pour but de montrer comment s'est formée cette structure: comment le devenir et l'histoire l'ont créée. Mettre l'accent sur la stabilité, sur la permanence, c'est le contraire de la méthode marxiste. Dans le devenir, il y a des structures qui se constituent ; puis le devenir dissout graduellement ou brise brusquement les structures qu'il crée.

Se o pensamento reencontra uma estrutura, esta estrutura faz parte de uma realidade cujo movimento é independente do pensamento sobre essa realidade. Estrutura é uma categoria de análise, que busca compreender a lógica da estruturação da realidade, estruturas que assim como a própria realidade só podem ser instáveis. Se o pensamento busca apreender a realidade a partir do conceito de estrutura, essa realidade, sempre em

movimento, leva a uma constante inadequação entre as estruturas como categorias do pensamento e a realidade que ela busca compreender. Assim algumas estruturas se dissolvem enquanto outras surgem e se modificam e o esforço analítico deve se dar no sentido de acompanhar esse movimento e não de negá-lo ou ignorá-lo.

Portanto estas estruturas possuem uma característica que as definem: sua instabilidade e historicidade. Segundo Lencioni (1998, p 3):

As estruturas, nem são fixas e nem estáveis. Elas tem um equilíbrio provisório e quando esse equilíbrio intermitente é abalado pode ocorrer uma desestruturação-reestruturação, que se gesta no seio da própria estrutura, pois esta tem uma dinâmica que não só a constitui, mas que, também, busca romper os equilíbrios provisórios. Portanto, estruturação-desestruturação-reestruturação se constituem num único movimento.

É neste sentido que cabe destacar as mudanças e permanências, pois o processo de reestruturação implica em mudanças, mas nem tudo muda, sendo importante também indicar as permanências, pois estas podem ser definidoras do processo de reestruturação e mesmo das especificidades desse processo em um local. Assim interessa a análise à intensidade das mudanças bem como que aspectos permanecem ou se modificam parcialmente. Assim sendo não podemos perceber mudanças e permanências como aspectos rígidos da realidade, mas como um continuum em que entre as situações de mudança absoluta e de permanência absoluta temos um conjunto de situações intermediárias.

As formas dizem respeito ao aspecto morfológico de um elemento ou estrutura. Assim como estrutura a forma pode ser pensada para diferentes realidades, assim podemos pensar na forma das relações de trabalho, assim como na forma de um edifício. Novamente, por se tratar de um trabalho geográfico a nossa atenção será dada prioritariamente as formas espaciais metropolitanas, ou seja, aquelas formas que estão diretamente ligadas a produção do espaço.

Nesse sentido, as formas podem ser vistas como um aspecto inerente à produção do espaço, em outras palavras, todo espaço produzido tem a sua forma, e esta forma é aquilo que é normalmente mais aparente no espaço geográfico e por isso muitos trabalhos tendem a se ater apenas a forma. Outro aspecto importante da forma metropolitana é que a mesma pode ser pensada em diversas escalas, sendo possível pensar na forma de um edifício, de um bairro e mesmo da metrópole ou da região metropolitana.

No entanto a forma não é uma categoria neutra, pois como forma ela “informa” a maneira como foi produzida e os interesses envolvidos nessa produção, e nesse sentido que

a análise da forma traz importantes elementos para a abordagem geográfica. Como a forma é fruto de uma produção social, sua análise pode revelar as contradições presentes no processo de produção do espaço nessa sociedade.

As formas espaciais, em especial as formas metropolitanas representam um grande acúmulo de trabalho social materializado em objetos geográficos. Esse acúmulo de trabalho leva a que essas formas tenham forte rigidez, porque a destruição delas implicaria na desvalorização de um grande volume de capital. Isto remete a um descompasso entre, de um lado, a rigidez das formas espaciais e, de outro, as necessidades mutantes do sistema capitalista para o qual estas formas têm que se adaptar. Utilizando a noção de “paisagem física” Harvey (2005, p 53), descreve esse descompasso nos seguintes termos:

Assim o capital passa a ser representado por uma paisagem física, criada a sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangido pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento passado, como uma pressão inibidora do progresso adicional da acumulação.

A sociedade capitalista produz um espaço cujas formas espaciais compõem uma “paisagem física”, criada a “sua própria imagem”, ou seja, segundo os interesses do capital³ naquele contexto em que foi criado. E quando esse contexto muda essas formas que são a materialização do progresso de outros tempos passam a exercer um constrangimento para as novas necessidades de expansão capitalistas. Além disso, mudanças intensas nas formas metropolitanas podem indicar a configuração de um processo de reestruturação, outra possível resposta a esse descompasso.

A função diz respeito à atribuição social dada a uma forma, ou mesmo a uma estrutura, embora normalmente uma estrutura tenda a ser multifuncional. Assim como a forma, a função também pode ser pensada em diferentes escalas, como a função de um edifício, de um bairro ou de uma cidade, metrópole ou região metropolitana. Da mesma maneira que a forma e a estrutura a função também pode ser pensada para diferentes realidades, podemos pensar na função de um sindicato, de uma escola, bem como de um shopping center ou de um distrito industrial.

Novamente o nosso foco estará nas funções relacionadas diretamente ao espaço geográfico, ou seja, principalmente aquelas funções ligadas a estruturas ou mesmo formas metropolitanas. Um primeiro aspecto a salientar em relação às funções metropolitanas é

³ Importante relativizar as afirmações do autor no sentido de que nem todas as formas geográficas, ou mesmo paisagens são produzidas segundo os interesses do capital, ou mesmo são funcionais a sua reprodução. Para a crítica das ideias do autor em relação a esse ponto, ver Gottdiener (1993).

que uma forma ou estrutura espacial pode ser tanto monofuncional, quanto multifuncional, ou seja, ter apenas uma ou diversas funções. O mesmo vale para uma área geográfica qualquer, um bairro, por exemplo, que pode ter uma, duas ou múltiplas funções.

Além desse aspecto quantitativo, há também que considerar o aspecto qualitativo das funções, ou seja, uma mesma área pode ter uma grande diversidade de funções e mesmo pode haver uma alternância temporal de funções em um mesmo local. Há também a possibilidade de mudança da função de uma forma ou estrutura ao longo do tempo, ou seja, uma refuncionalização. Devido à rigidez das formas e estruturas espaciais, a refuncionalização é uma alternativa para adaptar as formas do passado as necessidades econômicas do presente.

A função aponta, portanto o objetivo que explica a existência de uma forma, processo ou estrutura. Importante dizer que a função não é algo que surge naturalmente nos espaços geográficos, como aparece em algumas análises funcionalistas. A função é atribuição socialmente dada a um elemento do espaço produzido. Como não poderia deixar de ser o processo de funcionalização e refuncionalização reflete as contradições presentes na sociedade capitalista, e os interesses dos diferentes agentes.

É importante assinalar o caráter contraditório da funcionalização das formas e estruturas. Muitas vezes a funcionalização dada por um sujeito hegemônico a um espaço, se contrapõe a funcionalização desejada por outros. Portanto a funcionalização ou refuncionalização das formas envolvem conflitos e disputas que precisam ser explicitados.

Importante ressaltar que estrutura, formas e funções devem ser sempre analisadas conjuntamente, pois senão teremos uma visão unilateral e bastante incompleta da realidade. Como aponta Lefebvre (1971, p 181):

En premier lieu, les tres notions, forme, function, structure, doivent s'utiliser egalement, au meme titre, pour analyser le réel. En second lieu, elles permettent de saisir des stabilités provisoires et des équilibres momentanés. En troisième lieu, elles révèlent un contenu a la fois enveloppé, impliqué et dissimulé dans les formes, structures, fonctions, analysées. A travers l'emploi logique de ces concepts pour l'analyse, s'atteint un mouvement plus profond et plus reel : le mouvement dialectique de la société et de l'histoire.

Portanto as três noções: forma, função e estrutura⁴ precisam ser utilizadas com a mesma importância, sem que nenhuma delas seja sobrevalorizada em relação às demais. Isto porque a análise conjunta das três noções permite revelar aspectos profundos da

⁴ Santos (1985) aponta quatro categorias para a análise do espaço: forma, função estrutura e processo. Optamos em trabalhar com a tríade lefebvriana por acreditar que o processo não é uma categoria separada mas algo que atravessa as três categorias, ou seja, tanto a forma, como a função e a estrutura possuem um processo.

realidade que não seriam possíveis pela utilização de uma das noções de forma isolada. O que essa análise revela é o próprio movimento da sociedade e da história, enquanto a análise de um desses elementos separadamente leva a equívocos.

Imaginemos uma estrutura metropolitana: a estrutura viária por exemplo. Podemos compreender sua estrutura a partir das múltiplas vias que a compõem e dos fluxos que a partir dela se estabelecem. Também poderíamos compreendê-la a partir da forma, indicando se esta é uma estrutura com forma radiocêntrica, em que todas as vias confluem para a metrópole, ou possui uma forma mais dispersa assentada em grandes vias de comunicação que conformam centralidades em eixo. Da mesma maneira poderíamos analisá-la a partir das funções que se atribuem as diversas vias que compõem a estrutura viária, no sentido de perceber se a principal função da estrutura viária é permitir o deslocamento de pessoas ou de mercadorias, por exemplo.

Todas essas maneiras de analisar a realidade são válidas. Mas apenas quando analisamos uma realidade, nesse caso a estrutura viária, conjuntamente através dos três conceitos podemos ter uma compreensão mais apurada da realidade, pois cada um desses conceitos ilumina aspectos distintos da realidade metropolitana. Assim para compreendermos o processo de reestruturação metropolitana temos a tarefa de trabalhar conjuntamente com estes três conceitos. O processo atual de reestruturação metropolitana é o foco do próximo tópico.

4.5. O processo de reestruturação metropolitana.

O processo de reestruturação, conforme discutido anteriormente é um conjunto de amplas transformações nas estruturas, formas e funções metropolitanas. Este amplo conjunto de transformações leva a uma modificação radical na forma como as regiões metropolitanas são produzidas, na forma como as pessoas vivenciam as diferentes áreas que compõem esta região bem como nas formas de valorização e desvalorização dessas áreas, entre outros aspectos. Portanto, trata-se de intenso processo de transformações que produz novos padrões de produção do espaço metropolitano, mesmo que a lógica e os interesses por traz dessa produção permaneçam a mesmas. Segundo Soja (1993, p 192):

A reestruturação, em seu sentido mais amplo, transmite a noção de uma 'freada', senão de uma ruptura nas tendências seculares, e de uma mudança em direção a uma ordem e uma configuração significativamente diferentes da vida social, econômica e política. Evoca pois uma combinação sequencial de desmoronamento e reconstrução e tentativa de reconstituição, proveniente de algumas deficiências ou perturbações nos sistemas de pensamento e ação aceitos.

A antiga ordem está suficientemente esgarçada para impedir os remendos adaptativos e exigir, em vez deles, uma expressiva mudança estrutural.

A reestruturação seria então algo além de uma simples mudança, mas uma ruptura radical, representando um momento de destruição e reconstrução. A reestruturação se dá quando a forma de organização atual não dá mais conta das necessidades do capitalismo e não há mais possibilidade de remendos adaptativos. Segue então um período de crise e reconstrução, em que iniciativas são feitas para romper os obstáculos impostos pela antiga ordem. E assim por uma série de iniciativas de tentativa e erro vão se construindo alternativas que configuram o processo de reestruturação.

Quando falamos em reestruturação, portanto estamos analisando um processo que se refere a todas as dimensões da vida social. Como não poderia deixar de ser nosso foco estará na reestruturação espacial metropolitana, que é apenas um aspecto do processo de reestruturação do capitalismo, o qual precisamos ter sempre em mente para a compreensão da reestruturação metropolitana. Isto significa que mesmo que o objetivo desse trabalho seja a análise da reestruturação espacial metropolitana, não podemos esquecer que esta reestruturação está inserida em um processo de reestruturação mais amplo, que afeta a economia, a política, a cultura, etc.

Nunca é demais afirmar que não há nenhuma teleologia nesse processo dentro da perspectiva que estamos esboçando. Um momento de reestruturação é um período de grande tensão entre os agentes capitalistas que buscam inúmeras saídas individuais, muitas delas conduzindo esses agentes ao fracasso. No entanto como a história do capitalismo é a história dos vencedores são as alternativas criadas por estes que acabam virando referências no processo de reestruturação. Mas quais são os elementos que permitem afirmar que as regiões metropolitanas estão passando por um processo de reestruturação metropolitana, que não se trata, portanto, de simples mudanças? Nesse relatório gostaríamos de destacar três aspectos, profundamente relacionados, que conformam a reestruturação metropolitana: a dispersão metropolitana; a produção de novas centralidades; e o novo papel das periferias metropolitanas.

Sobre a dispersão metropolitana, Gottdiener (1993, p 14) afirma o seguinte:

Em lugar da forma compacta da cidade que outrora representava um processo histórico em formação há anos, existe agora uma população metropolitana distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão, que são amorfas na forma, maciças no escopo e hierárquicas em sua escala de organização social.

Nesse trecho o autor aponta uma mudança na forma urbana que ocorre principalmente nas grandes regiões metropolitanas. Neste sentido se coloca a oposição entre a forma compacta da cidade do passado, em que a população e as atividades econômicas se concentravam na metrópole, ao passo que se iniciava o processo de suburbanização e a forma metropolitana atual na qual o espaço metropolitano passa a estar organizadas em áreas de grande dimensão e integradas regionalmente. Essas áreas estão em constante crescimento tendo uma forma difusa e difícil de delimitar além da presença de enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) com características sociais distintas do entorno.

É muito comum nos estudos sobre as mudanças nas formas metropolitanas a contraposição das características atuais das regiões metropolitanas com as características do passado. Esta comparação ressalta as mudanças apesar de que precisamos sempre ter em mente que elas estão sempre associadas a permanências. Estas mudanças não estão apenas relacionadas à forma urbana, mas também a outros processos que em conjunto contribuiriam para a reestruturação metropolitana. O quadro 1 apresentado a seguir, elaborado por Lencioni (2008), aponta as principais transformações metropolitanas na atualidade, indicativas do processo de reestruturação:

Quadro 1: a metrópole moderna e contemporânea.		
	Metrópole Moderna	Metrópole Contemporânea
Processo	Urbanização	Metropolização
Aglomeração	Concentrada	Dispersa
Espaço	Espaço de lugares/espço dos fluxos	Espaço dos fluxos/ espaço dos lugares
Extensão territorial	Metrópole Coesa	Metrópole difusa
População/superfície	Alta densidade	Densidade em declínio
Forma	Contínua	Fragmentada
Mobilidade	Integração no percurso	Percurso sem integração
Desenho	Crescimento radiocêntrico	Crescimento mais linear
Limites	Definidos	Indefinidos
Centralidade	Policêntrica	Intensificação do Policentrismo
Renovação Urbana	Planos de Recuperação	Planos estratégicos
Redes	Hierárquicas	Anastomosadas
Capital	Produção	Gestão

Fonte: Lencioni (2008)

Na comparação entre a metrópole moderna e a pós-moderna, o primeiro aspecto é a mudança do processo: de urbanização para metropolização, processo este muito mais complexo. No contexto desse processo, segundo Soja (2008, p 150):

The boundaries of the city are becoming more porous, confusing our ability to draw neat lines separating what is inside as opposed to outside the city; between the city and the countryside, suburbia, non city, between one metropolitan city region and another; between the natural and the artificial.

Na região metropolitana “pós-moderna”, portanto os limites entre a cidade e os subúrbios ou entre a cidade e o campo se tornam mais indefinidos, dentro dessa metrópole os percursos são feitos entre locais sem integração durante esses percursos e o crescimento urbano se dá de forma mais linear seguindo os grandes eixos de transporte. Há uma intensificação do policentrismo com a criação de novas centralidades em aglomerações dispersas. Portanto todos os aspectos colocados no quadro são elementos do processo de reestruturação em curso em várias regiões metropolitanas, todos eles relacionados entre si.

Contudo esse aumento da dispersão urbana não significa que a metrópole e a região metropolitana deixem de ser caracterizadas como áreas de concentração. Segundo Lencioni (2008, p 9):

A metrópole contemporânea, devido ao seu espraiamento territorial e a conurbação de cidades apresenta uma densidade populacional menor que a metrópole coesa do passado. Seus limites territoriais são difusos, dado o grande grau de dispersão, por exemplo, da população, das atividades de consumo, da área construída e das atividades produtivas. Mas, essa dispersão não deve comprometer, no entanto, a visão de que ela possui um alto coeficiente de concentração, a exemplo da concentração de trabalho qualificado, de serviços produtivos, ou seja, daqueles serviços voltados ao atendimento às empresas, notadamente de empresas com fortes vínculos com o mercado mundial, de fluxos virtuais, de população, de renda e de edifícios verticalizados.

Portanto mesmo dispersa, a região metropolitana não deixa de se configurar como uma área de forte concentração. Isto pode ser facilmente constatado quando se modifica a escala da análise. De uma escala municipal podemos ter a dispersão metropolitana para áreas da periferia metropolitana, na escala nacional e mesmo mundial, por exemplo, podemos constatar o aumento da concentração populacional nas regiões metropolitanas (CAPEL, 2003). Assim a dispersão metropolitana pode estar associada ao aumento da sua importância econômica e social.

Um outro aspecto relacionado a reestruturação metropolitana atual é a criação de novas áreas de centralidade. Na estrutura tradicional da metrópole moderna tínhamos um centro único, o tradicional CBD, que polarizava toda a área metropolitana, e que, portanto representava uma centralidade para todos os habitantes da metrópole e uma série de

subcentros, cópias em tamanho reduzido do CBD, que abrangem uma menor área – em termos de centralidade – estando subordinadas ao centro principal. Na estrutura que se desenha na atualidade temos uma multiplicidade de centros, planejados ou não, em geral especializados e diferenciados tanto no que diz respeito à funcionalidade, ou seja, o tipo de atividades que incorporam e no que diz respeito aos grupos sociais que atendem.

A partir de 1970, inicia-se um processo de ruptura com a forma tradicional de se pensar a estrutura metropolitana (REIS, 2007), que se relaciona certamente com uma ruptura na forma de produção das regiões metropolitanas. Vários estudos começam a questionar a idéia da existência de uma hierarquia de centros na organização interna da cidade, sempre com o CBD figurando como o centro mais importante seja pelo fato de possuir maior diversidade funcional e volume de negócios, seja por polarizar uma área mais extensa que os outros centros. Esses estudos começam a mostrar o surgimento e a consolidação de novos centros, que não podem ser classificados como subcentros, pois acumulam muitas das atividades e funções que antes pertenciam exclusivamente ao CBD.

Se no primeiro momento, os novos centros criados, embora competindo com o CBD não chegassem a desafiar a sua posição, sendo inclusive complementares a ele, agora os centros que começam a surgir podem aparentemente até subordinar o núcleo principal. Configura-se, então, uma estrutura com o centro principal, e um ou mais centros secundários, que podem ou não ter uma posição hierárquica superior ao CBD. Esses centros, portanto, são secundários em relação a sua gênese apenas e não necessariamente quanto a sua importância funcional.

Esse fenômeno foi denominado por Reis (2007) de desdobramento, baseando-se em trabalho anterior de Cordeiro (1979). O processo de desdobramento seria um tipo específico de descentralização. Em seu estudo sobre o processo de descentralização e desdobramento na Praia do Canto e em Campo Grande em Vitória, o autor busca diferenciar os dois processos nas duas áreas estudadas. Campo Grande seria tipicamente um subcentro comercial formado a partir da descentralização do distrito central de negócios (CBD). Já a Praia do Canto se constituiria como um desdobramento do núcleo central de negócios, passando a concentrar uma série de atividades antes exclusivamente encontradas no CBD, entre elas, a gestão pública e privada e o terciário especializado.

Dentre as características das áreas em que ocorre o processo de desdobramento, estariam segundo Sposito (1991): não são áreas contínuas ao centro principal ou aos

subcentros; caracterizam-se pela localização de atividades tipicamente centrais, mas de forma especializada; o seu nível de especialização é em alguns casos funcional, e em outros sócio-econômico. Sobre a mudança da estrutura monocêntrica para a policêntrica, Whitacker (2003, p 222) afirma:

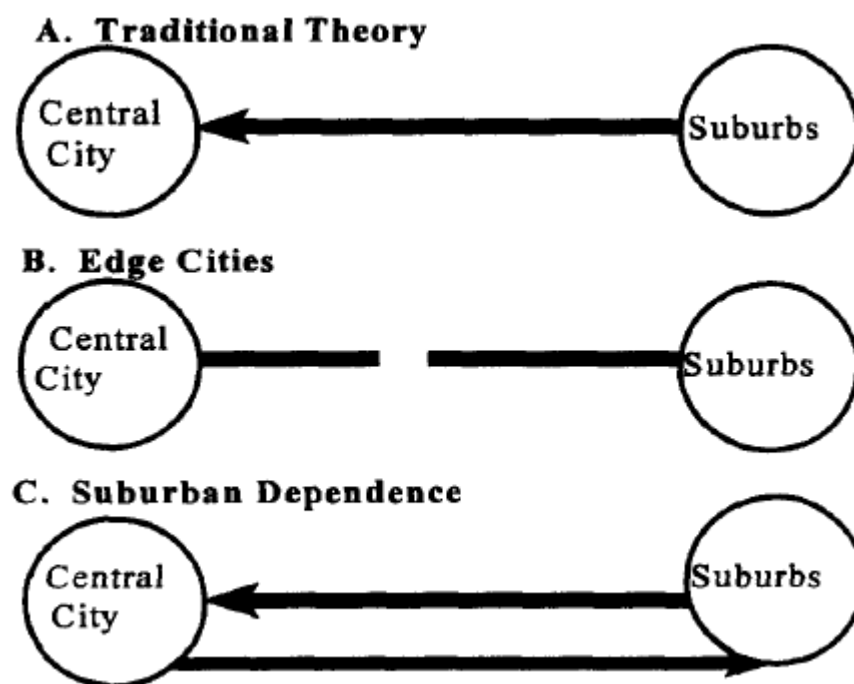
Não é mais o centro (uma forma urbana relacionada à concentração de atividades, dotada de relativa complexidade dentro da estrutura urbana e associada com a concentricidade de deslocamentos e fluxos), mas uma estrutura policêntrica e organizada em função dos eixos de circulação. Portanto, essas novas formas urbanas não se constituem primordialmente em função da confluência de eixos (concentricidade), e sim em função dos fluxos possíveis ou existentes nos eixos (WHITACKER, 2003, p 222).

Um bom exemplo de estudos sobre desdobramento em regiões metropolitanas é o trabalho de Fuji; Hartshorn (1995). Através de uma pesquisa baseada nos níveis de emprego na área metropolitana de Atlanta, os autores identificaram quatro centros: o CBD; Perimeter GA-400; Cumberland I-75; Buchead Lenox. O estudo mostrou que o numero de empregos vem crescendo, desde os anos 80, muito mais intensamente nos três núcleos secundários do que no CBD, embora este último ainda tenha o maior número de empregados. No entanto quando se considera apenas o emprego no varejo, o CBD aparece em último lugar, dentre os quatro centros citados.

Coffey; Shearmur (2002) apresentam uma interessante descrição do processo de descentralização nos EUA. Segundo eles, primeiro há uma descentralização das pessoas, logo após a II Guerra, com a fuga da classe média e alta em direção aos subúrbios, nesse momento embora morassem nos subúrbios, o CBD se mantinha como o principal local de trabalho, o que levava a necessidade de deslocamentos cotidianos de casa para o trabalho. Nos anos 60, os serviços pessoais acompanham a dispersão de famílias de alta renda, inclusive com a proliferação dos shoppings centers. Outras atividades econômicas também se dispersam nesse período, como a atividade manufatureira. Nos anos 70, certas atividades de escritório começam a se descentralizar. As atividades que se descentralizam nesse momento são aquelas identificadas como back office, ou seja, atividades rotineiras e padronizadas que dão suporte as atividades principais das empresas. Mais recentemente, nos anos 80 e 90 muitos autores têm identificado uma nova onda de descentralização que envolve atividades de serviços altamente especializados e escritórios empresarias “front office”, atividades de gestão direta das empresas. Portanto temos nesse momento uma nova etapa do processo de descentralização, que aponta para o desdobramento, em que outros centros passam a assumir atividades antes tipicamente do CBD.

No bojo dessas transformações, constitui-se um intenso debate sobre o processo de descentralização metropolitano nos EUA, e também na Europa. Um dos temas desse debate envolve a relação entre a cidade central e os subúrbios na atualidade. Bingham; Zalick (1996) buscam sintetizar os termos desse debate, conforme a figura 1:

Figura 1: possíveis relações entre a cidade central e os subúrbios.



Fonte: Bingham; Zalick (1996)

Na primeira hipótese está indicada a perspectiva tradicional de abordagem da relação entre subúrbios e cidade central. Nesse caso os subúrbios são exclusivamente residenciais e os seus moradores se deslocam cotidianamente para trabalhar na cidade central e também para adquirir os bens e serviços necessários. Nesse caso os subúrbios são dependentes da cidade central, pois só existem em função de sua relação com a cidade central, pois dela depende a renda dos moradores do subúrbio e o abastecimento das famílias com bens e serviços necessários.

Com as mudanças a partir dos anos 80 e 90 alguns autores, em especial Garreau (1991) a partir do conceito de edge city, vislumbram uma nova forma de relação entre a periferia e a cidade central – na qual se localiza – o CBD. Edge cities poderiam ser definidas como cidades da borda, nesse caso, nos subúrbios. As edge cities seriam centros, planejados ou não, que se formam nos subúrbios das regiões metropolitanas e se

caracterizam pela articulação entre áreas residenciais de alto status, áreas comerciais – em especial grandes shoppings regionais – de serviços especializados e de gestão empresarial. Nessa hipótese há uma quebra da hierarquia e da relação entre o CBD e as edge cities que se formam nos subúrbios, sendo estes últimos centros praticamente independentes em relação às cidades centrais.

Na terceira perspectiva, defendida pelos autores, existiria uma mútua relação entre a cidade central e os subúrbios. Nesta hipótese, haveria múltiplas relações entre os centros que compõem a estrutura metropolitana, relações não necessariamente hierárquicas, de complementação e competição. Portanto teríamos uma estrutura policêntrica complexa, em que os fluxos podem se dar em qualquer direção, seja entre o CBD e os subúrbios ou entre diferentes centros suburbanos. Nesse caso, por exemplo, os deslocamentos casa-trabalho podem acontecer com tanta intensidade entre CBD e subúrbios quanto entre dois centros suburbanos.

A partir do grau de dispersão que alcançaram as cidades americanas muitos autores, chegaram a apontar como tendência a dispersão absoluta do tecido metropolitano. Nesta perspectiva, o policentrismo das metrópoles americanas na atualidade, seria apenas uma etapa rumo à dispersão absoluta em que não seria mais possível identificar centros urbanos no tecido metropolitano. Este debate aparece na oposição entre os conceitos de edge e edgeles city, conforme apontado por Hartshorn (2003) no quadro 2:

Quadro 2: diferenças entre centro tradicional; edge city e edgeles city				
Categoria	Escala	Densidade de escritórios	Unidade básica	Limites
Centro	Um quilômetro e meio ou poucos quilômetros quadrados	Alto a muito alto	Quarteirões	Nítido, bem delineado
Edge City	Vários quilômetros quadrados	Medio a alto	Auto-estradas	Não muito claro mas com um reconhecível limite
Edgeles City	Dezenas ou mesmo centenas de quilômetros quadrados	Baixo a muito baixo	Municipalidades ou condados	Indeterminado, muito difícil de delinear
Fonte: Hartshorn (2003), traduzido pelo autor.				

No quadro o autor identifica três morfologias que representam momentos distintos do processo de descentralização e estruturação metropolitana. O primeiro é o centro tradicional que apresenta uma alta densidade de edificações, uma pequena dimensão horizontal, normalmente podendo ser percorrido a pé e com limites nítidos em relação ao resto da cidade. No segundo caso temos uma edge city, que teria uma dimensão horizontal muito maior, com mescla de áreas verticalizadas e horizontais, orientadas por grandes vias de transporte e com limites não tão claros como no caso dos centros tradicionais, mas no qual se consegue identificar claramente seu limite em relação a outras áreas. No terceiro caso, que se contrapõe a idéia de edge city, temos uma estrutura totalmente amorfa, anucleada, com baixíssimo nível de densidade, englobando cidades inteiras e com limites muito difíceis de delimitar.

Assim se contrapõe uma visão de uma estrutura policêntrica complexa, com centros diferenciados e relativamente independentes, embora integrados dentro de uma mesma dinâmica metropolitana – no caso das edge cities – a uma visão na qual se tem uma dispersão absoluta, em que a centralidade se dispersa por todo o tecido metropolitano sem que seja possível identificar um centro. Importante anotar que a literatura sobre o assunto não confirma a hipótese da dispersão absoluta (LEE, 2007; DRING; BINGHAM, 2000;

COFFEY; SHEARMUR, 2002; HARTSHORNE, 2003). Portanto a produção de novas áreas de centralidade é um aspecto decisivo do processo de reestruturação metropolitana na atualidade.

Um terceiro aspecto é o novo papel das periferias metropolitanas. Durante muito tempo, nos países latinos americanos e também no Brasil a concepção de periferia tinha um traço bem definido: a periferia era uma área marcada pela concentração de população de baixa renda, pela precariedade habitacional e posteriormente pela instalação de empreendimentos industriais. Esta periferia era definida em contraposição a área central, marcada por características quase opostas: maior densidade de infraestrutura, maior acessibilidade aos serviços públicos e melhores condições habitacionais.

Portanto a região metropolitana era marcada por uma visível oposição entre uma área central onde se concentram os investimentos públicos e privados e onde mora a população de maior capacidade aquisitiva e onde também se localizam a maior parte das atividades comerciais e de serviços e uma periferia, marcada pela precariedade habitacional, pela presença de moradores de baixa renda e por investimentos industriais em busca de terrenos mais baratos e mão de obra disponível. Esta oposição não se limita as condições infraestruturais, mas está diretamente ligada as condições de vida da população que mora nas áreas periféricas ou centrais. É neste sentido que Santos (1984, p 5 e 7) aponta uma oposição entre área central e periferia em termos de valor da terra e acesso a oportunidades sociais:

A área metropolitana se desenha entre extremos: há nelas seções de território onde os custos econômicos são tão altos que podem ser vistos como tendendo ao infinito e onde as condições de vida são relativamente excelentes, fazendo os custos sociais tenderem a zero; em contrapartida, há outros lugares em que os terrenos não valem nada, mas em que se paga um alto preço em termos de vida cotidiana, pois não há infra-estrutura, serviços, transporte adequado e segurança. Entre as situações de ponta há milhares de configurações compósitas. Nas poucas áreas onde foram concentrados os escassos recursos urbanísticos disponíveis só foram ficando os que podiam pagar os altos preços exigidos para consumi-los. Os demais a grande maioria, foram sendo empurrados para fora ou impedidos de entrar nos núcleos privilegiados, por ações diretas ou indiretas do capital ou do Estado.

Os extremos de que fala o texto são justamente o centro, ou a área central e a periferia. Na área central a concentração de investimentos públicos e privados faz com que o valor da terra seja extremamente elevado, o que é consequência direta desses investimentos e do fato deles serem concentrados nesta área central. Em outras palavras, se não houvesse tal concentração e as condições de infraestrutura urbana fossem semelhantes

em toda a região metropolitana, o valor da terra nas áreas centrais não seria tão elevado. Por outro lado se nas áreas centrais o valor da terra e, portanto o montante de recursos necessários para a aquisição da moradia era elevado o custo social de se morar nessas áreas é baixo uma vez que há uma excelente infraestrutura e máxima acessibilidade a serviços públicos e privados.

Nas áreas periféricas, contudo, temos uma situação oposta: por um lado o valor da terra e, portanto o montante de recursos necessários para a aquisição da moradia é baixo, o que está diretamente relacionado à falta de investimentos e de infraestrutura. No entanto o custo social de se morar nessas áreas é extremamente elevado devido à ausência de infraestrutura e dificuldade de acesso aos serviços públicos e privados, o que implica, por exemplo, em falta de acesso a educação a saúde, a baixa qualidade e alto custo dos transportes, a falta de saneamento básico, etc. No entanto, o estudo acima citado, aponta que a periferia nunca foi um todo homogêneo existindo diferenciações tanto materiais quanto simbólicas entre as áreas que a compõem.

A partir do modelo centro-periferia, tido como o arranjo básico das regiões metropolitanas brasileiras, uma série de estudos foi produzido sobre as características das áreas centrais e periféricas do país. Só para citar um importante exemplo, o estudo de Kovarick (1984) aponta como as periferias autoconstruídas constituem um elemento de superexploração da mão de obra nas regiões metropolitanas. Assim além da exploração no local de trabalho, teríamos uma expoliação urbana, que se dá pelo fato do capital não assumir o gasto com a moradia do trabalhador, sendo que este gasto não é incluído no salário. Sem condições financeiras para adquirir a moradia no mercado formal, o trabalhador é obrigado a produzi-la a partir compra de um terreno na periferia e da autoconstrução, que implica em um sobre-trabalho que o trabalhador tem que realizar para adquirir um bem que não que ele não pode pagar com seu salário.

A partir dos anos 1970 temos, no entanto, no bojo do processo de reestruturação metropolitana uma modificação radical no papel das periferias metropolitanas. Mesmo que as áreas metropolitanas não tenham deixado completamente de ser áreas de concentração de moradia de população de baixa renda, elas passam a assumir outros papéis e conteúdos dentro do contexto metropolitano. Estas mudanças estão associadas à implantação de enclaves fortificados nas periferias metropolitanas. Segundo Caldeira (2000, p 12):

Os enclaves fortificados são espaços privatizados fechados e monitorados destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem

aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os pobres, os marginais, os 'sem teto'. Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semi-público, eles transformam profundamente o caráter do espaço público.

A ideia de enclave está relacionada ao fato de que estes empreendimentos muitas vezes possuem características arquiteturais e sociais, completamente distintas do entorno, já a ideia de fortificado remete a uma preocupação central desses espaços: a segurança e controle do acesso. Portanto são espaços que se pautam pela busca de homogeneidade, de segurança e exclusividade social. Dentro da concepção de enclaves temos uma grande variedade de empreendimentos tanto residenciais, como de serviços ou de comércio. O que é importante se colocar sobre os enclaves é que os mesmos indicam uma nova forma de socialização, em rede, que se dá preferencialmente nestes enclaves, que podem estar fisicamente distantes um do outro, e não mais associada à ideia de vizinhança ou de relações com o entorno (SALGUEIRO, 1998).

Os enclaves fortificados se localizam preferencialmente na periferia, pois são normalmente empreendimentos de grande envergadura, que precisam de áreas grandes e baratas, que são mais facilmente encontradas nas periferias metropolitanas. A instalação desses empreendimentos nas periferias metropolitanas causam grandes modificações nessas áreas: em primeiro lugar aumenta a heterogeneidade social das periferias, uma vez que deixam de ser áreas habitadas predominantemente por população de baixa renda e passam a ter também habitantes de renda média e alta, o que não significa, de forma alguma, devido ao caráter dos enclaves, um maior contato entre pessoas de diferentes classes sociais, pelo contrário; há também uma modificação funcional nas características da periferia uma vez que passam a se concentrar aí atividades comerciais, de serviços e mesmo atividades industriais relacionadas a indústria de ponta, enquanto antes estas áreas se caracterizavam por serem locais de moradia da população trabalhadora e de localização de indústrias tradicionais. Portanto, novas formas, estruturas e funções se apresentam para as periferias e modificam completamente seu papel econômico dentro da região metropolitana bem como o conteúdo social dessas áreas.

Importante apontar que os três aspectos da reestruturação metropolitana discutidos nesse tópico estão profundamente relacionados entre si a ponto de ser difícil compreendê-los de forma isolada, já que fazem parte do mesmo processo de reestruturação metropolitana. Assim a formação de regiões metropolitanas dispersas, implica na criação de novas áreas de centralidade, que se viabilizam justamente por atender a demanda de

uma parte da classe média e alta que se desloca da metrópole para viver em enclaves fortificados na periferia, levando, portanto a mudanças sociais e econômicas nestes espaços. Em outras palavras: a dispersão metropolitana, a criação de novas centralidades metropolitanas e o novo papel das periferias metropolitanas, são apenas facetas de um mesmo processo de reestruturação metropolitana. Cabe agora compreender este processo tendo como referência a região metropolitana do Rio de Janeiro. Para isso analisaremos os três momentos mencionados nos procedimentos metodológicos: o processo de industrialização e constituição da região metropolitana até os anos 1970; o processo de desindustrialização regressiva a partir dos anos 1980 e a crise metropolitana; a recuperação econômica e industrial a partir do final dos anos 1990 e a reestruturação metropolitana. Tal é o objetivo dos próximos tópicos.

5. Região metropolitana do Rio de Janeiro

5.1. O processo de industrialização e a constituição da região metropolitana até os anos 1970.

O processo de industrialização e a constituição da região metropolitana do Rio de Janeiro podem ser vistas como aspectos de um mesmo processo histórico. Para compreendê-la é preciso ter em mente o papel diferenciado que a cidade do Rio de Janeiro exercia desde o período colonial (LIMONAD, 1996). Na virada do século XIX para o século XX, esta cidade como sede do poder federal e capital da República, tinha uma posição privilegiada a nível nacional. Esta cidade possuía uma ampla infraestrutura urbana, como o sistema de bondes e energia elétrica, geralmente financiados por capital estrangeiro (ABREU, 2006).

Havia ainda um amplo sistema de ferrovias criado para o escoamento do café e que tinham a cidade do Rio de Janeiro como ponto de confluência, já que nela se localizava o principal porto do país. Isto significa uma grande acessibilidade à cidade do Rio de Janeiro de forma que tanto insumos oriundos do interior do país quanto máquinas e ferramentas importadas poderiam chegar com facilidade à cidade. Portanto, nesta cidade, foram produzidas uma série de condições gerais de produção, que mesmo que não tendo sido produzidas para o atendimento das atividades industriais, foram fundamentais para o desenvolvimento dessa atividade.

Além disso, a cidade do Rio de Janeiro era a época o principal centro financeiro do país, onde eram concentrados e reciclados os capitais oriundos da atividade cafeeira. Segundo Sobral (2007, p 34):

O desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro não dependia diretamente da cafeicultura fluminense, mas sim de funcionar como principal centro urbano e político do país, ou seja, sede do capital mercantil nacional e centro de decisões do processo histórico brasileiro. Esse relativo conteúdo de autonomia referente a seu entorno imediato gerou um processo desigual de ocupação espacial e incorporação, realimentado pelos seus vínculos inter-regionais serem mais significativos à revelia da falta de uma maior estruturação da própria hinterlândia.

Portanto esse papel de centro financeiro a nível nacional alimentava uma forte dinâmica de expansão urbana e industrial, sendo que as condições gerais de produção serviam tanto a expansão urbana quanto a industrial, embora não tivessem sido produzidas com esse objetivo. Exemplo disso são as ferrovias, que criadas com o intuito de favorecer o escoamento de produtos agrícolas e minerais pelo porto do Rio de Janeiro, favoreceram tanto o crescimento urbano como industrial da região metropolitana em formação. O transporte de passageiros favorecia o estabelecimento de moradias ao longo das linhas ao mesmo tempo em que surgiam novas áreas para instalação industrial devido tanto a disponibilidade de mão de obra quanto à facilidade de acesso a matérias primas e máquinas bem como ao escoamento da produção permitido pelas ferrovias.

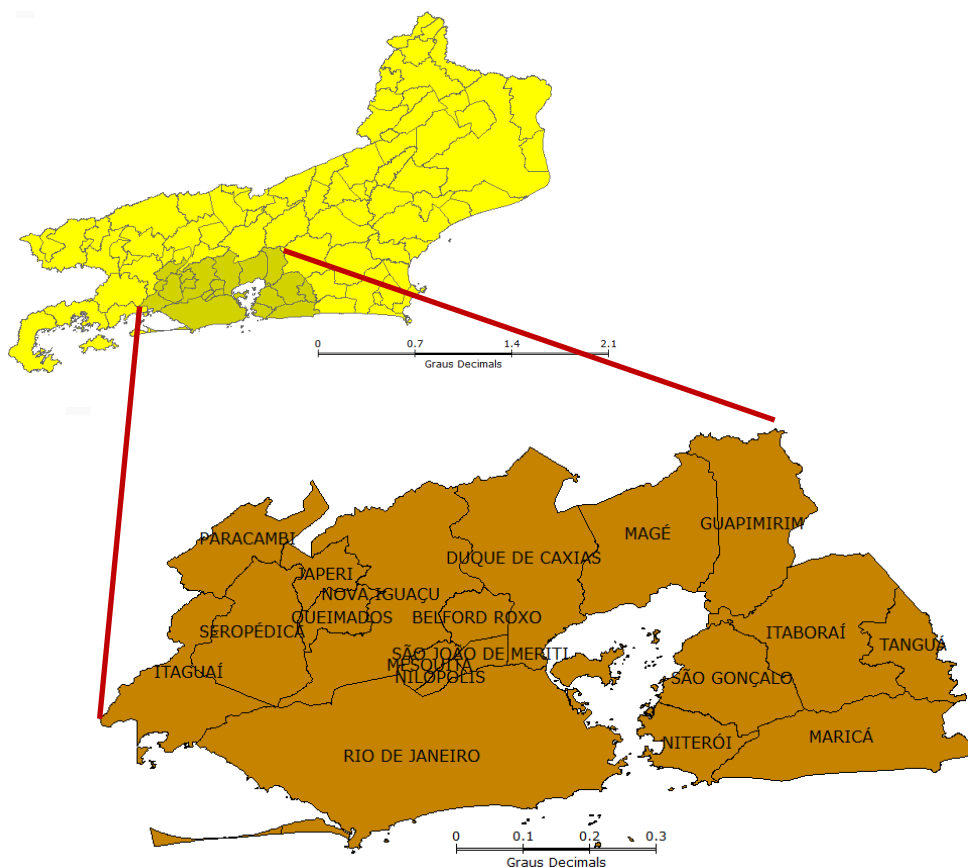
Dessa forma devido a grande disponibilidade de capitais, a disponibilidade de infraestrutura e de energia, e ao amplo mercado consumidor disponível na cidade, uma parte dos capitais acumulados na agricultura cafeeira passaram a ser investidos na indústria. Assim a cidade do Rio de Janeiro, se torna, ainda no início do século XX, o principal centro industrial, do país, tanto em número de unidades quanto em volume de produção. Segundo Magalhães (2000, p 55) “em 1907 o Rio de Janeiro (Distrito Federal) aparecia como o principal centro industrial do país com uma produção equivalente a 30% do total, 26% do operariado e 20% do número de estabelecimentos”.

Portanto, além de centro do poder federal e de centro financeiro, a cidade do Rio de Janeiro se torna também o principal centro industrial do país, concentrando a maior parte da produção, do operariado industrial e do número de estabelecimentos. Como se vê as condições gerais de produção criadas na cidade do Rio de Janeiro desde o período colonial, favoreceram o desenvolvimento de um processo de industrialização. Sendo que não tarda a haver uma expansão em direção às novas áreas em busca de terrenos mais baratos, acesso a fontes de energia e mão de obra. Esta expansão industrial segue dois grandes eixos urbano-

industriais, os quais foram sem dúvida os mais importantes para a consolidação da região metropolitana: um primeiro que partindo do Rio de Janeiro, segue para a zona Oeste e a Baixada Fluminense, seguindo em linhas gerais os trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil e Rio do Ouro e o outro contornando a baía de Guanabara e seguindo em direção a São Gonçalo, constituindo um importante eixo industrial ao longo dos bairros Barreto, Neves e Alcântara (ABREU, 2006).

Nesse contexto, associado à expansão industrial do final do século XIX e primeiras décadas do século XX, ocorre uma grande expansão urbana que irá conformar a atual região metropolitana. Esta expansão segue três eixos básicos: o primeiro é o eixo sul, no qual a partir dos bairros de Catete e Botafogo, configuram um vetor de expansão de expansão marcado pela criação de bairros voltados para as elites cariocas (ABREU, 2006). Em diferentes momentos, bairros produzidos ao longo deste eixo assumirão o papel de bairros mais nobres da cidade, tendo como exemplos disso os bairros de Copacabana da década de 1950 e da Barra da Tijuca atualmente. Neste eixo inicialmente, as linhas de bonde tiveram importante papel em sua expansão, sendo comuns associações entre os promotores imobiliários, empresas de bonde e proprietários de bonde, como aponta Cardoso (1986). O mapa 1 apresenta a localização da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Mapa 1: Localização da Região Metropolitana no Estado do Rio de Janeiro.



Fonte: IBGE, 2012

Há ainda um segundo eixo: oeste, que passa pela atual zona norte em direção à zona oeste e a área conhecida como baixada fluminense. Neste eixo a ocupação se dá em geral, a partir da produção de loteamentos periféricos autoconstruídos, da formação de favelas, tendo, portanto uma população predominantemente de moradores de menor poder aquisitivo e da localização de estabelecimentos industriais, tendo como principal indutor do crescimento urbano inicialmente a ferrovia Central do Brasil.

Por fim temos um terceiro eixo: leste que contorna a baía de Guanabara, levando a ocupação da parte leste da baixada da Guanabara. Nesta área podemos diferenciar duas situações bem distintas: uma a da cidade de Niterói, que foi durante um longo período capital do Estado do Rio de Janeiro, acumulando, portanto uma melhor infraestrutura e tendo recebido principalmente a partir da abertura da ponte Rio – Niterói grande afluxo de moradores de classe média oriundos da cidade do Rio de Janeiro; outra situação é a do restante dos municípios que tiveram a sua expansão urbana, assim como a baixada fluminense, marcada pela construção de loteamentos populares para população de menor

renda e pela instalação de empreendimentos industriais. Importante para a ocupação desta área inicialmente é a estrada de Ferro Leopoldina. Esta expansão consolida as principais áreas industriais da região metropolitana do Rio de Janeiro ao a partir de aproximadamente 1950: o município do Rio de Janeiro; a Baixada Fluminense e o leste metropolitano (em especial os municípios de Niterói e São Gonçalo).

Em sua formação esta região possui pelo menos dois aspectos que a diferenciam das demais regiões metropolitanas que se formam no Brasil: em primeiro lugar os municípios que serão integrados na região metropolitana fazem parte de uma unidade federativa distinta de sua metrópole, pois até 1960 a metrópole do Rio de Janeiro era Distrito Federal, enquanto o restante da região metropolitana pertencia ao estado do Rio de Janeiro, que tinha por capital, Niterói. Depois de 1960, com a transferência da capital para Brasília, o antigo Distrito Federal se tornou estado da Guanabara, e os demais municípios permaneceram como integrantes do Estado do Rio de Janeiro, até 1974, quando ocorreu a fusão desses dois estados.

Em segundo lugar por ser o centro do poder federal, a cidade do Rio de Janeiro recebeu muitos investimentos que favoreceram o seu crescimento, no entanto, nunca houve uma política industrial para a região metropolitana em formação, até mesmo porque ela estava dividida em duas unidades federativas distintas. Assim os investimentos públicos apesar de terem sido em alguns momentos abundantes, eram concentrados na cidade do Rio de Janeiro e voltados principalmente para o embelezamento da cidade, que como sede do poder a nível nacional era considerada pelas elites a vitrine do país para o mundo (FERREIRA, 2000).

Essa região metropolitana em sua formação, segundo Abramo (1998, p 4), se organizava da seguinte forma:

Nas três primeiras décadas do século XX, já se observava a conformação de um padrão de estruturação intra-urbana: um núcleo valorizado pelos investimentos públicos e privados em equipamentos e serviços urbanos, e uma periferia carente desses serviços, onde predominam conjuntos habitacionais e a autoconstrução em loteamentos irregulares e sem nenhuma infraestrutura.

Esse padrão configurava uma forma de organização espacial identificada como modelo centro-periferia, em que por um lado tínhamos uma área central representada pela parte central da cidade do Rio de Janeiro, a zona sul dessa cidade e parte da cidade de Niterói e a periferia constituída pela zona oeste e pela baixada fluminense e pelos municípios da parte leste da baixada da Guanabara, como São Gonçalo e Itaboraí.

Esta área central concentrava os investimentos públicos e privados, possuindo uma melhor infraestrutura, por isso nela o valor dos imóveis era mais elevado e as condições de vida melhores. Por outro lado nas periferias os investimentos públicos e privados eram escassos e a infraestrutura era precária, por isso, nestas áreas o custo dos imóveis é mais baixo e as condições de vida piores. Este quadro do processo de industrialização e da formação da região metropolitana se transforma a partir da década de 1980, devido à crise industrial e metropolitana dos anos 1980, denominada por Ribeiro (1996) de desindustrialização regressiva. Caracterizar esse momento de crise é o objetivo do próximo tópico

5.2. O processo de desindustrialização regressiva a partir dos anos 1980 e a crise metropolitana.

A perda de competitividade e os problemas da industrialização na região metropolitana do Rio de Janeiro se devem a uma série de problemas apontados no tópico anterior. Estes problemas se devem tanto a características específicas desse processo nessa região metropolitana, quanto à inserção desse processo a nível regional, inicialmente, em que sofre a concorrência da economia paulista e nacional em um segundo momento, em que a economia paulista passa a comandar a criação de uma divisão do trabalho, na qual a região metropolitana do Rio de Janeiro só poderia ter um papel complementar e não competitivo em relação a São Paulo.

Embora seja difícil caracterizar a economia da região metropolitana como periférica como afirma Sobral (2007) devido ao papel de gestão federal que a cidade do Rio de Janeiro, não podemos deixar de afirmar que a economia dessa região é subordinada a uma divisão do trabalho que não comanda. Na década de 1980 quando o país entra em crise, esta irá se manifestar de forma bastante específica nessa região metropolitana, que devido à fragilidade de seus setores industriais, a grande maioria deles incapazes de competir em áreas distantes e dependentes do mercado urbano da cidade do Rio de Janeiro. Com a crise, o endividamento do Estado e o aumento do desemprego há uma redução no mercado que a cidade do Rio de Janeiro oferece, sem que haja a possibilidade de buscar mercados externos ao estado, devido à baixa competitividade da indústria dessa região.

É neste momento de crise na economia nacional, que as iniciativas de reestruturação produtiva ocorrerão com mais força. Na região metropolitana do Rio de Janeiro estes problemas levarão a que o processo de reestruturação produtiva nessa região não se

manifeste a partir da desconcentração de setores industriais em direção a outros municípios da região metropolitana, ou mesmo a reconcentração dos investimentos na metrópole, mas pelo desmonte e abandono das atividades industriais, tornadas obsoletas pelas transformações globais e nacionais, levando ao fechamento de setores inteiros, como o setor naval que praticamente deixou de existir nessa região.

Ribeiro (1996) caracteriza esse processo como de desindustrialização regressiva uma vez que há uma redução geral da renda dos trabalhadores e um grande aumento do mercado de trabalho informal ao longo dos anos 1980. Neste trabalho ampliamos a concepção de desindustrialização regressiva do autor que além dos aspectos anteriormente abordados se caracterizaria por: fechamento de empresas industriais e falência de setores industriais inteiros como ocorre com o setor naval. Assim se houve um processo de reestruturação produtiva na região metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1980 esta se caracterizou apenas pelo movimento de destruição, sem que houvesse nesse momento nenhuma tentativa de reconstrução. Assim a inadequação entre as características do processo de industrialização da região metropolitana do Rio de Janeiro e as novas necessidades dos processos produtivos capitalistas leva ao abandono dessa região com intenso fechamento de fábricas e perda de empregos industriais.

A tabela 1 apresenta informações que corroboram a análise apresentada até agora, trata-se do total de pessoal empregado na indústria na região metropolitana do Rio de Janeiro:

Tabela 1: Pessoal ocupado na Indústria, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1907 – 1985

Município	1907	1970	1975	1980	1985
Belford Roxo*	-	-	-	-	-
Duque de Caxias	-	14261	21393	27250	23368
Guapimirim	-	-	-	-	-
Itaboraí	-	1892	1860	3380	3007
Itaguaí	-	880	1164	1965	2744
Japeri	-	-	-	-	-
Magé	710	5991	5548	5909	5075
Maricá	-	274	344	409	403
Mesquita	-	-	-	-	-
Nilópolis	-	995	1211	1365	1207
Niterói	4289	11251	16792	22055	15729
Nova Iguaçu	41	9369	12804	20569	16657
Paracambi	1273	2196	1814	1673	1750
Queimados	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	35309	224460	283533	366616	320820
São Gonçalo	252	6891	10226	15487	12536
São João de Meriti		2546	3720	5545	5568
Seropédica	-	-	-	-	-
Tanguá	-	-	-	-	-
Região metropolitana	41874	281006	360409	472223	408864

* Observação: os municípios que não apresentam informações não estavam emancipados a época das pesquisas

Fonte: IPEADATA

Pela análise da tabela percebe-se que até 1980 todos os municípios tem um aumento no número de pessoal ocupado na indústria, sendo que os patamares de 1907, tomados apenas como referência histórica dos primórdios do processo de industrialização, são incrivelmente baixos quando comparados com o nível de pessoal ocupado a partir da década de 1970. Isto mostra que apesar de subordinado a lógica do processo de industrialização a nível nacional, comandada por São Paulo, a indústria da região possui grande dinamismo em termos de geração de empregos. Entre 1970 e 1980 o número de pessoal ocupada na indústria passa de 224460 para 366616 na cidade do Rio de Janeiro (aumento de 142156); de 14261 para 27250 (aumento de 12989) em Duque de Caxias; de 9369 para 20569 (aumento de 11140) em Nova Iguaçu e de 11251 para 22055 (aumento de 10804) em Niterói.

Portanto a década de 1970 representa um crescimento do pessoal ocupado na indústria nos municípios que compõem a região metropolitana. Fato diferente ocorre entre 1980 e

1985, quando há redução do número de pessoal ocupado na indústria em praticamente todos os municípios. Apenas em alguns poucos municípios com baixos níveis de pessoal empregado na indústria temos aumento do pessoal ocupado, este é o caso de Paracambi, São João de Meriti e Itaguaí. As maiores perdas ocorrem justamente nos maiores centros industriais. A cidade do Rio de Janeiro tem uma perda de 45796, Duque de Caxias 3882 e Nova Iguaçu 3912 postos de trabalho na indústria.

Considerando a região metropolitana temos a mesma trajetória, entre os anos 1970 e 1980 temos um crescimento do volume de pessoal ocupado e entre 1980 e 1985 temos uma redução. Portanto a primeira metade dos anos da década de 1980 indica claramente uma reversão de trajetória de crescimento do emprego industrial, mostrando os primeiros sinais do processo de desindustrialização regressiva. Vejamos agora os dados sobre a segunda metade da década de 1980, como a origem dos dados é diferente não é possível comparar os dois dados, mas a partir do que aqui foi discutido podemos afirmar que na primeira metade dos anos 1980 temos uma redução do emprego industrial, interessa saber portanto se esta redução persiste na segunda metade. A tabela 2 traz a informação sobre o volume total de emprego entre 1985 e 1990, segundo dados da RAIS-MTE:

Tabela 2: Total de empregos na indústria*, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 – 1995

Municípios	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Belford Roxo**	-	-	-	-	-	-	-	-	28	1601	3210
Duque de Caxias	23740	27147	26174	27720	28270	25224	24556	24682	25012	22272	22142
Guapimirim	-	-	-	-	-	-	-	-	0	8	756
Itaboraí	3043	3341	3561	3672	3989	3935	3731	2805	3261	3026	4273
Itaguaí	2629	2918	2886	2884	1508	2246	2276	2312	2487	2543	2828
Japeri	-	-	-	-	-	-	-	-	0	31	98
Magé	5127	6014	6283	6250	6294	5828	4461	3790	3929	3778	3368
Maricá	322	382	361	435	398	457	403	444	440	528	784
Mesquita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nilópolis	958	1312	1273	1219	1224	1170	1050	565	1143	1612	1103
Niterói	15392	19654	18691	19575	20161	18185	13604	13778	14113	14499	12165
Nova Iguaçu	18122	21263	22295	22389	23342	20934	22038	19017	18278	15542	12512
Paracambi	1742	1894	1807	1843	1832	1726	1779	1786	1811	1866	1709
Queimados	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2131	2640
Rio de Janeiro	358066	396827	388571	380187	391427	346837	311133	275211	269541	270545	251654
São Gonçalo	12378	14882	14417	14206	14177	12937	12490	12168	12077	11601	12077
São João de Meriti	4570	6123	6110	5689	6614	5587	4641	3567	3838	4496	4571
Seropédica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Região Metropolitana	446089	501757	492429	486069	499236	445066	402162	360125	355958	356048	329186

* Os dados se referem ao grande setor indústria, da classificação do IBGE.

** Observação: os municípios que não apresentam informações não estavam emancipados a época das pesquisas

Fonte: RAIS- Ministério do Trabalho e Emprego.

Analisando a tabela percebemos que o movimento de desindustrialização regressiva apresenta diferenças importantes entre o conjunto dos municípios que compõem a região metropolitana. Neste sentido poderíamos separar estes municípios em dois grupos distintos: os que apresentam pequeno volume de emprego industrial (inferior a 5000 empregos industriais) e aqueles que possuem grande volume de emprego industrial (mais de 5000 empregos industriais). Estes dois grupos apresentam comportamentos distintos no que se refere ao crescimento do emprego industrial.

No primeiro grupo há um conjunto de municípios que não apresentam aumento nem redução do emprego industrial no período, pode se dizer, portanto, que o volume de empregos na indústria permanece estável. Este é o caso dos municípios de Itaboraí, Itaguaí, Nilópolis e Paracambi. Há ainda um conjunto de municípios que tiveram um ligeiro aumento no volume de pessoas empregadas na indústria, este é o caso de Maricá. Portanto este grupo de municípios

sofreu menos os efeitos do processo de desindustrialização regressiva, talvez justamente por ter uma base industrial menor e certamente menos diversificada.

O segundo grupo corresponde aos municípios que possuem um grande volume de emprego industrial. Neste grupo ocorre o seguinte: até 1987/1988 temos um ligeiro aumento do número de empregos e a partir de então temos uma queda generalizada nos níveis de empregos. Se compararmos o maior com o menor número de empregos ao longo do período para um mesmo município temos os seguintes casos: na cidade do Rio de Janeiro passa de 396827 empregos em 1987 para 251654 em 1995 (redução de 145173 empregos na indústria), em Duque de Caxias passa-se de 27720 em 1988 para 22142 empregos em 1995 (redução de 5578 empregos na indústria), em Nova Iguaçu passa-se de 23342 em 1989 para 12512 em 1995 (redução de 10830 empregos na indústria).

Como são os municípios com maior volume de emprego industrial os que mais sofrem com a redução de postos de emprego na indústria, quando se analisa a região metropolitana como um todo o resultado é semelhante ao desse segundo grupo de municípios, com uma perda acumulada de mais de 172000 empregos. Portanto é justamente nos municípios que participaram mais ativamente da dinâmica metropolitana, e que possuíam uma posição mais consolidada no processo de industrialização da região metropolitana do Rio de Janeiro é que o processo de desindustrialização regressiva ocorreu com mais intensidade.

Portanto a partir desses dados podemos perceber que do ponto de vista do emprego, o processo de desindustrialização regressiva teve um impacto diferenciado entre os municípios que compõem a região metropolitana. Seria importante saber, portanto se esta situação de crise levou uma reestruturação da produção industrial nesta região. Nesse sentido tomaremos a localização do emprego industrial como indicador do processo de reestruturação produtiva. Em outras palavras, se existe uma reestruturação da produção industrial, ela irá se manifestar em mudança dos padrões locacionais da indústria e conseqüentemente em mudanças no padrão de distribuição do emprego industrial. A tabela 3, apresentada a seguir, traz informações sobre a distribuição do emprego industrial entre os municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, no período entre 1985 e 1995.

Tabela 3: Participação percentual no total de empregos na indústria*, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1985 – 1995

Municípios	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Belford Roxo**	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	0,45	0,98
Duque de Caxias	5,32	5,41	5,32	5,70	5,66	5,67	6,11	6,85	7,03	6,26	6,73
Guapimirim	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,23
Itaboraí	0,68	0,67	0,72	0,76	0,80	0,88	0,93	0,78	0,92	0,85	1,30
Itaguaí	0,59	0,58	0,59	0,59	0,30	0,50	0,57	0,64	0,70	0,71	0,86
Japeri	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,01	0,03
Magé	1,15	1,20	1,28	1,29	1,26	1,31	1,11	1,05	1,10	1,06	1,02
Maricá	0,07	0,08	0,07	0,09	0,08	0,10	0,10	0,12	0,12	0,15	0,24
Mesquita	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nilópolis	0,21	0,26	0,26	0,25	0,25	0,26	0,26	0,16	0,32	0,45	0,34
Niterói	3,45	3,92	3,80	4,03	4,04	4,09	3,38	3,83	3,96	4,07	3,70
Nova Iguaçu	4,06	4,24	4,53	4,61	4,68	4,70	5,48	5,28	5,13	4,37	3,80
Paracambi	0,39	0,38	0,37	0,38	0,37	0,39	0,44	0,50	0,51	0,52	0,52
Queimados	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,60	0,80
Rio de Janeiro	80,27	79,09	78,91	78,22	78,41	77,93	77,37	76,42	75,72	75,99	76,45
São Gonçalo	2,77	2,97	2,93	2,92	2,84	2,91	3,11	3,38	3,39	3,26	3,67
São João de Meriti	1,02	1,22	1,24	1,17	1,32	1,26	1,15	0,99	1,08	1,26	1,39
Seropédica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Tanguá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Região Metropolitana	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

* Os dados se referem ao grande setor indústria, da classificação do IBGE

** Observação: os municípios que não apresentam informações não estavam emancipados a época das pesquisas

Fonte: RAIS- Ministério do Trabalho e Emprego

Quando se considera a distribuição do emprego industrial na região Metropolitana do Rio de Janeiro, chama a atenção a grande concentração do emprego industrial na metrópole do Rio de Janeiro. Esta concentração chegou a ser superior a 80% em 1980. Como a localização é um elemento fundamental da estrutura da produção industrial podemos afirmar que uma das principais características dessa estrutura na região metropolitana do Rio de Janeiro é a sua concentração na metrópole. Isto aponta para o fato de que boa parte do dinamismo e também dos problemas, associados à produção industrial na região metropolitana se concentram nesse local.

No entanto apesar dessa forte concentração, percebe-se que ao longo do período temos um processo de desconcentração do emprego industrial que reduz sua concentração na metrópole. Enquanto em 1985 a cidade do Rio de Janeiro respondia por 80,27% do

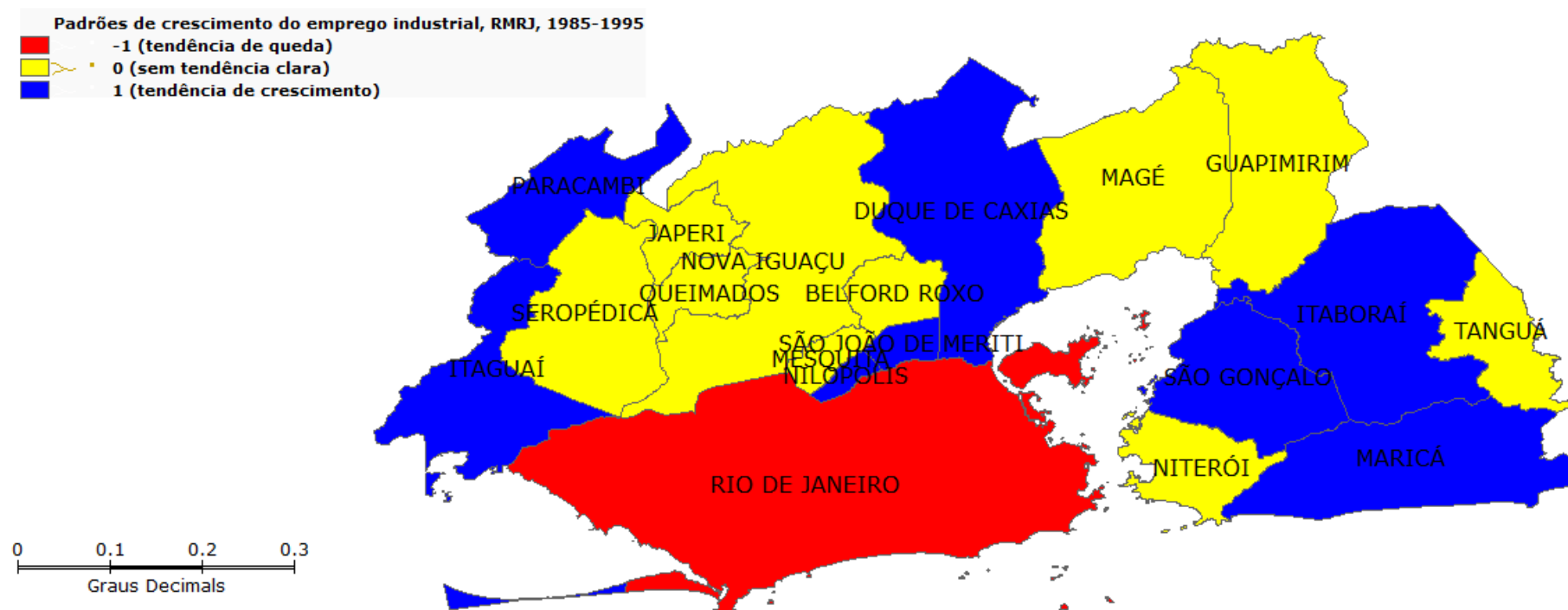
emprego industrial, em 1995 passa a responder por 76,45%, sendo que se pode notar claramente uma tendência de queda ao longo do período. Portanto, se a concentração na metrópole é uma forte característica da estrutura industrial dessa região metropolitana, podemos afirmar que há fortes indícios do início de um processo de reestruturação nessa região ao longo desse período.

Se há uma desconcentração do emprego industrial, associado a redução do volume do emprego na indústria, conforme demonstrado a partir da análise das tabelas 1 e 2, cabe indicar qual a direção dessa desconcentração, ou seja, quais municípios se beneficiam com a perda relativa de emprego industrial da metrópole. Para isso dividimos o conjunto de municípios da região metropolitana, excluindo o município do Rio de Janeiro, em dois grupos: um primeiro formado pelos municípios que em 1985 concentravam menos de 3% do emprego industrial; o segundo formado pelos municípios que concentravam entre 3% e 6% do emprego industrial em 1985.

O primeiro grupo é formado pelos municípios de Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Nilópolis, Paracambi, São Gonçalo e São João de Meriti. Este conjunto de municípios respondia por 6,9% do emprego industrial em 1985 e passa a responder por 9,33% do emprego industrial em 1995. O segundo grupo é formado pelos municípios de Duque de Caxias, Niterói e Nova Iguaçu que respondiam em 1985 por 12,83% do emprego industrial em 1985 e passa a responder por 14,22% do emprego industrial em 1995. Portanto ambos os grupos tem aumento na sua participação no emprego industrial sendo que o primeiro teve um crescimento ligeiramente maior que o segundo. Portanto podemos afirmar que o processo de desconcentração do emprego industrial beneficiou praticamente todos os municípios que compõem a região metropolitana embora de forma diferenciada.

Para avançar na compreensão desse processo buscamos construir um cartograma que representasse esse processo de mudança da distribuição do emprego industrial. Assim a partir da análise do cartograma distribuímos os municípios que compõem a região metropolitana identificados pelos números (-1), (0) e (1). O grupo (-1) reúne os municípios que tiveram tendência de redução da participação no volume total de emprego na indústria na região, durante o período de 1985 a 1995; o grupo (0) reúne o conjunto de municípios que não apresentaram claras tendências de crescimento ou queda na participação no volume total de emprego industrial, mantendo praticamente constante sua participação; o grupo (1) reúne o conjunto de municípios que tiveram tendência ao aumento da participação no volume total de emprego industrial.

Mapa 2: Padrões de crescimento na participação no emprego industrial, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1985-1995



Fonte: Rais-MTE, elaborado pelo autor.

O único município que apresentou tendência de redução na participação no emprego industrial é o Rio de Janeiro, o que aponta o processo de desconcentração a que nos referimos. O conjunto de municípios que não apresenta tendência claras de aumento ou redução na participação no emprego industrial inclui um grupo de municípios que só se emancipou no final do período, e portanto, foi incluído neste grupo pela dificuldade de perceber qualquer tendência nestes municípios, são eles os municípios de Belford Roxo, Guapimirim, Japeri, Queimados.

Inclui ainda municípios que ainda não tinham se emancipado em 1995, são eles os municípios de Mesquita, Seropédica e Tanguá. Excluindo esses municípios, permanecem os municípios de Nova Iguaçu, Niterói, São João de Meriti e Magé. Este conjunto de municípios se localiza em três áreas distintas da região metropolitana: a baixada fluminense a oeste da metrópole; a parte norte e leste da região metropolitana. Portanto, devido à heterogeneidade desse grupo fica difícil fazer generalizações sobre ele.

O terceiro grupo inclui o conjunto de municípios que apresentaram tendência de aumento na participação no emprego industrial. Estes municípios se encontram em três áreas distintas da metrópole: no extremo oeste da metrópole; no entorno de Duque de Caxias e no leste metropolitano. Analisando o mapa como um todo podemos perceber que a partir dele podemos delimitar quatro grandes áreas dentro da região metropolitana: a metrópole; o oeste metropolitano; o norte metropolitano (o fundo da baía de Guanabara) e o leste metropolitano. Enquanto a metrópole apresentou tendência de queda no emprego, todos os municípios das outras áreas apresentaram tendências ou de aumento, ou de manutenção da participação no emprego industrial, o que evidencia de forma clara o processo de desconcentração do emprego industrial, e certamente da estrutura industrial, que temos apontado no trabalho.

Portanto temos mudanças na distribuição da produção industrial no interior da região metropolitana com certeza associadas a produção de condições gerais de produção, e temos também importantes mudanças na distribuição populacional da região metropolitana. Mudanças estas que estão diretamente às transformações nos padrões de localização do emprego industrial. Como mudanças só se notam a partir do quadro anterior começamos mostrando a evolução da população na região metropolitana ao longo do século XX, período no qual se conforma a região metropolitana do Rio de Janeiro a partir do processo de industrialização. A tabela 4 mostra a evolução da população entre 1910 e 1970.

Tabela 4: População residente total (1), municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Municípios	1910	1920	1940	1950	1960	1970	Aumento da pop.
Belford Roxo	-	-	-	-	-	-	
Duque de Caxias	-	-	-	92.459	241.026	431.397	4,67
Guapimirim	-	-	-	-	-	-	
Itaboraí	27.680	27.760	24.370	30.228	41.331	65.912	2,39
Itaguaí	13.128	15.771	15.920	29.566	44.100	55.839	4,25
Japeri	-	-	-	-	-	-	
Magé	17.592	18.816	23.401	36.761	58.353	113.023	6,42
Maricá	19.608	18.037	18.892	18.976	19.195	23.664	1,21
Mesquita	-	-	-	-	-	-	
Nilópolis	-	-	-	46.406	95.111	128.011	2,75
Niterói	80.000	86.238	142.407	186.309	243.188	324.246	4,05
Nova Iguaçu	32.105	33.396	140.606	145.649	356.645	727.140	22,64
Paracambi	-	-	-	-	-	25.368	
Queimados	-	-	-	-	-	-	
Rio de Janeiro	870.475	1.147.599	1.764.141	2.377.451	3.281.908	4.251.918	4,88
São Gonçalo	55.597	47.019	89.528	127.276	244.617	430.271	7,74
São João de Meriti				76.462	190.516	302.394	3,95
Seropédica	-	-	-	-	-	-	
Tanguá	-	-	-	-	-	-	
Total	1.116.185	1.394.636	2.219.265	3.167.543	4.815.990	6.879.183	6,16

Fonte: IPEADATA

(1): O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

Mesmo considerando que muitos municípios que compõem atualmente a Região Metropolitana, ainda não estavam emancipados no início do período chama a atenção o grande crescimento da população em todos os municípios e também quando se considera a região metropolitana como um todo. Da primeira vez em que são citados na tabela (após a emancipação) até 1970 todos os municípios da região aumentaram pelo menos 4 vezes a sua população, a única exceção sendo o município de Maricá, que cresceu cerca de 20% ao longo de todo o período. Há casos extremos como o de Nova Iguaçu, cuja população cresceu mais de 22 vezes entre 1910 e 1970 e o município de São Gonçalo cuja população aumentou mais de 7 vezes no período, enquanto a região metropolitana como um todo teve sua população aumentada em mais de 6 vezes.

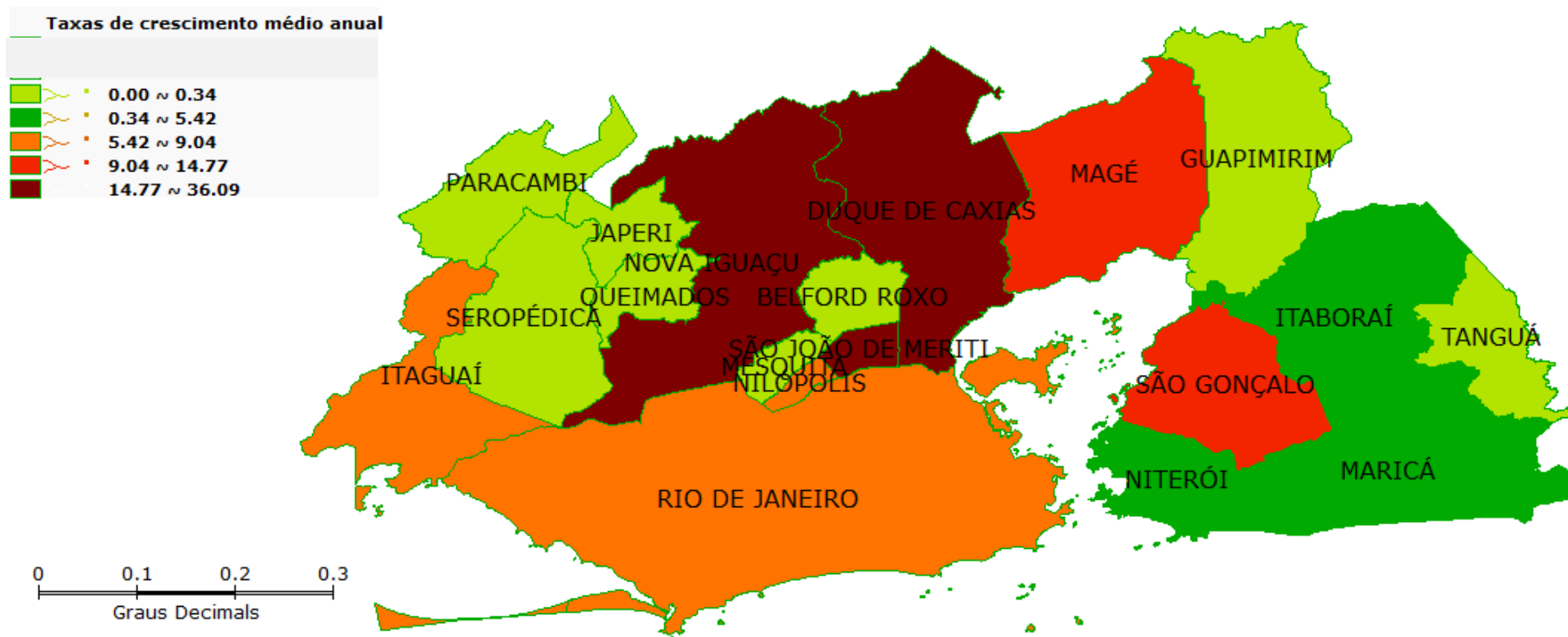
Portanto a constituição da região metropolitana, que ocorre nesse período, se dá a partir de um grande crescimento populacional que afeta todos os municípios da região,

modificando não apenas o contingente populacional, mas certamente as formas, estruturas e funções dessas áreas que passam a estar integradas em uma mesma lógica metropolitana, sendo o crescimento populacional nesse sentido um indicativo claro de que estes municípios, embora juridicamente individualizados, passam a fazer parte de uma mesma dinâmica metropolitana.

As atividades econômicas que se instalam na metrópole demandam mão de obra, assim como em alguns casos, novas áreas para instalação, e assim vai se constituindo, a metrópole, a área metropolitana e a região metropolitana, a área central e a periferia, que passam a ter papéis distintos dentro do processo de industrialização. Portanto, um dos aspectos do processo de implosão-explosão constituintes da região metropolitana é o grande crescimento populacional tanto da metrópole como das demais áreas da região metropolitana. Assim ao mesmo tempo que há um grande crescimento populacional na metrópole, que aumenta quase 5 vezes, todos os demais municípios também tem grande crescimento.

No entanto este crescimento é bastante diferenciado entre os municípios que compõem esta região. Assim é interessante apontar as diferentes taxas de crescimento populacional dentro da região metropolitana durante o período de constituição da mesma no sentido de apontar aquelas áreas que possuem maior dinamismo em termos de atração populacional. O mapa 3 traz informações sobre o crescimento populacional médio anual na região metropolitana do Rio de Janeiro no período 1910-1970.

Mapa 3: Taxas de crescimento médio anual, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1910-1970



Fonte: IPEADATA, elaborado pelo autor.

Pela análise do mapa chama a atenção um grupo de municípios com as mais altas taxas de crescimento demográfico médio anual, correspondendo aos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Estes municípios são relativamente próximos a metrópole, (distâncias não superiores a 35 km) e devido a facilidade de acesso dessas áreas a metrópole, seja pela ferrovia Central do Brasil, seja, posteriormente a partir da Via Dutra, estiveram inseridos no processo de metropolização desta região desde suas origens. Por isso mesmo estes municípios são os mais afetados neste momento pelo processo de implosão-explosão, passando a receber cada vez maiores contingentes populacionais, o que explica a alta taxa de crescimento médio anual.

Enquanto isso a metrópole tem uma taxa de crescimento intermediário, demonstrando que ao longo desse período existem áreas que crescem a taxas superiores a da metrópole. Isto não significa um processo de desconcentração apenas que a metrópole cresce menos, mas a partir de um estoque populacional maior, o que significa um crescimento grande, em termos absolutos. Dois municípios, São Gonçalo e Magé, aparecem com taxas de crescimento superiores a metrópole, o que indica que a relação desses municípios com a dinâmica metropolitana se amplia neste período ao mesmo tempo forma de inserção desses municípios na dinâmica da região metropolitana se dá pela atração de crescentes contingentes populacionais em relação ao tamanho original das cidades.

Há ainda três municípios que possuem taxas de crescimento menores que a metrópole, o que indica que a inserção dessas áreas na dinâmica metropolitana nesse período não se dá devido à atração de grande contingente populacional, em outras palavras são áreas afetadas, neste momento de forma diferenciada pela expansão metropolitana, se comparado com os outros grupos de municípios que apresentam taxas de crescimento demográfico maior. O último grupo é daquele conjunto de municípios, que por não estarem ainda emancipados no período foram classificados como de crescimento zero.

Outro elemento importante para a análise é a evolução da participação dos municípios no total da população na região metropolitana, no sentido de compreender se o período 1910-1970, que é o da formação da região metropolitana do Rio de Janeiro está associado à concentração da população na metrópole ou a dispersão da população para os demais municípios metropolitanos. A tabela 5 traz informações sobre a evolução da participação no total da população no período entre 1910 e 1970.

Tabela 5: População residente total (1), municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Município	1910	1920	1940	1950	1960	1970
Belford Roxo	-	-	-	-	-	
Duque de Caxias	-	-	-	2,92	5,00	6,27
Guapimirim	-	-	-	-	-	-
Itaboraí	2,48	1,99	1,10	0,95	0,86	0,96
Itaguaí	1,18	1,13	0,72	0,93	0,92	0,81
Japeri	-	-	-	-	-	-
Magé	1,58	1,35	1,05	1,16	1,21	1,64
Maricá	1,76	1,29	0,85	0,60	0,40	0,34
Mesquita	-	-	-	-	-	-
Nilópolis	-	-	-	1,47	1,97	1,86
Niterói	7,17	6,18	6,42	5,88	5,05	4,71
Nova Iguaçu	2,88	2,39	6,34	4,60	7,41	10,57
Paracambi	-	-	-	-	-	0,37
Queimados	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	77,99	82,29	79,49	75,06	68,15	61,81
São Gonçalo	4,98	3,37	4,03	4,02	5,08	6,25
São João de Meriti	-	-	-	2,41	3,96	4,40
Seropédica	-	-	-	-	-	-
Tanguá	-	-	-	-	-	-
Região Metropolitana	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPEADATA

(1): O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

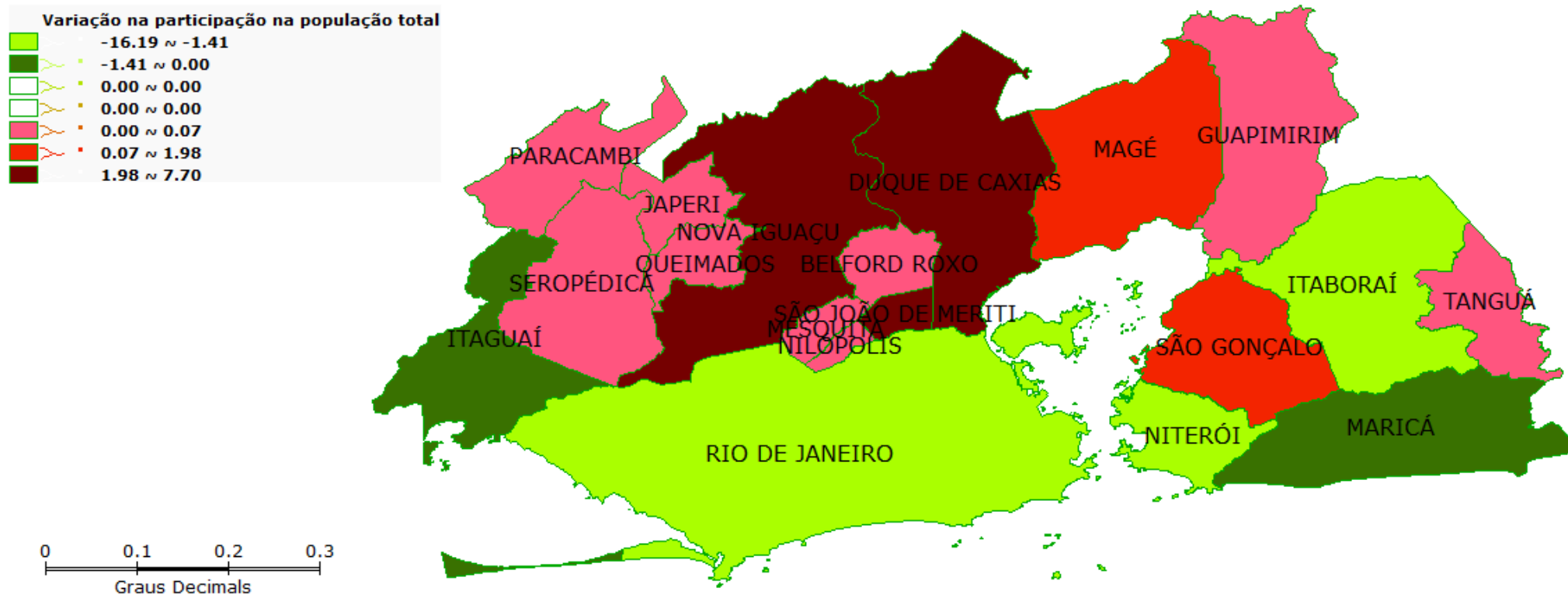
Analisando a tabela, percebemos claramente a presença de três grandes movimentos populacionais: em primeiro lugar a metrópole apresenta uma tendência de redução da participação no total da população da região metropolitana, já a partir da década de 1920. Este processo tem a ver com a valorização dos espaços centrais metropolitanos e com o processo de destruição de formas de moradia popular de alta densidade, como os cortiços, e também a atração de atividades terciárias para a metrópole. Este processo de valorização fundiária e mudanças nas formas, com surgimento de novos bairros e aumento da verticalização, funções, com o predomínio de funções terciárias que irão se concentrar na metrópole demandando novos espaços, e estruturas metropolitanas, com mudanças na estrutura viária, na distribuição populacional entre os bairros, e na valorização das diferentes áreas. Todas essas mudanças levam a uma redução da participação da metrópole no total da população metropolitana ao passo que temos um aumento da sua importância econômica.

Os habitantes “expulsos” da metrópole se direcionam aqueles municípios que neste período, já tem uma ligação mais intensa com a dinâmica metropolitana, que inclui uma infraestrutura que permite uma rápida ligação com o mercado de trabalho metropolitano, além de um valor da terra mais reduzido o que permite a instalação tanto de população de menor poder aquisitivo quanto de indústrias em busca de menores custos de produção. Este é o caso dos municípios de Nova Iguaçu, São Gonçalo e Duque de Caxias, que como vimos anteriormente estão também entre aqueles que possuem as maiores taxas de crescimento demográfico médio anual, o que indica que são aqueles que neste período sofrem mais intensamente os efeitos da expansão metropolitana.

O último movimento é daqueles municípios com baixa participação no total da população, com grande porcentagem de população rural, ainda fracamente integrados na dinâmica metropolitana, mas recebendo fortemente sua influência. Nestes municípios há uma perda da participação na população da região metropolitana, o que indica que estes municípios sofrem um processo de êxodo populacional, cujos habitantes se direcionam certamente para aqueles municípios que tiveram aumento na participação da população na região. Portanto o crescimento da participação no total da população nesses movimentos se explica tanto pela saída de pessoas da metrópole, quanto pela saída de pessoas dos municípios menores, ainda predominantemente de economias rurais.

O mapa 4 traz informações importantes para o prosseguimento da análise em tela. Neste mapa são mostrados os percentuais de perda ou de ganho de participação na população em relação ao primeiro momento em que o município aparece no banco de dados, o que está relacionado com a data de sua emancipação. Assim podemos verificar que municípios tiveram aumento de participação no total da população da região metropolitana e quais tiveram perdas e em que proporção.

Mapa 4: Variação na participação na população total, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1910 - 1970



Fonte: IPEADATA, elaborado pelo autor.

Novamente chama a atenção os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e São João de Meriti que tem o maior crescimento da participação no total da população da região metropolitana, e que também se destacaram quanto à taxa de crescimento anual. Todos esses municípios são relativamente próximos à metrópole e passam por um forte processo de integração a dinâmica metropolitana no período. Há ainda um conjunto de municípios que não tinham se emancipado a época e, portanto figuram como tendo percentuais iguais a 0.

Entre os municípios com maiores perdas destacam-se a metrópole e o município de Niterói, de um lado e um conjunto de municípios fracamente integrados a metrópole, ainda predominantemente rurais de outro. Portanto o processo de constituição da região metropolitana, através da implosão da metrópole pode ser visto a partir dessas três dimensões distintas: a valorização dos espaços centrais e melhor dotados de infraestrutura, no caso as cidades do Rio de Janeiro e Niterói, associado à expulsão de parte de sua população; o crescimento acelerado de alguns municípios tanto pelo recebimento de moradores expulsos da área central da região metropolitana, quando dos municípios rurais sobre a influência da metrópole e também certamente, de migrantes de outros estados; e o esvaziamento populacional de alguns municípios, de economia ainda predominantemente rural, mas sob forte influência da economia metropolitana.

É interessante notar a grande similitude entre as informações que podem ser extraídas do mapa 2 e do mapa 3, que analisados em conjunto, permitem indicar que do ponto de vista do movimento demográfico, existem três grandes movimentos que conformam a constituição da região metropolitana, descritos acima. A análise desses movimentos permite acentuar uma grande mudança na estrutura da distribuição populacional da metrópole, em que a área central perde população devido a um forte processo de valorização que leva a expulsão de extratos da classe trabalhadora dessas áreas; um forte processo de expansão populacional de municípios fortemente integrados a metrópole; e um processo de esvaziamento populacional em municípios fracamente integrados a metrópole.

Assim o processo de metropolização se conforma a partir de uma reestruturação da distribuição populacional em que ocorre uma sensível redução da concentração populacional na metrópole, que possuía cerca de 80% da população da região em 1910 e passa a ter cerca de 61% em 1970. No entanto apesar dessa redução a concentração populacional no município do Rio de Janeiro, permanece alta. Associado a esse processo de reestruturação temos o surgimento de novas formas, em especial os

loteamentos populares, baseados na autoconstrução, que são os grandes responsáveis pela expansão urbana nos municípios da baixada fluminense e do leste metropolitano, em especial em São Gonçalo e Itaboraí.

Neste processo também temos mudanças nas formas metropolitanas, como a consolidação do CBD na área central da metrópole, que possui sua complementação no centro de Niterói, juntamente com a criação de importantes subcentros ao longo dos principais eixos de expansão metropolitana, seja nas áreas voltadas prioritariamente a população de maior renda, caso de Copacabana, seja nas áreas voltadas para população de menor poder aquisitivo como no caso de Madureira. Portanto é importante acentuar que a reestruturação não é uma novidade na região metropolitana do Rio de Janeiro, já que a própria formação dessa região se dá a partir de um intenso processo de reestruturação.

Vejamos agora a evolução desse processo no período entre 1970 - 1991, que conforme discutido anteriormente, está associado a uma grave crise por qual passa a metrópole e a região metropolitana. A partir da análise dos dados do IPEADATA, poderemos verificar que mudanças podem ser percebidas na distribuição populacional metropolitana nesse período. A tabela 6 traz os dados referentes ao total de população residente entre 1970 e 1991.

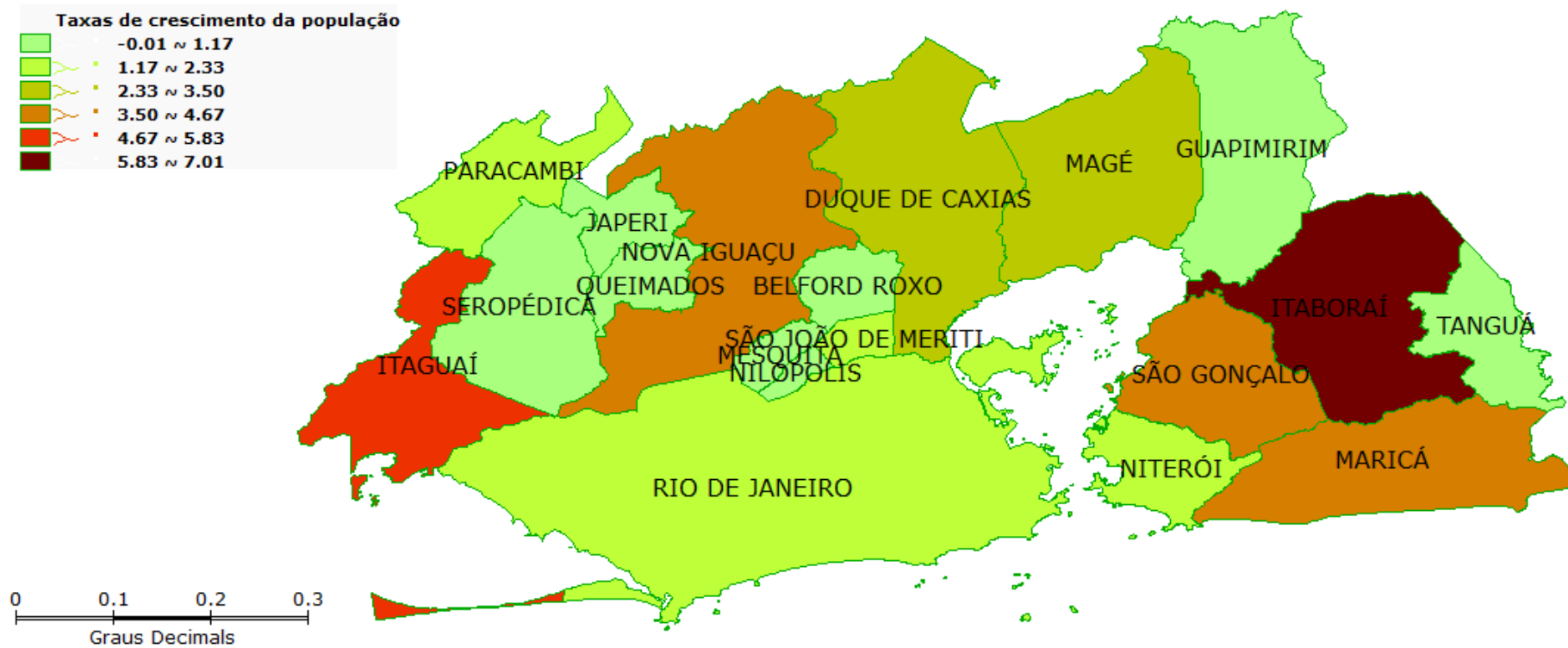
Tabela 6: População residente total (1), municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro				
Município	1970	1980	1991	Aumento população
Belford Roxo	-	-	-	-
Duque de Caxias	431.397	575.830	667.821	1,55
Guapimirim	-	-	-	-
Itaboraí	65.912	114.542	162.742	2,47
Itaguaí	55.839	90.131	113.057	2,02
Japeri	-	-	-	-
Magé	113.023	166.603	191.734	1,70
Maricá	23.664	32.618	46.545	1,97
Mesquita	-	-	-	-
Nilópolis	128.011	151.585	158.092	1,23
Niterói	324.246	397.135	436.155	1,35
Nova Iguaçu	727.140	1.094.789	1.297.704	1,78
Paracambi	25.368	30.310	36.427	1,44
Queimados	-	-	-	-
Rio de Janeiro	4.251.918	5.090.723	5.480.768	1,29
São Gonçalo	430.271	615.351	779.832	1,81
São João de Meriti	302.394	398.819	425.772	1,41
Seropédica	-	-	-	-
Tanguá	-	-	-	-
Total	6.879.183	8.758.436	9.796.649	1,42
Fonte: IPEADATA				
(1): O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.				

Analisando a tabela podemos notar que no período todos os municípios tiveram aumento na população. Além disso, percebe-se uma maior homogeneidade nas taxas de crescimento entre os municípios, em que não se notam mais discrepâncias tão grandes entre o crescimento populacional entre todos os municípios, o que parece indicar uma maior integração de todos os municípios a dinâmica metropolitana. Apesar disso a metrópole apresenta um dos menores crescimentos populacionais entre todos os municípios da região, tendo sua população crescido 1,29 entre 1970 e 1991.

Por outro lado os municípios que mais aumentaram sua população foram Itaguaí e Itaboraí, municípios que tiveram redução da participação na população total entre 1910 e 1970. Isto parece nos indicar que aqui vivemos em um novo período de constituição da região metropolitana, em que novas áreas passam a estar efetivamente integradas a dinâmica metropolitana e, portanto temos um novo momento de expansão

metropolitana. O mapa 5 apresenta as taxas de crescimento da região metropolitana do Rio de Janeiro entre 1970 e 1991.

Mapa 5: Taxas de crescimento da população, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.



Fonte: IPEADATA, elaborado pelo autor.

Analizando o mapa podemos perceber que de forma geral as taxas de crescimento médio anual no período 1970 – 1991 apresentam uma sensível redução em relação às taxas de crescimento do período 1910 – 1970. Essa redução das taxas de crescimento populacional é uma característica de todas as regiões metropolitanas nesse período, como discutido anteriormente. No entanto as discrepâncias entre as taxas de crescimento entre os municípios são bastante grandes.

Em primeiro lugar a metrópole e o município de Niterói continuam com taxas muito baixas de crescimento. Os municípios ainda não emancipados continuam figurando como de crescimento 0, pertencendo todos a primeira classe da distribuição. Os municípios com maiores taxas de crescimento são os de Itaguaí e Itaboraí, no extremo oeste e leste, respectivamente da região metropolitana. Em termos de taxa de crescimento logo após esses dois municípios temos São Gonçalo, Maricá e Nova Iguaçu e Duque de Caxias e numa categoria inferior Magé e Duque de Caxias.

Quando comparamos o mapa 4 (com as taxas de crescimento médio anual do período 1910-1970) com o mapa 2 (com as taxas de crescimento médio anual do período 1970-1991) constatam-se mudanças importantes. Em primeiro lugar os municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e São João de Meriti que tiveram as maiores taxas de crescimento anual de toda a região metropolitana no período 1910-1970, passam a ter taxas sensivelmente mais baixas no período 1970-1991, passando de 36,08 para 18,33; 14,77 para 2,61; 3,74 para 1,94 respectivamente. Esta drástica mudança, com certeza indica que o processo de integração desses municípios a dinâmica metropolitana atinge alto grau de maturação, que leva a ocupação da maioria das áreas desse município e diminui as possibilidades de crescimento demográfico. A maior integração a dinâmica metropolitana, inclusive do ponto de vista da acessibilidade de infraestrutura está relacionado certamente um processo de valorização do solo, semelhante ao que ocorreu e continua ocorrendo no período anterior na metrópole e no município de Niterói.

Isto, portanto indica que estes municípios passam a viver um novo momento de seu crescimento urbano, em que a expansão não se dá a partir da ocupação de novas áreas, mas a partir da transformação de formas e funções e estruturas de áreas já ocupadas e um novo momento também em relação à região metropolitana em que estes municípios passam a fazer parte da periferia consolidada da região

metropolitana, marcada tanto pela integração do tecido urbano, quanto pelo aumento dos fluxos entre as áreas.

Por outro lado há um conjunto de municípios que tiveram baixas taxas de crescimento no período 1910-1970, alguns inclusive com redução na participação na população total, e que passaram a ter altas taxas de crescimento dentro da região metropolitana no período 1970-1991. Este é o caso dos municípios de Itaguaí e Itaboraí já citados. Um outro fato chama a atenção nessa comparação: enquanto no período 1910-1970 os municípios com maiores taxas de crescimento eram aqueles próximos a metrópole e com alta acessibilidade a mesma, no período 1970-1991, os municípios com maiores taxas de crescimento situam-se nos extremos leste e oeste da região metropolitana.

Isto claramente indica que adentramos uma nova fase no processo de metropolização dessa região em que temos: manutenção do processo de valorização e expulsão populacional dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói; consolidação da periferia mais próxima à metrópole que se constitui em periferia consolidada passando a sofrer um processo de valorização da terra e redução do crescimento populacional semelhante ao ocorrido na metrópole; surgimento de uma periferia em consolidação marcada por altas taxas de crescimento demográfico.

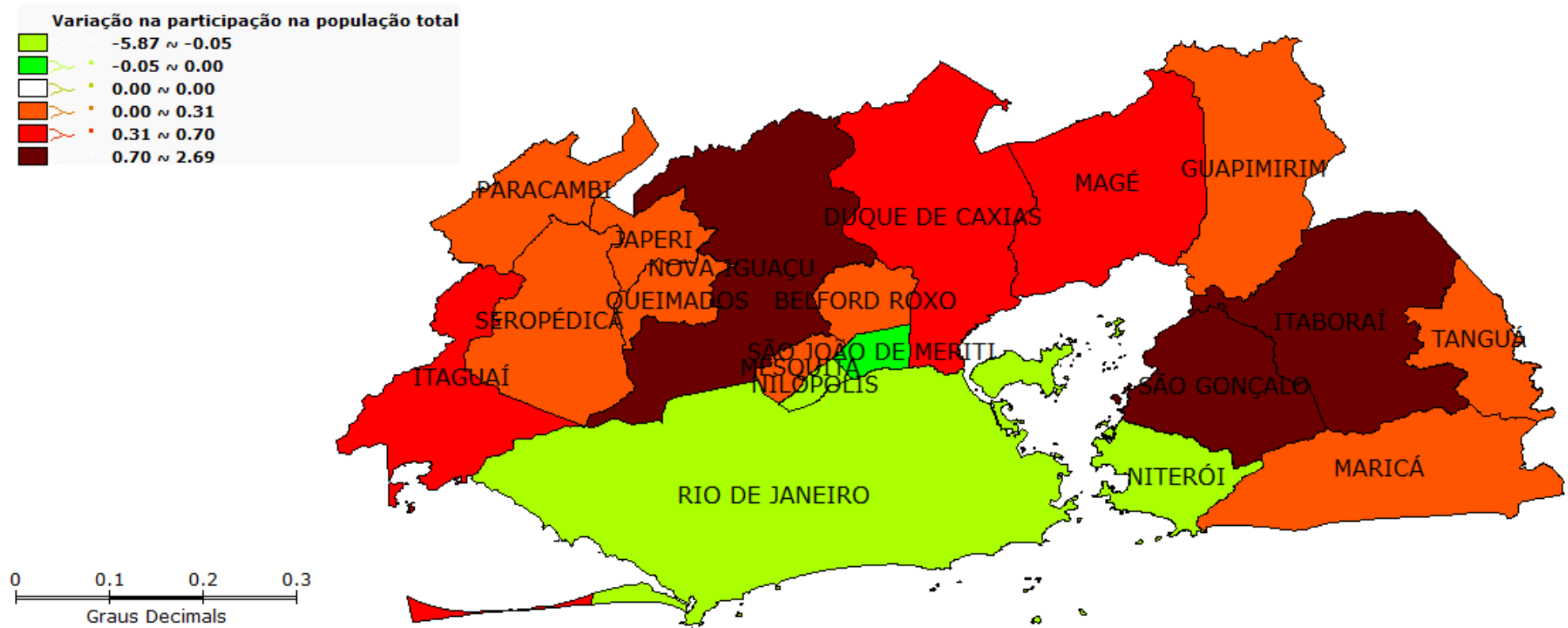
A seguir veremos os dados sobre a participação no total da população na região metropolitana no período 1970-1991, assim poderemos compreender que alterações nas formas de distribuição da população ocorrem no período em tela. A tabela 7 apresenta os dados sobre a participação na população total dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Tabela 7: População residente total (1), municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro				
Município	1970	1980	1991	Varição 1970/1991
Belford Roxo	-	-	-	-
Duque de Caxias	6,27	6,57	6,82	0,55
Guapimirim	-	-	-	-
Itaboraí	0,96	1,31	1,66	0,70
Itaguaí	0,81	1,03	1,15	0,34
Japeri	-	-	-	-
Magé	1,64	1,90	1,96	0,31
Maricá	0,34	0,37	0,48	0,13
Mesquita	-	-	-	-
Nilópolis	1,86	1,73	1,61	-0,25
Niterói	4,71	4,53	4,45	-0,26
Nova Iguaçu	10,57	12,50	13,25	2,68
Paracambi	0,37	0,35	0,37	0,00
Queimados	-	-	-	-
Rio de Janeiro	61,81	58,12	55,95	-5,86
São Gonçalo	6,25	7,03	7,96	1,71
São João de Meriti	4,40	4,55	4,35	-0,05
Seropédica	-	-	-	-
Tanguá	-	-	-	-
Total	100,00	100,00	100,00	-
Fonte: IPEADATA				
(1): O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.				

Analisando a tabela podemos perceber que praticamente todos os municípios da região metropolitana aumentam sua participação no total da população, sendo as únicas exceções os municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis e Niterói. A cidade do Rio de Janeiro é a que tem a maior perda de participação no período (5,86%) o que permite afirmar que o crescimento de participação dos demais municípios se dá principalmente com a perda de participação dessa cidade. Portanto podemos inferir que o processo de valorização da terra, expulsão de moradores e concentração de funções terciárias na cidade do Rio de Janeiro permanece nesse período. No entanto apesar desse processo de desconcentração (seria melhor dizer expulsão seletiva de população associada à concentração de atividades terciárias) o município do Rio de Janeiro continua a concentrar mais de 50% da população da região metropolitana, ou seja, a metrópole continua a ser uma importante aglomeração tanto de pessoas

quanto de atividades econômicas. O mapa 6 apresenta os percentuais de aumento ou de queda na participação no total da população na região metropolitana.

Mapa 6: Variação na participação no total da população, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1970-1991.



Fonte: IPEADATA, elaborado pelo autor.

Analisando o mapa podemos perceber alguns movimentos populacionais que se conformam no período, entre eles a continuidade de perda de participação na população total dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói que está relacionado a um processo de expulsão seletiva de população, ao passo que temos uma constante valorização imobiliária e produção contínua de bairros de classe média e alta, como os bairros de Copacabana, Ipanema e Leblon na cidade do Rio de Janeiro, e bairros como Icaraí e Ingá em Niterói e também a concentração de atividades terciárias nestas duas cidades. A construção da ponte Rio Niterói nos anos 1970 pelo governo militar irá reforçar a complementaridade entre as funções urbanas das cidades do Rio de Janeiro e Niterói ao facilitar as ligações entre as duas cidades reforçando um processo paralelo de valorização imobiliária, com a produção de “bairros nobres e exclusivos” e concentração de atividades terciárias em ambas as cidades, obviamente com maior grau de concentração no Rio de Janeiro. Portanto ao longo desse período Niterói reafirma o papel de “extensão” do núcleo metropolitano.

Este processo está associado fortemente ao surgimento de novas formas urbanas nessas cidades, em especial os condomínios fechados. Esse tipo de enclave fortificado (CALDEIRA, 2000) que associa busca de exclusividade social, preocupação com segurança e controle de acesso, teve grande aceitação no Brasil e trouxe grandes transformações nas formas de segregação sócio espacial na região metropolitana do Rio de Janeiro associando muitas vezes valorização de áreas periféricas, proximidade física de classes sociais diferentes e paradoxalmente o distanciamento social cada vez maior entre diferentes grupos sociais. Trata-se, portanto de uma nova forma urbana com consequências ainda não totalmente compreendidas para o processo de metropolização da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Além disso, nesse período, temos importantes mudanças nas funções metropolitanas, com a consolidação de novas centralidades nas periferias metropolitanas, em especial os shoppings centers, que se expandem fortemente na região metropolitana nesse período. Essas novas centralidades, se diferenciam fortemente dos centros tradicionais, por serem produzidos por empresas imobiliárias, com fortes interesses relacionados à valorização imobiliária, geralmente em áreas periféricas e com formas de acessibilidade ligadas prioritariamente ao automóvel. Portanto os shopping centers são um caso interessante em que a modificação das funções metropolitanas se torna uma atividade lucrativa em si mesma.

Por outro lado se configura uma periferia consolidada, formada por municípios como Duque de Caxias e Nova Iguaçu e São Gonçalo, que também passam por processo de valorização imobiliária, com alterações nos usos do solo e nas funções urbanas, tendo como consequência a redução na participação de alguns desses municípios na população total dessa região. Da mesma forma se constitui uma periferia em consolidação, marcada por altas taxas de crescimento demográfico em relação à região como um todo, e por taxas crescentes de participação no total da população nesse período.

Portanto o período 1970-1991 pode ser compreendido como um novo momento de reestruturação da distribuição populacional na região metropolitana, com grandes mudanças nas formas e funções metropolitanas, e marcado por alguns grandes movimentos demográficos: redução do crescimento da população na região metropolitana como um todo embora exista grande desigualdade entre os municípios quanto as taxas médias de crescimento anual; continuidade do processo de perda da participação populacional na metrópole e no município de Niterói, que pode ser visto cada vez mais como uma extensão da metrópole, devido a expulsão seletiva de moradores e concentração de atividades terciárias; constituição de uma periferia consolidada, com menores taxas de crescimento médio anual e tendência a redução na participação na população; constituição de uma periferia em consolidação marcada por altas taxas de crescimento médio anual e tendência de aumento na participação do total da população da região. No próximo tópico analisaremos o período recente da metropolização da região metropolitana do Rio de Janeiro, marcado pela recuperação econômica e por um intenso processo de reestruturação metropolitana.

5.3. A recuperação econômica e industrial a partir do final dos anos 1990 e a reestruturação metropolitana.

A partir da segunda metade dos anos 1990, autores como Natal (2005) começam a apontar a inflexão econômica do estado e da região metropolitana devido ao comportamento satisfatório de alguns indicadores econômicos, como crescimento do PIB, o aumento da participação no PIB nacional e o número de novos empregos gerados. Nesse contexto o Estado do Rio de Janeiro reassume o posto de segunda economia do país, exibe taxa de crescimento do PIB superior ao do país, e crescimento do emprego também superior. Este crescimento é maior inicialmente em algumas áreas

do interior, o que significaria o início de um processo de desconcentração econômica, embora também na região metropolitana seja notado dinamismo econômico.

Esta recuperação está diretamente ligada a uma série de grandes investimentos que o Estado e em especial a região metropolitana passam a receber, e que reforçam o papel histórico do Rio de Janeiro como fornecedor de produtos básicos e commodities, só que agora não mais apenas para o mercado nacional (MESSENTIER, 2012). Segundo o relatório da Firjan Decisão Rio 2010-2012 estes investimentos se concentram nos seguintes setores: petróleo; construção naval; siderurgia e infraestrutura. Dentre os principais investimentos apontados para a região metropolitana estão: instalação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro; conclusão do Arco Metropolitano; o projeto de requalificação urbana conhecida como Porto Maravilha na cidade do Rio de Janeiro; expansão dos estaleiros nas cidades do Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo.

Associada a essa recuperação econômica e retomada de investimentos industriais tem-se um intenso processo de especulação em toda a região metropolitana, que envolve a produção imobiliária bem como a produção de novos centros comerciais e empresariais, com destaque para os shopping centers. Este processo leva um encarecimento do valor da terra e a consolidação de novos eixos de expansão metropolitana. Com isso teríamos um processo de reestruturação metropolitana em curso com sensíveis alterações nas formas, funções e estruturas metropolitanas. Entre os aspectos desse processo estariam: surgimento de formas que facilitam a dispersão urbana associada a intensificação da segregação urbana; redefinição das centralidades metropolitanas, com surgimento de grandes centros multifuncionais, tendo ao mesmo tempo estabelecimentos comerciais e residenciais associada a reconfiguração da centralidade do CBD metropolitano; mudanças nas estruturas metropolitanas, como na estrutura viária da região.

Neste tópico buscaremos compreender este novo momento de reestruturação a partir de uma série de variáveis selecionadas. A primeira delas é o PIB (Produto Interno Bruto) que nos permite ter uma ideia geral do ritmo de crescimento da economia metropolitana nesse momento, inclusive identificando a intensidade do processo de recuperação econômica nessa região. A tabela 8 apresenta os valores do PIB, a preços correntes para o período 1999-2010:

Tabela 8: Produto Interno Bruto, Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010.

Municípios	Valor (1000 R\$)											
	PIB a preços de mercado											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	99 873 172	106 893 588	116 422 943	128 725 880	137 896 576	162 346 526	174 074 818	186 947 494	209 333 908	232 809 369	244 466 607	275 189 465
Rio de Janeiro	72 106 309	76 730 775	82 601 449	91 063 238	95 751 484	112 674 641	117 771 722	128 026 084	140 094 694	154 777 301	170 517 226	190 249 043
Belford Roxo	1 728 178	1 819 462	2 037 081	2 191 303	2 302 522	2 791 641	2 677 530	2 909 479	3 110 867	3 539 442	3 986 624	4 467 555
Duque de Caxias	7 119 748	8 549 867	10 121 120	11 203 464	14 132 115	16 907 063	22 623 088	22 435 604	28 321 333	32 266 476	24 473 664	26 496 845
Guapimirim	180 911	183 682	196 082	212 458	245 341	279 575	289 400	316 087	345 563	380 661	414 292	485 269
Itaboraí	736 110	778 512	844 132	972 043	1 038 845	1 193 542	1 249 145	1 366 728	1 493 476	1 702 231	1 892 456	2 186 487
Itaguaí	906 975	1 017 259	1 158 825	1 395 199	1 322 663	2 182 003	1 926 334	1 936 863	2 493 294	2 966 911	2 145 689	4 284 959
Japeri	223 233	233 632	264 177	291 105	314 481	349 537	396 662	415 373	456 114	509 010	786 129	916 884
Magé	778 657	807 973	892 679	1 012 436	1 020 965	1 140 061	1 228 607	1 340 932	1 497 207	1 675 618	1 901 559	2 065 537
Maricá	351 175	375 543	413 379	472 123	535 598	598 946	668 296	733 086	840 136	947 018	1 073 771	1 644 995
Mesquita	-	-	655 829	723 020	791 747	900 039	975 591	1 078 252	1 185 348	1 314 583	1 417 129	1 533 364
Nilópolis	687 322	701 318	744 568	808 552	844 506	926 055	1 010 145	1 089 839	1 197 483	1 347 246	1 489 045	1 668 960
Niterói	4 232 545	4 381 733	4 431 412	5 152 378	5 757 211	6 934 977	6 835 927	7 466 738	8 853 442	9 232 172	9 904 464	11 214 103
Nova Iguaçu	3 746 585	3 996 084	3 993 912	4 408 822	4 622 021	5 205 814	5 685 554	6 252 678	6 951 218	8 359 928	8 697 427	9 496 660
Paracambi	179 885	180 834	195 423	228 067	247 023	265 235	277 237	296 938	321 706	344 958	398 414	498 103
Queimados	658 457	700 819	837 782	768 350	790 603	890 443	845 592	884 010	905 432	1 017 279	1 145 721	1 670 541
São Gonçalo	4 041 600	4 139 434	4 548 516	5 063 328	5 299 281	5 961 354	6 326 585	6 885 641	7 410 667	8 184 678	9 034 995	10 340 756
São João de Meriti	1 868 051	1 934 357	2 053 615	2 292 274	2 358 907	2 570 843	2 719 461	2 900 975	3 159 446	3 474 893	4 279 650	4 826 212
Seropédica	230 660	259 749	318 611	338 276	369 124	423 551	411 575	443 418	505 069	566 385	659 885	852 538
Tanguá	96 770	102 553	114 352	129 443	152 139	151 207	156 366	168 768	191 412	202 580	248 466	290 655

Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas

Neste trabalho realizamos uma divisão da periferia em consolidada; em consolidação e não consolidada, com base no trabalho do Observatório das Metrópoles (2004). A periferia consolidada corresponde aos municípios com níveis de integração a dinâmica da aglomeração metropolitana altíssima, são eles: Belford Roxo; Duque de Caxias; Nilópolis; Niterói; Nova Iguaçu; São Gonçalo e São João de Meriti. A periferia em consolidação corresponde aos municípios com níveis de integração muito alto ou alto a dinâmica da aglomeração, são eles: Guapimirim; Itaguaí; Itaboraí; Magé; Maricá; Mesquita; Paracambi e Queimados. A periferia não consolidada corresponde aos municípios com níveis médio de integração a dinâmica da aglomeração, são eles: Japeri; Seropédica e Tanguá.

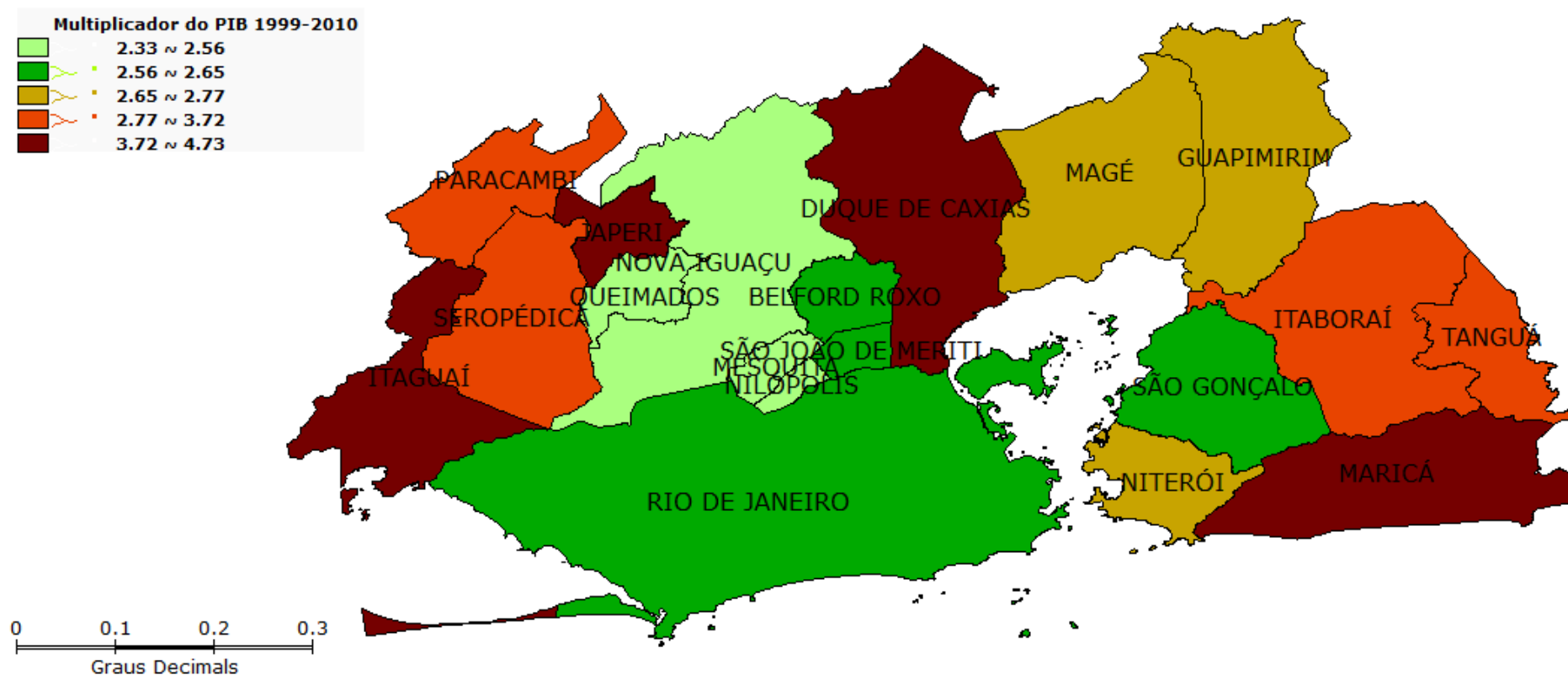
Analizando a tabela podemos perceber claramente que todos os municípios tiveram aumento do PIB, o que evidencia o processo de recuperação econômica dessa região. No entanto existem grandes diferenças entre a capacidade de produção de riqueza dos municípios que compõem a região metropolitana. De forma geral, podemos constatar um grupo com altos valores do PIB, neste grupo temos em primeiro lugar, a metrópole com valores do PIB muito superiores aos demais municípios chegando a ser quase 10 vezes maior que o segundo município com maior PIB, em 2010.

Num patamar inferior, entre os municípios com maiores valores de PIB em 2010, estão os municípios de Duque de Caxias, Niterói, São Gonçalo e Nova Iguaçu, os quais correspondem de forma geral a periferia consolidada. Estes municípios tanto em termos de produção de riqueza, quanto do ponto de vista populacional são os mais importantes da região metropolitana, juntamente com a metrópole. Esta condição se deve ao fato de serem municípios com um antigo processo de integração a dinâmica metropolitana, tendo se inserido no processo de explosão-implosão há mais tempo e com mais intensidade. Excluindo a cidade de Niterói, que como vimos afirmando tem se transformando numa extensão da metrópole, os demais municípios figuram como parte de uma periferia metropolitana consolidada, cujos processos de expansão urbana não se dão mais pela expansão horizontal, mas por transformações nos usos do solo, surgimento de novas formas urbanas e de novas áreas de centralidade.

Em seguida temos aqueles municípios que poderíamos indicar como de nível médio de PIB em 2010, nesse patamar estão os municípios de Belford Roxo, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis e Queimados. Este grupo reúne a maior quantidade de municípios, agrupando muitos municípios recentemente emancipados. Possuem um nível médio tanto de PIB quanto de população, e correspondem de forma geral, àqueles

municípios que conformam a periferia metropolitana em consolidação. Um último grupo é daqueles municípios com baixos valores de PIB, são eles: Guapimirim; Japeri; Paracambi; Seropédica e Tanguá, estes municípios também possuem baixa concentração populacional e correspondem grosso modo a periferia não consolidada. A seguir apresentamos o mapa 7 que apresenta o aumento do PIB de 2010 em relação ao PIB de 1999, ou seja, a quantidade de vezes que o PIB de cada um dos municípios da região metropolitana cresceu em relação ao seu valor inicial em 1999.

Mapa 7: Multiplicador do PIB, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010.



Fonte: IBGE e Fundação Ceperj, elaborado pelo autor.

Podemos perceber pela análise do mapa que os municípios com menores multiplicadores do PIB correspondem a um conjunto de municípios da baixada fluminense contíguos entre si e que tem Nova Iguaçu como o município mais importante desse grupo. No segundo grupo, estão além da metrópole, os municípios de São João de Meriti, Belford Roxo e São Gonçalo. No grupo de municípios com maiores multiplicadores de PIB estão os municípios de Maricá; Duque de Caxias; Japeri e Itaguaí.

Interessante observar que os maiores multiplicadores são encontrados nos municípios que estão nos extremos leste e oeste da região metropolitana, com a exceção de Duque de Caxias. Isto parece indicar que a recuperação econômica da região metropolitana se dá a partir de um maior dinamismo dos municípios mais distantes da metrópole, o que poderia ser uma evidência a apontar para um processo de desconcentração das atividades econômicas. Mesmo considerando que muitos desses municípios tem uma base produtiva mas limitada em comparação com a metrópole e outros municípios da região metropolitana, o maior crescimento indica que se trata de municípios com mais intenso dinamismo econômico.

O maior crescimento do PIB nos municípios nos extremos leste e oeste da metrópole, também pode indicar uma maior integração dessas áreas a metrópole, sendo, portanto associado a uma expansão metropolitana, não no sentido de incorporação de novas áreas mais na modificação qualitativa da inserção de certas áreas da metrópole, que passam a estar mais intensamente integradas a dinâmica metropolitana. Nesse sentido podemos notar dois grandes conjuntos de municípios nos extremos leste e oeste, responsáveis pelos maiores crescimentos do PIB. No extremo leste temos os municípios de Itaguaí; Paracambi; Seropédica e Japeri e no extremo oeste temos os municípios de Itaboraí; Tanguá e Maricá.

No sentido de compreender esse processo de desconcentração dentro do contexto da recuperação econômica pode ser interessante ver como se comporta a participação no total do PIB na região metropolitana no período em tela. Assim podemos ter evidências mais claras de um processo de desconcentração econômica, e quais municípios estão sendo beneficiados com essa expansão. A tabela 9 apresenta a participação no PIB total da região metropolitana de cada um dos municípios que compõem a região, para o período 1999-2010.

Tabela 9: Produto Interno Bruto, Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1999-2010												
Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro	% de participação de cada município em relação ao total da região metropolitana											
	PIB a preços de mercado											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Rio de Janeiro	72.20	71.78	70.95	70.74	69.44	69.40	67.66	68.48	66.92	66.48	69.75	69.13
Belford Roxo	1.73	1.70	1.75	1.70	1.67	1.72	1.54	1.56	1.49	1.52	1.63	1.62
Duque de Caxias	7.13	8.00	8.69	8.70	10.25	10.41	13.00	12.00	13.53	13.86	10.01	9.63
Guapimirim	0.18	0.17	0.17	0.17	0.18	0.17	0.17	0.17	0.17	0.16	0.17	0.18
Itaboraí	0.74	0.73	0.73	0.76	0.75	0.74	0.72	0.73	0.71	0.73	0.77	0.79
Itaguaí	0.91	0.95	1.00	1.08	0.96	1.34	1.11	1.04	1.19	1.27	0.88	1.56
Japeri	0.22	0.22	0.23	0.23	0.23	0.22	0.23	0.22	0.22	0.22	0.32	0.33
Magé	0.78	0.76	0.77	0.79	0.74	0.70	0.71	0.72	0.72	0.72	0.78	0.75
Maricá	0.35	0.35	0.36	0.37	0.39	0.37	0.38	0.39	0.40	0.41	0.44	0.60
Mesquita	-	0.00	0.56	0.56	0.57	0.55	0.56	0.58	0.57	0.56	0.58	0.56
Nilópolis	0.69	0.66	0.64	0.63	0.61	0.57	0.58	0.58	0.57	0.58	0.61	0.61
Niterói	4.24	4.10	3.81	4.00	4.18	4.27	3.93	3.99	4.23	3.97	4.05	4.08
Nova Iguaçu	3.75	3.74	3.43	3.42	3.35	3.21	3.27	3.34	3.32	3.59	3.56	3.45
Paracambi	0.18	0.17	0.17	0.18	0.18	0.16	0.16	0.16	0.15	0.15	0.16	0.18
Queimados	0.66	0.66	0.72	0.60	0.57	0.55	0.49	0.47	0.43	0.44	0.47	0.61
São Gonçalo	4.05	3.87	3.91	3.93	3.84	3.67	3.63	3.68	3.54	3.52	3.70	3.76
São João de Meriti	1.87	1.81	1.76	1.78	1.71	1.58	1.56	1.55	1.51	1.49	1.75	1.75
Seropédica	0.23	0.24	0.27	0.26	0.27	0.26	0.24	0.24	0.24	0.24	0.27	0.31
Tanguá	0.10	0.10	0.10	0.10	0.11	0.09	0.09	0.09	0.09	0.09	0.10	0.11
Fontes: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro - CEPERJ/Centro de Estatísticas, Estudos e Pesquisas												

Analisando a tabela podemos perceber claramente que o município do Rio de Janeiro é o único que apresenta uma ligeira tendência de redução na participação no PIB da região metropolitana. No entanto, além de ser uma redução bem pequena, não fica claro quais municípios são beneficiados com essa redução, uma vez que praticamente nenhum dos demais municípios da região metropolitana apresenta clara tendência de redução ou aumento. Ou seja a partir da análise da participação no PIB total da região metropolitana para o período 1999-2010 não podemos afirmar que há um processo de desconcentração econômica no interior da metrópole, uma vez que mesmo havendo uma pequena redução da participação da metrópole no PIB regional, não há nenhum município ou grupo de municípios que se beneficia com essa redução.

Isto não significa que não existe um processo de desconcentração econômica na metrópole, mas que não há uma desconcentração do PIB, apesar de que municípios

periféricos tenham tido maior crescimento do PIB no período. No entanto o PIB apresenta o valor da produção de todos os setores econômicos e, portanto é interessante para caracterizar o movimento de recuperação econômica, no entanto pode não ser o melhor para compreender o comportamento da indústria, que tem sido o foco do nosso trabalho devido a sua intrínseca relação com o processo de metropolização, uma vez que o movimento da indústria pode diferir da economia como um todo. Nesse sentido acreditamos que a análise do PIB cumpriu seu papel no sentido de comprovar a recuperação econômica e apontar as áreas de maior dinamismo econômico. No entanto para aprofundar a análise precisamos de outras variáveis. Para tal escolhemos o valor adicionado na indústria, que permite uma melhor aproximação do movimento da produção industrial na região metropolitana. A tabela 10 apresenta os dados do valor adicionado bruto na indústria para o período 1999-2010:

Tabela 10: Valor adicionado bruto na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1999-2010												
Municípios	Valor (1000 R\$)											
	Valor adicionado bruto na indústria											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	14 622 934	15 763 726	16 111 210	18 120 617	20 496 825	25 969 738	25 888 866	27 085 690	30 944 156	32 120 320	35 587 429	39 431 400
Rio de Janeiro	9 857 426	10 234 829	10 311 625	11 707 449	12 392 683	14 877 909	12 654 761	14 163 088	13 839 703	14 275 326	22 334 169	22 461 765
Belford Roxo	344 575	370 926	368 948	430 795	474 347	682 181	525 724	622 410	632 773	697 064	867 258	974 480
Duque de Caxias	1 959 237	2 512 258	2 646 497	2 844 219	4 116 467	5 777 451	8 900 268	8 216 554	11 863 493	12 764 963	6 802 936	8 456 113
Guapimirim	36 752	41 257	39 791	39 321	52 241	62 761	53 962	57 269	59 764	56 084	59 515	77 858
Itaboraí	107 173	115 311	121 332	163 138	175 251	223 177	189 211	186 131	191 004	197 780	259 427	352 041
Itaguaí	63 036	72 025	73 422	101 415	123 195	164 464	133 639	157 604	195 269	215 698	177 509	271 244
Japeri	23 719	24 223	27 041	31 319	33 156	42 523	47 287	46 375	47 847	47 816	64 617	85 351
Magé	93 577	97 761	99 659	116 650	110 416	132 412	137 189	142 398	156 579	151 017	214 964	244 419
Maricá	38 484	46 049	46 510	56 047	62 844	66 438	71 271	76 624	91 047	92 482	111 986	501 582
Mesquita	-	-	65 260	76 384	83 347	100 235	103 374	111 892	122 328	122 285	147 835	183 186
Nilópolis	69 032	74 513	75 233	83 502	89 268	108 525	105 360	104 855	115 991	115 521	146 567	176 785
Niterói	473 778	529 056	487 521	592 996	739 159	1 332 757	890 298	948 499	1 221 009	933 799	1 320 593	1 767 084
Nova Iguaçu	482 837	520 717	546 757	578 949	660 916	780 352	729 629	816 671	879 760	933 333	1 130 251	1 246 947
Paracambi	26 019	27 855	30 093	36 014	42 101	41 830	33 401	33 123	32 472	28 350	44 225	54 430
Queimados	188 823	201 105	241 381	175 997	176 068	211 539	156 253	157 184	163 110	170 090	219 310	463 179
São Gonçalo	604 501	617 799	647 626	756 545	789 441	945 679	792 119	874 514	903 765	920 448	1 186 143	1 434 855
São João de Meriti	201 807	208 685	204 589	232 192	250 455	286 238	280 406	281 279	299 167	290 590	361 497	433 225
Seropédica	37 863	50 828	59 385	74 839	86 808	106 145	62 884	63 527	92 946	79 469	100 414	204 355
Tanguá	14 297	18 529	18 538	22 847	38 662	27 119	21 830	25 694	36 128	28 205	38 214	42 501
Fonte: IBGE e Fundação CEPERJ												

A análise da tabela mostra que todos os municípios aumentaram o valor adicionado bruto na indústria, alguns municípios chegando a aumentar em mais de quatro vezes o seu valor adicionado. Como o que interessa para nosso trabalho é principalmente a mudança nos padrões produtivos e locacionais na indústria, produzimos uma segunda tabela em que apresentamos a variação da participação no valor adicionado total da região e nesse sentido podemos comparar com os dados do PIB e ter uma indicação mais clara se há ou não uma desconcentração industrial no período. A tabela 11 apresenta a participação no total do valor adicionado da região metropolitana para o período 1999-2010:

Tabela 11 - Valor adicionado bruto na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1999-2010												
Municípios	Participação no valor adicionado bruto na indústria da região metropolitana											
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Rio de Janeiro	67.41	64.93	64.00	64.61	60.46	57.29	48.88	52.29	44.72	44.44	62.76	56.96
Belford Roxo	2.36	2.35	2.29	2.38	2.31	2.63	2.03	2.30	2.04	2.17	2.44	2.47
Duque de Caxias	13.40	15.94	16.43	15.70	20.08	22.25	34.38	30.34	38.34	39.74	19.12	21.45
Guapimirim	0.25	0.26	0.25	0.22	0.25	0.24	0.21	0.21	0.19	0.17	0.17	0.20
Itaboraí	0.73	0.73	0.75	0.90	0.86	0.86	0.73	0.69	0.62	0.62	0.73	0.89
Itaguaí	0.43	0.46	0.46	0.56	0.60	0.63	0.52	0.58	0.63	0.67	0.50	0.69
Japeri	0.16	0.15	0.17	0.17	0.16	0.16	0.18	0.17	0.15	0.15	0.18	0.22
Magé	0.64	0.62	0.62	0.64	0.54	0.51	0.53	0.53	0.51	0.47	0.60	0.62
Maricá	0.26	0.29	0.29	0.31	0.31	0.26	0.28	0.28	0.29	0.29	0.31	1.27
Mesquita	-	0.00	0.41	0.42	0.41	0.39	0.40	0.41	0.40	0.38	0.42	0.46
Nilópolis	0.47	0.47	0.47	0.46	0.44	0.42	0.41	0.39	0.37	0.36	0.41	0.45
Niterói	3.24	3.36	3.03	3.27	3.61	5.13	3.44	3.50	3.95	2.91	3.71	4.48
Nova Iguaçu	3.30	3.30	3.39	3.19	3.22	3.00	2.82	3.02	2.84	2.91	3.18	3.16
Paracambi	0.18	0.18	0.19	0.20	0.21	0.16	0.13	0.12	0.10	0.09	0.12	0.14
Queimados	1.29	1.28	1.50	0.97	0.86	0.81	0.60	0.58	0.53	0.53	0.62	1.17
São Gonçalo	4.13	3.92	4.02	4.18	3.85	3.64	3.06	3.23	2.92	2.87	3.33	3.64
São João de Meriti	1.38	1.32	1.27	1.28	1.22	1.10	1.08	1.04	0.97	0.90	1.02	1.10
Seropédica	0.26	0.32	0.37	0.41	0.42	0.41	0.24	0.23	0.30	0.25	0.28	0.52
Tanguá	0.10	0.12	0.12	0.13	0.19	0.10	0.08	0.09	0.12	0.09	0.11	0.11
Fonte: IBGE e Fundação CEPERJ												

Analisando a tabela podemos perceber claramente um movimento de desconcentração do valor adicionado na indústria, da metrópole em direção aos demais municípios da região metropolitana. Enquanto em 1999 a metrópole concentrava 67,41% do valor adicionado na indústria da região metropolitana, em 2008 passa a concentrar apenas 44,41 desse valor. O ano de 2009 é um ano atípico, devido certamente à influência da crise econômica mundial iniciada em 2008, mas que apresenta consequências mais sérias em 2009. Tudo indica que as atividades industriais presentes no restante da região

metropolitana foram mais afetadas por esta crise do que as atividades indústrias da metrópole, por isso neste ano há um brusco aumento da participação da metrópole no total do valor adicionado. Se atentarmos para a tabela anterior podemos perceber que o que ocorre é valor adicionado da indústria na metrópole tem um grande aumento em 2009, enquanto o município de Duque de Caxias, principal centro industrial da região metropolitana após a metrópole, tem uma grande redução no seu valor adicionado.

Sejam quais forem os motivos para esses comportamentos díspares diante da crise, já em 2010, ano que encerra a série, temos uma redução da participação do valor adicionado da metrópole no total da região metropolitana, que cai de 62,76 em 2009 para 56,96 em 2010. Isto indica que existe uma tendência estrutural de desconcentração do valor adicionado industrial e certamente da própria atividade industrial da metrópole para os demais municípios da região metropolitana, por mais que a metrópole permaneça como o principal centro industrial da região metropolitana.

Cabe agora refletir sobre o motivo pelo qual o valor adicionado na indústria aponta claramente para um processo de desconcentração, enquanto o PIB não o faz. Isto se dá certamente por que o PIB, ao congregar o valor produzido em todas as atividades econômicas, acaba sendo influenciado por atividades econômicas que continuam fortemente concentradas na metrópole, como as atividades de serviços pessoais e empresariais e o comércio especializado. O grande crescimento dessas atividades faz com que a participação da metrópole no PIB total não sofra grande redução mesmo com o crescimento das atividades industriais fora da metrópole.

Quando se considera apenas o valor adicionado bruto na indústria, que é um dos componentes do PIB a situação é completamente distinta, mesmo havendo um aumento desse valor na metrópole, que continua sendo o principal centro industrial em termos de valor adicionado, percebe-se claramente uma tendência de desconcentração do valor adicionado na indústria dentro da região metropolitana do Rio de Janeiro. Tal fato corrobora de forma geral com a literatura sobre a desconcentração econômica metropolitana que aponta uma desconcentração industrial da metrópole em direção à região metropolitana, associada à reconcentração das atividades terciárias na metrópole. Vejamos agora se os dados sobre emprego industrial corroboram com as considerações até aqui feitas sobre a produção industrial na região metropolitana do Rio de Janeiro. A tabela 12 apresenta os dados sobre trabalho formal na indústria no período 1995-2011:

Municípios	Tabela 12: Número de empregos na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995-2011																
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Belford Roxo	3210	3657	2439	1794	2109	1946	1497	1998	2016	2079	2006	2278	2617	2978	2899	2872	3015
Duque de Caxias	22142	18957	20017	17676	18631	19099	21461	21685	20789	22200	24426	25519	26425	27076	25914	27406	32199
Guapimirim	756	723	725	672	704	753	718	770	788	835	901	772	797	759	771	765	763
Itaboraí	4273	4035	4445	3720	3824	2858	2920	3006	3184	3501	3802	4050	4534	4154	4551	4597	4893
Itaguaí	2828	2504	2061	1392	1237	1440	1361	995	1468	1652	1606	1908	1967	2190	2370	2209	2551
Japeri	98	88	112	133	130	129	103	126	131	182	285	332	356	436	461	590	833
Magé	3368	2263	2399	1952	2020	2312	2093	2108	1837	1916	2481	2600	2361	2853	2734	2841	3052
Maricá	784	654	432	621	640	415	435	473	597	631	694	941	1060	1124	1251	1309	1337
Mesquita	-	-	-	-	-	-	351	639	499	464	518	930	1213	1413	1518	1619	1661
Nilópolis	1103	1261	1124	878	875	754	687	697	790	1026	1235	1305	1566	1224	1434	1493	1366
Niterói	12165	11120	8306	6538	8201	8840	9946	11674	13939	13871	15014	19075	16852	20436	20775	20240	20809
Nova Iguaçu	12512	12791	12043	10920	9943	11453	10351	9784	11122	10109	9742	12992	13373	14738	14833	13813	13807
Paracambi	1709	1461	1185	1071	1142	2589	346	353	1651	1970	1850	1595	349	374	555	622	701
Queimados	2640	1554	1694	1722	2370	2161	2309	2173	2237	2403	2417	2789	2830	2334	2108	2315	3022
Rio de Janeiro	251654	235655	214232	188394	193328	181562	174684	174563	171467	174594	180697	198041	201281	215153	214456	233841	246152
São Gonçalo	12077	13001	13300	13570	13327	13953	14194	13892	12741	12224	13271	15248	15260	14971	16700	16971	16634
São João de Meriti	4571	4181	3642	4023	3811	3802	3603	3641	3983	4038	4522	5528	5757	4951	5151	5175	5357
Seropédica	-	-	-	666	704	619	626	824	746	805	1079	1128	1163	1303	1463	1568	1679
Tanguá	-	-	-	642	660	402	376	438	414	395	391	446	584	593	480	853	775
Região Metropolitana	335890	313905	288156	256384	263656	255087	248061	249839	250399	254895	266937	297477	300345	319060	320424	341099	360606

Fonte: Rais

Apesar das flutuações do nível do emprego formal na indústria que ocorrem em todos os municípios e que se devem em grande parte a fatores conjunturais locais ou externos, podemos perceber que temos uma tendência de crescimento do número de empregos formais na indústria na maioria dos municípios enquanto em outros há uma tendência de manutenção dos níveis de emprego. Considerando os dados agregados para toda a região metropolitana percebe-se um movimento de redução dos níveis de emprego entre 1997 e 2001, e uma recuperação a partir de então chegando em 2011 com um nível de empregos formais um pouco superior ao de 1995. Ou seja, diferente do que constamos em relação ao PIB e ao valor adicionado, a recuperação econômica e industrial da região metropolitana, não foi um movimento contínuo em linha reta mais um ciclo com momentos de redução e aumento da mão de obra empregada.

Como este movimento cíclico não se fez acompanhar de uma redução do valor da produção industrial, há que se admitir que a sua explicação estão nas mudanças nas formas de organização da indústria com o advento da reestruturação produtiva (HARVEY, 2000), como a introdução de novas tecnologias, a organização da produção no formato just in time e o processo de terceirização. Todas essas mudanças levam a uma redução do nível do emprego na indústria, em parte pela mecanização das tarefas, em parte pela terceirização que faz com que os trabalhadores do chão da fábrica sejam computados como prestadores de serviços. Isto ocorre ao passo que não há redução e sim aumento da produção industrial, o que é confirmado pelos dados do valor adicionado na indústria.

Nesse sentido a expansão do emprego industrial deve estar mais ligada ao surgimento de novas unidades industriais, ou mesmo a expansão da produção em cada unidade industrial, ao passo que a produção de cada unidade de mercadoria passa a despender cada vez menor quantidade de força de trabalho. Assim podemos compreender como a redução do emprego na indústria em relação a outros setores da economia pode estar associada ao aumento do número de empregados na indústria, mesmo considerando que boa parte desses passa a figurar nas estatísticas como trabalhadores terciários.

Este movimento de ligeira queda e depois aumento do número de empregos formais na indústria é seguido de forma geral por quase todos os municípios da região metropolitana, variando apenas os anos do início da queda e da retomada, com a exceção do município de Paracambi que apresenta um número bastante reduzido de trabalhadores formais na indústria. A seguir veremos na tabela 13 os municípios que tiveram maior crescimento ou queda na participação no número total de empregos formais na indústria.

Municípios	Tabela 13: Participação no total de empregos na indústria, Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1995-2011																
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
BELFORD ROXO	0.96	1.17	0.85	0.70	0.80	0.76	0.60	0.80	0.81	0.82	0.75	0.77	0.87	0.93	0.90	0.84	0.84
DUQUE DE CAXIAS	6.59	6.04	6.95	6.89	7.07	7.49	8.65	8.68	8.30	8.71	9.15	8.58	8.80	8.49	8.09	8.03	8.93
GUAPIMIRIM	0.23	0.23	0.25	0.26	0.27	0.30	0.29	0.31	0.31	0.33	0.34	0.26	0.27	0.24	0.24	0.24	0.21
ITABORAÍ	1.27	1.29	1.54	1.45	1.45	1.12	1.18	1.20	1.27	1.37	1.42	1.36	1.51	1.30	1.42	1.35	1.36
ITAGUAÍ	0.84	0.80	0.72	0.54	0.47	0.56	0.55	0.40	0.59	0.65	0.60	0.64	0.65	0.69	0.74	0.65	0.71
JAPERI	0.03	0.03	0.04	0.05	0.05	0.05	0.04	0.05	0.05	0.07	0.11	0.11	0.12	0.14	0.14	0.17	0.23
MAGÉ	1.00	0.72	0.83	0.76	0.77	0.91	0.84	0.84	0.73	0.75	0.93	0.87	0.79	0.89	0.85	0.83	0.85
MARICÁ	0.23	0.21	0.22	0.24	0.24	0.16	0.18	0.19	0.24	0.25	0.26	0.32	0.35	0.35	0.39	0.38	0.37
MESQUITA	-	-	-	-	-	-	0.14	0.26	0.20	0.18	0.19	0.31	0.40	0.44	0.47	0.47	0.46
NILÓPOLIS	0.33	0.40	0.39	0.34	0.33	0.30	0.28	0.28	0.32	0.40	0.46	0.44	0.52	0.38	0.45	0.44	0.38
NITEROI	3.62	3.54	2.88	2.55	3.11	3.47	4.01	4.67	5.57	5.44	5.62	6.41	5.61	6.41	6.48	5.93	5.77
NOVA IGUACU	3.73	4.07	4.18	4.26	3.77	4.49	4.17	3.92	4.44	3.97	3.65	4.37	4.45	4.62	4.63	4.05	3.83
PARACAMBI	0.51	0.47	0.41	0.42	0.43	1.01	0.14	0.14	0.66	0.77	0.69	0.54	0.12	0.12	0.17	0.18	0.19
QUEIMADOS	0.79	0.50	0.59	0.67	0.90	0.85	0.93	0.87	0.89	0.94	0.91	0.94	0.94	0.73	0.66	0.68	0.84
RIO DE JANEIRO	74.92	75.07	74.35	73.48	73.33	71.18	70.42	69.87	68.48	68.50	67.69	66.57	67.02	67.43	66.93	68.56	68.26
SÃO GONCALO	3.60	4.14	4.62	5.29	5.05	5.47	5.72	5.56	5.09	4.80	4.97	5.13	5.08	4.69	5.21	4.98	4.61
SÃO JOAO DE MERITI	1.36	1.33	1.26	1.57	1.45	1.49	1.45	1.46	1.59	1.58	1.69	1.86	1.92	1.55	1.61	1.52	1.49
SEROPEDICA	-	-	-	0.26	0.27	0.24	0.25	0.33	0.30	0.32	0.40	0.38	0.39	0.41	0.46	0.46	0.47
TANGUÁ	-	-	-	0.25	0.25	0.16	0.15	0.18	0.17	0.15	0.15	0.15	0.19	0.19	0.15	0.25	0.21
REGIÃO METROPOLITANA	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Fonte: RAIS –TEM																	

A análise da tabela mostra que enquanto a metrópole apresenta tendência de perda de participação no emprego industrial, outros municípios aumentam a sua participação. Apesar da grande variação anual do volume de empregos em cada um dos municípios, podemos perceber claramente que existe uma tendência de redução da participação da metrópole e aumento da participação dos demais municípios no total do emprego industrial. Se atentarmos para em que municípios há aumento da participação no emprego industrial podemos perceber que este ocorre justamente nos dois extremos: naqueles municípios com níveis muito baixos de emprego industrial (participação no emprego industrial em 1995, inferior a 0,5) e naqueles com altos níveis de emprego industrial (participação acima de 3% do emprego industrial em 1995).

Portanto em sintonia com os dados de valor adicionado, a análise do emprego formal da indústria indica um processo de desconcentração industrial, em que os municípios da periferia crescem mais que a metrópole e passam, portanto a responder por parcelas crescentes do emprego industrial total na região metropolitana. Quando analisamos as variáveis apresentadas neste tópico em conjunto podemos apontar as seguintes conclusões: os dados de valor adicionado e emprego formal na indústria indicam um processo de desconcentração industrial na região metropolitana, no entanto, os dados do PIB informam que esta desconcentração não se dá em todas as atividades econômicas. Esses dados, portanto indicam um processo de reestruturação da atividade produtiva na região metropolitana, com concentração das atividades terciárias na metrópole e dispersão de atividades industriais na região metropolitana.

Vejamos agora a que mudanças temos na dinâmica populacional da região metropolitana e em que sentido podemos relacioná-las com as mudanças na estrutura produtiva e ao processo de reestruturação metropolitana. A tabela 14 mostra a evolução populacional dos municípios que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro, entre 1991 e 2010 com base em dados do IPEADATA:

Tabela 14: População residente total (1), municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Município	1991	1996	2000	2007	2010
Belford Roxo	-	399.319	434.474	480.555	469.332
Duque de Caxias	667.821	715.089	775.456	842.686	855.048
Guapimirim	-	32.614	37.952	44.692	51.483
Itaboraí	162.742	184.560	187.479	215.792	218.008
Itaguaí	113.057	125.063	82.003	95.356	109.091
Japeri	-	73.130	83.278	93.197	95.492
Magé	191.734	183.113	205.830	232.171	227.322
Maricá	46.545	60.286	76.737	105.294	127.461
Mesquita	-	-	-	182.495	168.376
Nilópolis	158.092	155.272	153.712	153.581	157.425
Niterói	436.155	450.364	459.451	474.002	487.562
Nova Iguaçu	1.297.704	826.188	920.599	830.672	796.257
Paracambi	36.427	39.441	40.475	42.423	47.124
Queimados	-	108.522	121.993	130.275	137.962
Rio de Janeiro	5.480.768	5.551.538	5.857.904	6.093.472	6.320.446
São Gonçalo	779.832	833.379	891.119	960.631	999.728
São João de Meriti	425.772	434.323	449.476	464.282	458.673
Seropédica	-	-	65.260	72.466	78.186
Tanguá	-	-	26.057	28.322	30.732
Região Metropolitana	9.796.649	10.172.201	10.869.255	11.542.364	11.835.708

Fonte: IPEADATA

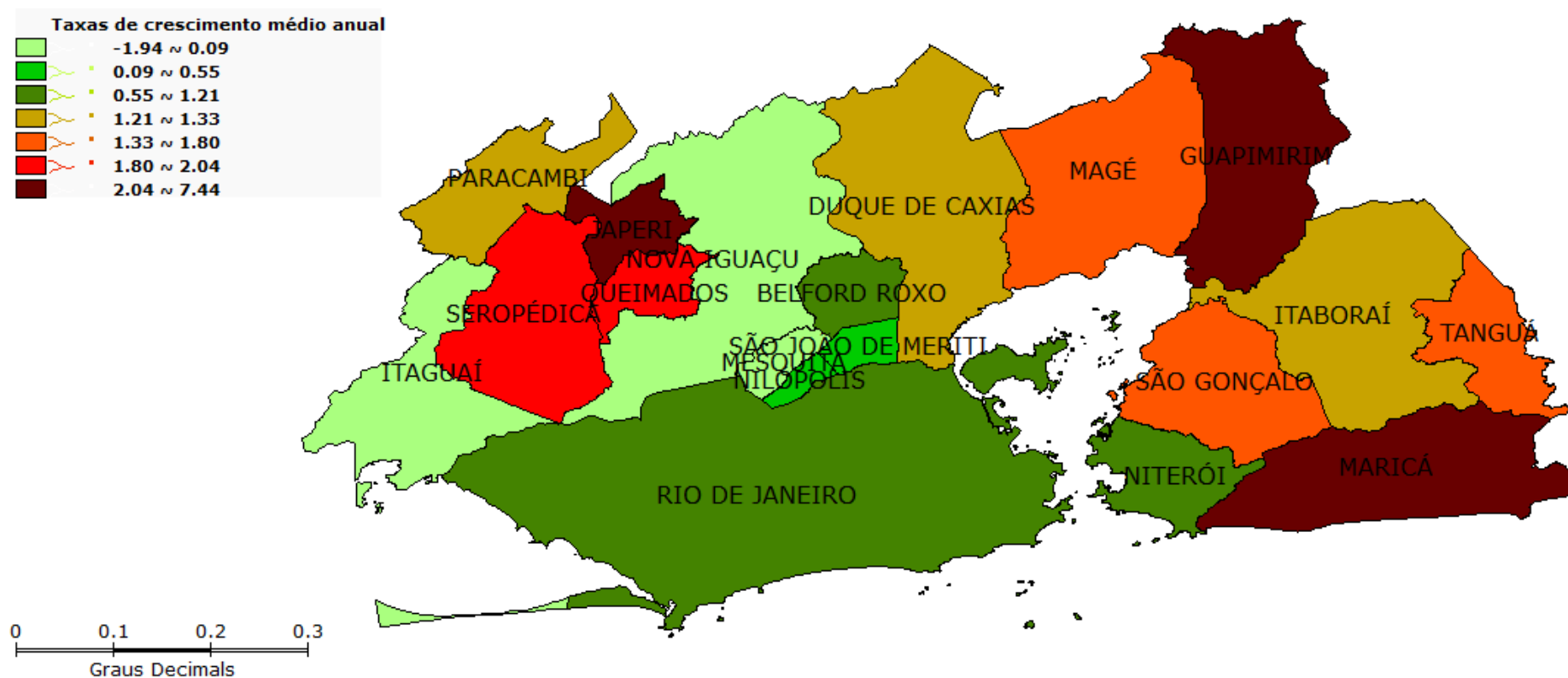
(1): O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

O processo de emancipações municipais foi bastante intenso nesse período, principalmente entre 1991 e 2000. Isto levou a que alguns municípios tenham apresentado perda de população entre 1991 e 2010, em alguns casos bem grandes, o que não significa esvaziamento populacional, mas apenas uma mudança formal de residência de parte da população que deixa de fazer parte de um município e passa a fazer parte de outro. Este é o caso de Nova Iguaçu cuja perda de população está relacionada à emancipação dos distritos de Belford Roxo, Japeri e Queimados e posteriormente Mesquita todos transformados em municípios. Este também é o caso do município de Itaguaí, que sofre perda populacional com a emancipação do distrito de Seropédica. Há casos, no entanto como do município de Magé, que mesmo com a emancipação do distrito de Guapimirim não teve perda populacional assim como do município de Itaboraí que com a emancipação de Tanguá também não teve perda populacional no período.

Apesar dessas transformações de ordem jurídico-política, podemos perceber que há uma tendência de crescimento da população em todos os municípios da região metropolitana a partir de 1996, com destaque para o município de Maricá cuja população mais que dobra refletindo o

grande crescimento urbano e a integração dessa área a dinâmica metropolitana. Apesar das diferenças no crescimento populacional entre os municípios, podemos perceber que há uma redução do crescimento demográfico da região que passa a se dar em níveis menores que em períodos anteriores. Nesse sentido pode ser interessante observar como se dão as taxas de crescimento médio anual no período, como indicativas dos locais em que ocorre maior crescimento demográfico. O mapa 8 apresenta as taxas médias de crescimento anual dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Mapa 8: Taxas de crescimento médio anual, Região metropolitana do Rio de Janeiro, 1991-2010.



Fonte: IPEADATA, elaborado pelo autor.

A primeira classe a ser destacada no mapa é daqueles municípios que tem taxas negativas ou muito baixas de crescimento demográfico, caso de Itaguaí e Nova Iguaçu. Esta baixa taxa de crescimento se deve ao efeito da emancipação de distritos que faziam parte desses municípios, sendo, portanto reflexo de mudanças jurídico-políticas e não estando necessariamente relacionados a processos sócio-espaciais, ou seja, tratam-se de mudanças que não são indicativas de um processo de reestruturação da distribuição populacional na região metropolitana. Num segundo grupo com taxas muito baixas de crescimento está isolado o município de São João de Meriti, município que apresentou altas taxas de crescimento no período 1910-1970. Um terceiro grupo engloba a metrópole além dos municípios de Niterói e Belford Roxo, enquanto as maiores taxas de crescimento são encontradas nos municípios de Japeri, Guapimirim e Maricá, sendo esses dois últimos localizados no extremo leste da região metropolitana.

De forma geral podemos perceber o seguinte padrão de reestruturação da distribuição populacional na região metropolitana, a partir desse mapa, que segue em linhas gerais o quadro conformado no período anterior, entre 1970 e 1991: há uma redução no crescimento populacional da metrópole e do município de Niterói, bem como naqueles municípios da periferia consolidada, cujo processo de integração a metrópole é mais antigo, fruto de um processo de valorização fundiária, elitização de áreas urbanas e mudanças funcionais, com o surgimento de subcentros em áreas periféricas, assim como instalação de shopping centers e por outro lado há o crescimento da população em municípios da periferia em consolidação ou mesmo da periferia não consolidada, os quais estão sendo integrados mais fortemente a dinâmica metropolitana.

Assim podemos concluir que o período de integração a dinâmica metropolitana, tem como uma das características do ponto de vista do crescimento populacional, um grande crescimento demográfico, devido à atração de grande contingente populacional atraído pelos preços mais baixos da terra nesses locais em relação às áreas mais consolidadas a dinâmica metropolitana, enquanto num segundo momento quando a ocupação da nova área se consolida e praticamente não existem novas áreas para expansão dentro do município, inicia-se uma nova fase em que há uma redução do crescimento populacional associado a mudanças funcionais, surgimento de novas formas urbanas e valorização fundiária. A seguir veremos os dados sobre a evolução da participação dos municípios na população da região metropolitana. A tabela 15 apresenta as informações sobre a participação na população total da região metropolitana do Rio de Janeiro:

Tabela 15: População residente total (1), municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Município	1991	1996	2000	2007	2010
Belford Roxo	-	3.93	4.00	4.16	3.97
Duque de Caxias	6.82	7.03	7.13	7.30	7.22
Guapimirim	-	0.32	0.35	0.39	0.43
Itaboraí	1.66	1.81	1.72	1.87	1.84
Itaguaí	1.15	1.23	0.75	0.83	0.92
Japeri	-	0.72	0.77	0.81	0.81
Magé	1.96	1.80	1.89	2.01	1.92
Maricá	0.48	0.59	0.71	0.91	1.08
Mesquita	-	0.00	0.00	1.58	1.42
Nilópolis	1.61	1.53	1.41	1.33	1.33
Niterói	4.45	4.43	4.23	4.11	4.12
Nova Iguaçu	13.25	8.12	8.47	7.20	6.73
Paracambi	0.37	0.39	0.37	0.37	0.40
Queimados	-	1.07	1.12	1.13	1.17
Rio de Janeiro	55.95	54.58	53.89	52.79	53.40
São Gonçalo	7.96	8.19	8.20	8.32	8.45
São João de Meriti	4.35	4.27	4.14	4.02	3.88
Seropédica	-	0.00	0.60	0.63	0.66
Tanguá	-	0.00	0.24	0.25	0.26
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

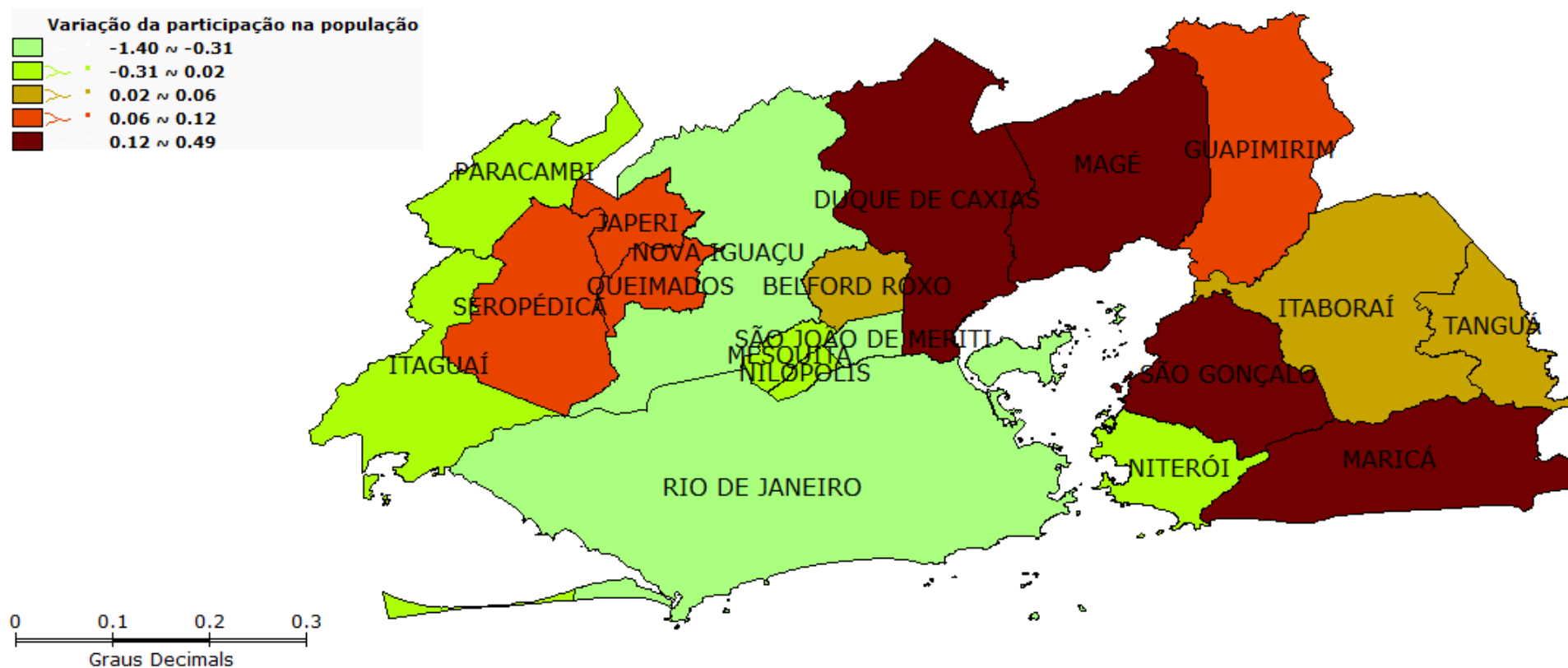
Fonte: IPEADATA

(1): O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

A metrópole mantém a tendência de redução na participação no total de população da região metropolitana, embora ainda tenha mais de 50% do total da população da região em 2010. Há uma continuidade do processo de desconcentração dentro da região metropolitana ao mesmo tempo em que temos uma redução do crescimento metropolitano em geral. Além disso, não podemos deixar de ressaltar que o processo de metropolização levou a uma grande concentração de atividades e população na metrópole e que mesmo as tendências atuais de desconcentração não conseguiram reverter totalmente esse fato.

Vários municípios tiveram aumento na participação da população no período entre eles podemos citar os de Duque de Caxias, Guapimirim, Japeri, Maricá, Queimados, São Gonçalo Seropédica e Tanguá. Entre aqueles que têm perda na participação, além dos municípios do Rio de Janeiro e Niterói, estão os municípios de Itaguaí, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti, sendo que apenas os municípios de Itaguaí e Nova Iguaçu foram afetados pelo processo de emancipações. O mapa 9 apresenta a variação da participação na população entre 1996 e 2010:

Mapa 9: variação na participação na população total entre 1996 e 2010, Região Metropolitana do Rio de Janeiro.



Fonte: IPEADATA, elaborado pelo autor.

Mesmo sem ter sido afetada pelos processos de emancipação a metrópole se encontra entre os municípios com maiores perdas de participação na população entre 1996 e 2010. Isto é um indicador claro de que o processo de desconcentração populacional da metrópole continua o que não significa de forma alguma uma redução da importância da metrópole no contexto da região metropolitana, já que está associado à valorização fundiária que leva a seletividade do mercado habitacional, ou seja, a expulsão de trabalhadores e mesmo segmentos da classe média com menor poder aquisitivo para outros municípios, e concentração de algumas atividades terciárias, em especial aquelas mais avançadas, ligadas a gestão empresarial e também aquelas associadas aquilo que Ribeiro (1996) denomina de “economia urbana de sobrevivência”.

Por outro lado outros municípios que tem um longo histórico de integração a metrópole também passam por uma fase com redução do crescimento populacional, valorização fundiária, seletividade do mercado habitacional, e mudanças funcionais como o surgimento ou consolidação de subcentros comerciais e de shopping centers. Em alguns desses municípios, como consequência disso há uma redução na participação da população total da região metropolitana, como é o caso de São João de Meriti e Niterói. Duque de Caxias, apesar de integrar a periferia consolidada aumentou a sua participação na população total do município, o que talvez indique à existência de áreas dentro do município ainda não totalmente integradas a dinâmica urbana.

Há ainda um conjunto de municípios tanto da periferia consolidada como da em consolidação que aumentaram sua participação na população total da região metropolitana. Interessante notar que estes municípios estão predominantemente localizados nas partes norte e leste da região metropolitana, o que pode indicar uma mais forte expansão metropolitana nessa direção ao longo desse período. Por outro lado na parte oeste da região metropolitana, denominada Baixada Fluminense, há um predomínio de redução nas taxas de participação na população total ou de crescimento muito baixo dessa participação.

Se existe ou não uma expansão mais intensa nas partes leste e oeste da região metropolitana neste período é algo que não podemos afirmar com certeza com os dados apresentados nesse relatório. Porém o que podemos afirmar que a partir dos dados apresentados, tanto do ponto de vista da produção industrial, quanto da distribuição da população, compreendidas como estruturas associadas a formas e funções, temos claramente uma nova rodada de reestruturação espacial da região metropolitana do Rio de Janeiro, caracterizada em linhas gerais por: concentração de atividades terciárias e de gestão na metrópole; disseminação de atividades industriais nos demais municípios metropolitanos;

redução da concentração populacional na metrópole, associada a valorização fundiária, seletividade do mercado habitacional e concentração de funções terciárias na metrópole; redução do crescimento populacional também na periferia consolidada, associada de forma semelhante a metrópole a valorização fundiária, seletividade do mercado habitacional e surgimento de novas funções; crescimento populacional da periferia não consolidada e em consolidação devido a atratividade dos preços mais baixos da terra, que viabilizam a implantação de novos empreendimentos residenciais e também industriais.

Todas essas transformações indicam claramente um processo de reestruturação metropolitana a partir do final da década de 1990, porém esta reestruturação não é uma ruptura total com o que vinha ocorrendo no período anterior. Nesse sentido, concordamos com Matos (1999) quando afirma que as tendências atuais de desenvolvimento metropolitano não significam uma ruptura total com o passado, mas apenas a exacerbação de tendências embrionárias no período anterior de desenvolvimento metropolitano. Para complementar a análise até aqui esboçada apresentaremos os dados relativos à migração pendular, informação muito importante para a compreensão da realidade metropolitana, uma vez que aponta a integração dos municípios a dinâmica metropolitana. A tabela 16, apresentada a seguir apresenta informações sobre a saída de pessoas dos municípios da região metropolitana para trabalhar ou estudar em outros municípios e a taxa de repulsão de população desses municípios. Partimos do pressuposto de que devido à integração da região metropolitana, a maior parte desses fluxos de pessoas se dirige preferencialmente para outros municípios da região metropolitana, o mesmo vale para os outros indicadores relativos à migração pendular mostrados posteriormente.

Tabela 16: Saída de pessoas, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010

	2000	2010	2000	2010	2010-2000	2010-2000
Município	Saída pessoas	Saída pessoas	% sobre o total	% sobre o total	Variação absoluta	Variação %
Belford Roxo	83.368	117.489	32.3	25.0	34121	-7.32
Duque de Caxias	99.404	124.674	21.3	14.6	25270	-6.76
Guapimirim	4.634	8.456	19.8	16.4	3822	-3.37
Itaboraí	28.125	42.635	24.5	19.6	14510	-4.94
Itaguaí	7.135	12.128	13.9	11.1	4993	-2.83
Japeri	15.720	21.448	31.9	22.5	5729	-9.41
Magé	25.353	36.178	20.8	15.9	10825	-4.84
Maricá	7.614	20.763	15.8	16.3	13149	0.52
Mesquita	-	52.898	-	31.4	-	-
Nilópolis	32.369	39.776	34.0	25.3	7408	-8.69
Niterói	61.762	83.521	20.0	17.1	21759	-2.91
Nova Iguaçu	138.794	141.978	24.8	17.8	3184	-7.01
Paracambi	3.223	5.373	13.5	11.4	2151	-2.12
Queimados	19.980	31.230	27.6	22.6	11251	-4.94
Rio de Janeiro	43.488	124.029	1.2	2.0	80541	0.80
Sao Gonçalo	149.379	196.317	26.6	19.6	46938	-7.01
Sao Joao de Meriti	93.898	113.983	34.2	24.9	20085	-9.32
Seropédica	7.071	12.795	17.6	16.4	5724	-1.27
Tanguá	3.659	6.195	23.1	20.2	2535	-2.96

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000 e 2010. Tabulações elaboradas pelo Observatório das Metrópoles

Analisando os dados absolutos de saídas de pessoas em direção a outros municípios, constatamos que se tem um grande crescimento no volume de deslocamentos pendulares em alguns casos muito maior que o crescimento da população como um todo. Mesmo na metrópole ocorre um aumento substancial do volume de saída de pendulares que passa de 43888 para 124029 pessoas. Os maiores incrementos de valores absolutos de saídas de pendulares ocorrem na metrópole e nos municípios de São Gonçalo, Belford Roxo, Duque de Caxias, Niterói e São João de Meriti, municípios com uma boa base industrial e com um processo de integração a dinâmica metropolitana bastante forte, sendo todos eles classificados como de nível altíssimo de integração a dinâmica da aglomeração da região metropolitana do Rio de Janeiro, segundo o estudo do Observatório das Metrópoles (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2004).

Porém se o crescimento em valores absolutos é maior nos municípios que tinham em 2000, maiores volumes de saída de pessoas (o que se relaciona com o tamanho da população e

o grau de integração da área a dinâmica metropolitana, de forma geral, quanto maior a população e mais integrada à dinâmica metropolitana, maiores os volumes de saída e entrada de pessoas) os maiores crescimentos percentuais estão justamente naqueles municípios que em 2000 tinham volumes menores de saída de pessoas. Este é o caso de Maricá, que em 2000 registrava a saída de 7614 pessoas que residiam nesse município e estudavam ou trabalhavam em outro município enquanto em 2010 passa a registrar 20763, um crescimento de quase 173%, assim como o de Guapimirim que em 2000 registrava a saída de 4634 pessoas e em 2010 passa a registrar o total de 8456 pessoas saindo do município para estudar e trabalhar em outro município.

Portanto a integração metropolitana se revela a partir de dois movimentos distintos: por um lado àqueles municípios que tem um volume maior de saída de migrantes, municípios estes em geral, mais fortemente integrados a dinâmica metropolitana e com maiores volumes de população tem um grande crescimento em números absolutos do deslocamento pendular de saída para outros municípios, mas um crescimento percentual pequeno já que se parte de um volume populacional elevado. Por outro lado, os municípios menores, com menores volumes de saída de população tem um crescimento menor em números absolutos, mas bem maior em termos percentuais. Em outras palavras, a integração a dinâmica metropolitana, processo sempre em inacabamento, leva a um aumento dos fluxos pendulares em todos os municípios, mas esse crescimento se revela distinto conforme o tamanho demográfico e o grau de integração da área a dinâmica metropolitana.

O maior volume de pessoas saindo de seus municípios, tanto nos menores quanto nos maiores, indica claramente um processo de reestruturação da distribuição residencial, associada aos processos de valorização fundiária, seletividade do mercado habitacional e surgimento de novas funções nas regiões metropolitanas. Vários estudos, como o de Silva (2012) têm mostrado a íntima relação que existe entre a migração intrametropolitana e a migração pendular. Nesse sentido podemos compreender que a reestruturação da distribuição populacional mostrada até aqui, se relaciona diretamente com as mudanças nos fluxos pendulares. A desconcentração metropolitana, que não se limita a metrópole, mas também a alguns municípios da periferia consolidada tem como efeito o aumento dos fluxos pendulares, ou seja, parte daquelas pessoas que são “expulsas” de seus municípios de origem pelo encarecimento da terra, geralmente mantém seus empregos ou estudo no local de origem levando ao crescimento dos fluxos pendulares de saída. Este é um movimento que ocorre simultaneamente em diversos níveis: tanto de moradores da metrópole em direção a outros

municípios da periferia consolidada; quanto de moradores da periferia consolidada em direção à periferia não consolidada ou em consolidação.

Outro movimento bastante interessante é o que ocorre na metrópole, que é o único que conjugou grande crescimento de migrantes de saída tanto em termos absolutos como em termos percentuais (aumento de 80541 em números absolutos e de 185,2% em termos percentuais). Acreditamos que este dado indica um movimento demográfico distinto do que vimos aqui descrevendo. O aumento da migração de saída de municípios da periferia metropolitana pode ser compreendida como resultado de uma periferização da residência, em que trabalhadores expulsos de áreas em valorização são obrigados a buscar moradia em áreas mais distantes da região metropolitana, mesmo que o local de emprego não mude, isto pode ocorrer tanto para pessoas que moram na metrópole e se mudam para municípios da periferia, quanto para moradores da periferia que se deslocam para outros municípios da periferia.

Quando pensamos no aumento dos fluxos de migração de saída da metrópole trata-se, no entanto de um movimento diferente. Como vimos anteriormente, apesar da desconcentração populacional, não houve uma forte desconcentração do emprego se considerarmos todas as atividades econômicas, já que temos uma concentração de atividades terciárias na metrópole. No entanto houve uma sensível desconcentração da atividade industrial tanto em termos de valor adicionado quanto em termos de emprego industrial. Portanto a metrópole continua sendo o principal polo de emprego na região metropolitana, e nesse sentido o que poderia explicar o crescimento da migração de saída da metrópole? Justamente o crescimento das atividades industriais fora da metrópole, que atrai moradores da metrópole para trabalhar em outros municípios da região metropolitana. Trata-se, portanto de uma periferização do trabalho e não da moradia e nesse sentido é um fenômeno bastante interessante como indicativo do processo de reestruturação metropolitana.

Agora iremos focar nos dados de saída de migrantes pendulares em relação ao total do município. Este dado informa, portanto a importância da saída de pessoas em relação à população total. Podemos perceber que encontramos altos percentuais de saída de migrantes pendulares em relação à população total tanto em municípios da periferia consolidada como na periferia em consolidação e não consolidada. Como principal polo de emprego na região metropolitana, chama a atenção o baixíssimo volume de saída de migrantes em relação à população total que temos no município do Rio de Janeiro. Portanto este dado confirma que a metrópole não é apenas um local de atração de trabalhadores de outros municípios, mas devido a sua grande diversificação econômica consegue reter a maior parte da sua população que mora neste município.

No entanto, quando comparamos os dados de 2010 e 2000 percebemos uma redução geral nos percentuais de saída de população em relação à população total dos municípios que compõem a região metropolitana, a únicas exceções é o município de Maricá, que teve um expressivo crescimento demográfico no período e a metrópole, nestes dois casos tivemos um ligeiro aumento do percentual de população que sai para trabalhar ou estudar em outros municípios. O que explicaria essa redução geral das taxas de repulsão dos trabalhadores (porcentagem de saída de trabalhadores em relação à população total) considerando que não houve redução e sim aumento dos números absolutos de pessoas que saem dos seus municípios para trabalhar ou estudar em outros municípios?

Podemos pensar duas hipóteses para responder esta pergunta, em primeiro lugar pode ocorrer que o aumento da população no período 2000-2010 seja maior que o volume de migrantes que saem dos seus municípios de residência, e com isso mesmo com o crescimento do número absoluto de migrantes de saída há uma redução da taxa de repulsão de pessoas nesse município; outra hipótese é que há uma expansão e diversificação econômica na maioria dos municípios metropolitanos, o que faz com que maior parte da população passe a não precisar se deslocar para outros municípios em busca de trabalho ou estudo. Esta hipótese, portanto, se confirmada, seria mais uma evidência do processo de reestruturação metropolitana em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Vejamos como os dados apresentados a seguir podem auxiliar na resolução dessas questões. A próxima tabela traz os números relacionados à entrada de pessoas para trabalho ou estudo nos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro e também a taxa de atração de população desses municípios. Isto permitirá delimitar os principais centros de atração populacional no que se refere aos deslocamentos para trabalho ou estudo.

Tabela 17: Entrada de pessoas, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010

	2000	2010	2000	2010	2010-2000	2010-2000
Município	Entrada pessoas	Entrada pessoas	% sobre o total	% sobre o total	números absolutos	porcentagem
Belford Roxo	8.620	16.623	3.3	3.5	8003	0.20
Duque de Caxias	39.724	77.324	8.5	9.0	37600	0.52
Guapimirim	952	1.552	4.1	3.0	600	-1.05
Itaboraí	5.498	11.011	4.8	5.1	5513	0.26
Itaguaí	5.073	13.050	9.9	12.0	7977	2.05
Japeri	1.360	2.849	2.8	3.0	1489	0.23
Magé	4.292	7.702	3.5	3.4	3410	-0.13
Maricá	1.627	3.320	3.4	2.6	1693	-0.77
Mesquita	-	7.449	-	4.4	-	-
Nilópolis	13.263	21.986	13.9	14.0	8723	0.05
Niterói	104.637	170.928	33.9	35.1	66291	1.11
Nova Iguaçu	29.823	55.059	5.3	6.9	25235	1.58
Paracambi	1.391	3.176	5.8	6.7	1786	0.90
Queimados	4.803	7.663	6.6	5.6	2860	-1.08
Rio de Janeiro	554.024	735.944	14.8	11.6	181920	-3.17
Sao Gonçalo	18.158	31.686	3.2	3.2	13528	-0.07
Sao Joao de Meriti	16.438	25.653	6.0	5.6	9215	-0.39
Seropédica	3.509	9.993	8.8	12.8	6484	4.03
Tanguá	863	1.240	5.5	4.0	376	-1.42

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000. Tabulações elaboradas pelo Observatório das Metrópoles

A entrada de pessoas de outros municípios para trabalho e estudo aumentou em todos os municípios que compõem a região metropolitana. A metrópole atrai o maior volume migrantes pendulares de outros municípios, sendo, portanto o principal polo de atração populacional da região metropolitana. Em seguida, num patamar bem inferior temos os municípios de Niterói, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, que constituem em conjunto com a metrópole os principais centros de atração populacional da região. Podemos afirmar que de forma geral, existe uma relação entre o porte demográfico do município, sua diversificação econômica e a capacidade de atração de pessoas.

Em relação ao percentual de atração da população, chama à atenção a queda que temos na metrópole, o que indica que mesmo permanecendo com o principal polo de atração populacional, ela reduziu sua capacidade de atração em relação ao total da população. Porém praticamente todos os municípios da região metropolitana apresentaram redução das taxas de atração populacional, ou tiveram crescimentos muito baixos, sendo exceção os municípios de Itaguaí, Nova Iguaçu e Seropédica. Portanto, podemos afirmar que, de modo geral, tanto as taxas de repulsão quanto de atração populacional diminuíram em todos os municípios. Ou seja, em relação ao quantitativo de sua população os municípios passaram ter menos pessoas saindo ou entrando nesses municípios.

Num contexto de atração de novos investimentos, recuperação econômica e aumento da renda dos trabalhadores, a explicação mais simples para esse fato reside em uma diversificação econômica da economia dos municípios da região metropolitana, que faz com que uma parcela decrescente de pessoas em relação ao total da população tenham que sair de seus municípios em busca de trabalho ou estudo em outros municípios, o que não significa a redução absoluta dos fluxos intrametropolitanos de pessoas, mas apenas uma redução relativa. No entanto quando consideramos os dados absolutos de entrada e saída de pessoas temos um aumento considerável dos fluxos de pessoas, o que indica claramente que não há um aumento da imobilidade das pessoas, mas apenas um crescimento da população que faz deslocamentos pendulares menor do que a da população em geral, o que se explica por uma maior retenção da população em seus municípios de residência.

Os dados de atração populacional confirmam a hipótese de que há uma diversificação econômica dos municípios da periferia metropolitana, o que, portanto, aparece como um indicador do processo de reestruturação metropolitana em curso nessa região. Nesse processo ao mesmo tempo em que aumentam as oportunidades de emprego ou estudo em cada um dos municípios, os volumes absolutos de deslocamentos pendulares se ampliam enquanto os volumes relativos se reduzem. A tabela 18, mostrada a seguir, complementa as informações apresentadas até aqui mostrando os dados sobre a evolução da população, da população que trabalha no município em que reside e da taxa de retenção do município, ou seja, a porcentagem de pessoas que trabalha no município em que reside em relação à população total ocupada.

Tabela 18: População total, população que trabalha no município que reside e taxa de retenção, municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, 2000 – 2010

Município	População total		Variação %	População que trabalha no município de residência		Variação em %	Taxa de retenção %		Variação em %
	2000	2010	2000/2010	2000	2010	2010-2000	2000	2010	2010-2000
Belford Roxo	434.474	469.332	8.02	71.398	89328	25.11	49.3	46.6	-2.77
Duque de Caxias	775.456	855.048	10.26	176.855	242920	37.36	65.6	67.8	2.12
Guapimirim	37.952	51.483	35.65	10.579	15492	46.44	76.6	70.4	-6.21
Itaboraí	187.479	218.008	16.28	42.861	57627	34.45	62.8	60.4	-2.38
Itaguaí	82.003	109.091	33.03	22.577	35897	58.99	78.1	78.5	0.40
Japeri	83.278	95.492	14.67	11.634	14919	28.23	44.8	43.2	-1.65
Magé	205.830	227.322	10.44	46.087	59339	28.76	66.1	65.1	-1.08
Maricá	76.737	127.461	66.10	23.194	39419	69.96	78.2	69.5	-8.62
Mesquita	-	168.376	-	-	27620	-	-	38.7	
Nilópolis	153.712	157.425	2.42	27.891	30235	8.40	48.8	45.8	-2.97
Niterói	459.451	487.562	6.12	141.774	162688	14.75	72.4	69.1	-3.29
Nova Iguaçu	920.599	796.257	-13.51	195.345	196117	0.40	60.6	60.3	-0.31
Paracambi	40.475	47.124	16.43	10.669	13247	24.17	79.6	75.1	-4.44
Queimados	121.993	137.962	13.09	21.713	25635	18.06	54.2	47.1	-7.11
Rio de Janeiro	5.857.904	6.320.446	7.90	2.312.401	2837287	22.70	98.5	97.1	-1.40
Sao Gonçalo	891.119	999.728	12.19	208.079	272542	30.98	60.8	60.9	0.09
Sao Joao de Meriti	449.476	458.673	2.05	81.924	98928	20.76	50.1	49.8	-0.33
Seropédica	65.260	78.186	19.81	16.645	22458	34.92	72.4	68.0	-4.40
Tanguá	26.057	30.732	17.94	6.170	7421	20.29	67.6	59.7	-7.94

Fonte: Censo Demográfico do IBGE, 2000. Tabulações elaboradas pelo Observatório das Metrópoles.

Em primeiro lugar precisamos esclarecer que se tratam de dados distintos e que, portanto precisam ser analisados com cuidado quando objetivamos qualquer tipo de comparação. A população total se refere à população total do município de todas as idades, incluindo aquelas que estão em idade produtiva, o dado de população que trabalha no município de residência engloba obviamente apenas os indivíduos que estão em idade produtiva, enquanto a taxa de retenção relaciona a população ocupada no município em que reside com o total da população ocupada no município. A partir dessas ressalvas podemos constatar pela tabela que o crescimento da população que trabalha e reside no mesmo município é sempre maior que a da população total em todos os municípios da região metropolitana.

Considerando o crescimento da população total como um parâmetro, podemos afirmar que o crescimento maior da população que trabalha e reside no mesmo município confirma a hipótese de que há uma maior diversificação econômica dos municípios da periferia metropolitana o que contribui para a permanência de parte da população trabalhando em seus municípios de residência. Tal fato é uma consequência direta do processo de reestruturação

metropolitana, em que ocorre uma desconcentração industrial, populacional, surgimento de novas formas imobiliárias e de novas funções nos espaços periféricos, como os shopping centers, tudo isto contribuindo para que haja maior disponibilidade de postos de trabalho na periferia metropolitana e consequentemente maior número de pessoas que residem e trabalham no mesmo município. Alguns municípios que tiveram grande crescimento da população total em relação à região metropolitana também tiveram crescimento considerável e muitas vezes superior da população que reside e trabalha nesses municípios, como é o caso dos municípios de Itaguaí e de Maricá.

Apesar disso e numa direção aparentemente oposta a taxa de retenção, que relaciona a população total ocupada com a população que reside no município teve uma redução ou manteve-se estável entre 2000 e 2010, em praticamente todos os municípios metropolitanos, ou seja, apesar do crescimento da população que reside e trabalha no município ter sido maior que o da população total, não foi maior que o da população ocupada total que reflete diretamente na taxa de retenção. O significado de tal fato é que apesar da diversificação econômica da periferia metropolitana, a partir da qual parte crescente de sua população passa a morar e trabalhar na mesma cidade, para uma grande parcela da população ocupada dos municípios metropolitanos existe a necessidade de deslocamentos cotidianos para trabalho, e esta necessidade não tem se reduzido no período entre 2000 e 2010.

Alguns municípios têm taxas de retenção inferiores a 50% o que significa que mais da metade da população ocupada trabalha em outros municípios. Por outro lado, chama a atenção a metrópole, que por ser o principal centro de emprego da região tem uma taxa de retenção superior a 97% em 2010. Dessa forma precisamos compreender que a diversificação econômica da periferia metropolitana, não está associada a uma redução dos fluxos pendulares, mas a uma intensificação deles, justamente porque como consequência dessa diversificação temos mais pontos de oferta de oportunidades de emprego e, portanto maiores possibilidades de sentidos diferentes de deslocamento.

Os dados até aqui apresentados apontam claras evidências de um processo de reestruturação da região metropolitana, cujas principais características poderiam ser resumidas como segue: manutenção da concentração do PIB na metrópole devido ao papel das atividades terciárias, enquanto ocorre uma desconcentração das atividades industriais e do emprego industrial para os demais municípios metropolitanos; associado à desconcentração da atividade industrial temos também uma desconcentração populacional, ao passo do ponto de vista dos fluxos pendulares temos tanto um diversificação econômica e aumento do

número de pessoas que residem e estudam no mesmo município, como uma intensificação dos fluxos pendulares.

Buscaremos aprofundar as questões levantadas neste relatório ao longo da elaboração da tese de doutorado no sentido de contribuir para a compreensão do processo de reestruturação metropolitana em curso na região metropolitana do Rio de Janeiro e que foi evidenciado neste trabalho. As conclusões apresentadas nesse relatório, como não poderiam deixar de ser, são provisórias e incompletas o que não invalida a tentativa aqui realizada de sistematização da pesquisa feita neste relatório, o qual foi uma etapa importante da produção acadêmica no curso de doutorado.

6. Referências bibliográficas.

ABRAMO, P. e Faria, T. C. Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário. Caxambu: **Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 1998.

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

BINGHAN, R. D.; Kalich, V. Z. The tie that binds: downtown, suburbs and the dependence hypothesis. **Journal of Urban Affairs**, Austin, v. 18, n. 2, 1996.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CAPEL, H. Redes, chabolas y rascacielos las transformaciones físicas y la planificación in las áreas metropolitanas. **Coleção mediterrâneo econômico “ciudad, arquitetura y espacio urbano”**, 2003.

CARDOSO, E. D. **O capital imobiliário e a expansão da malha urbana do Rio de Janeiro: Copacabana e Grajaú**. 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

CARLOS, A. F. A. São Paulo: as contradições no processo de reprodução do espaço. **Revista Scripta Nova**, Barcelona, n 88, 2001.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COFFEY, W. J.; SHEARMUR, R. G. Agglomeration and dispersion of high-order service employment in the Montreal Metropolitan Region, 1981-96. **Urban Studies**, Glasckow, vol 39, n 3, pp 359-378, 2002.

COLBY, C. C. Centrifugal and centripetal forces in urban geography. In: H. M. Mayer.; C.F. Kohn (Org.). **Readings in urban geography**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.

CORDEIRO, H. K. **O centro da metrópole paulistana: expansão recente**. 1979. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN. **Relatório decisão Rio: investimentos 2010-2012**. Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, M. M. (org). **Rio de Janeiro: uma cidade na história**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 2000.

FIRKOWSKI, O. Porque as regiões metropolitanas no Brasil são regiões, mas não são metropolitanas? **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, nº 122, 2012.

FUJUI, T.; HARTSHORN, T. A. The Changing metropolitan structure of Atlanta, Georgia: locations of functions and regional structure in a multinucleated urban area. **Urban Geography**, London, 16, 8, pp 680-707, 1995.

GARREAU, J. **Edge city: life on new frontier**. New York: Anchor Books, 1991.

GEIGER, P. P. **A evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1963.

GEIGER, P. P.; BARAF, J. Estrutura econômica das áreas metropolitanas brasileiras. Rio de Janeiro: **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 3, 1973.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

HARTSHORN, T. A. From edge to edgeless city: the transformation of Metropolitan Atlanta. In: XXXIX ISOCARP CONGRESS, 2003, Cairo. **Anal of XXXIX ISOCARP Congress**, Cairo, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loiola, 2000.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Editora Ana Blume, 2005.

KOVARICK, L. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

LEE, B. Edge or edgeless city? Urban spatial structure in U.S. Metropolitan areas. **Journal of regional science**, Malden, v. 47, n. 3, p 479-515, 2007.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. Forme, function, structure dans le capital. In: LEFEBVRE, H. **La ideologie estructuraliste**. Paris: Antropos, 1971.

LENCIONI, S. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 120, p 133-148, jan/jun. 2011.

- LENCIONI, S. Concentração e centralização das atividades urbanas: uma perspectiva multiescalar. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, n 39, Maio de 2008.
- LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**, Barcelona, vol. XI, núm. 245, 1 de agosto de 2007.
- LENCIONI, S. Reestruturação: uma noção fundamental para o estudo das transformações e dinâmicas metropolitanas. In: VI ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 1998, Buenos Aires. **Anais do VI Encontro de Geógrafos da América Latina**, Buenos Aires, 1998.
- LIMONAD, E. **Os lugares da urbanização**. 1996. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.
- LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 10, p 303-335, 1989.
- LOCKJINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- MAGALHÃES, H. A inovação tecnológica no Rio de Janeiro. In: PIQUET, R. (Org.). **Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação**. Rio de Janeiro: IPURR, 2000.
- MARTINE, G. A redistribuição da população brasileira durante a década de 80. **Texto para discussão IPEA**, Rio de Janeiro, n. 329, 1994.
- MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987.
- MATTOS, C. A. Globalización y metamorfosis metropolitana en America Latina, de la ciudad a lo urbano generalizado. **Revista de Geografia Norte Grande**, n. 47, p 81-104, 2010.
- MATTOS, C. A. Santiago de Chile, globalización y expansión metropolitana: lo que existia sigue existindo. **Revista Eure**, v. 25, n. 76, 1999.
- MEYER, M. R. P. Atributos da metrópole moderna. **São Paulo em perspectiva**, vol 14, n 4, 2000.
- MOURA, R.; et all. O Metropolitano no urbano brasileiro: identificação e fronteiras. In: RIBEIRO, L. C. Q.; JUNIOR, O. A. S. **As metrópoles e a questão social brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias**. Rio de Janeiro, Projeto: análise das regiões metropolitanas do Brasil, 2004.
- POULION, J. Estruturalismo: uma tentativa de definição. In: COELHO, E. P. **Estruturalismo: antologia de textos teóricos**. Lisboa: Martins Fontes, 1968.

REIS, L. C. T. dos. **Descentralização e desdobramento do Núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória-ES**. Rio de Janeiro. Tese (doutorado em Geografia): UFRJ, 2007.

RIBEIRO, L. C. Q. Cidade desigual ou cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. **Observatório das Metrópoles**, IPURR-UFRJ, 1999.

RIBEIRO, L. C. Q. Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo? In: XX ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 1996, Caxambu. **Anais do XX Encontro Nacional da Anpocs**, Caxambu, 1996.

ROLNICK, R.; SOMEKH, N. Governar a metrópole, dilemas da recentralização. In: Luis César Queiroz Ribeiro (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, jan/jun. 1998.

SANTOS, C. N. F. **Formações metropolitanas no Brasil, mecanismos estruturantes**. Tese (doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas): USP, 1984.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Editora Nobel, 1985.

SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Editora Stúdio Nobel, 1998.

SILVA, E. T. **Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles**. Tese de doutoramento em Planejamento Urbano e Regional: IPURR-UFRJ, 2012

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBRAL, B. L. B. **Desconcentração produtiva regional no Brasil: análise do Estado do Rio de Janeiro – 1970-2006**. Campinas. Dissertação (mestrado em Economia): Unicamp, 2007.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

SOJA, E. W. **Postmetropolis: critical studies of cities and regions**. Malden: Blackwell Publishing, 2008.

SPOSITO M. E. B. **O chão arranha o céu: a lógica da (re) produção monopolista da cidade**. São Paulo. Tese (doutorado em Geografia): USP, 1991.

VILAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Editora Studio Nobel, 1998.

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. Presidente Prudente. Tese (doutorado em Geografia): Unesp, 2003.